

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Ciências Sociais**

MUSOLINI FALA!



**SI AVANÇO, SIGAM-ME!
SI RECUEO, MATEM-ME!
SI CAIO, VINGUEM-ME!**

O HOMEM DO MOMENTO UNIVERSAL
Num film documentario e devidamente
autorizado!

Esse film não tem legendas. O dialogo e
a representação são explicados "em brazi-
leiro" por Francisco de S.

MIGNA TERRA

No REPUBLICA - Grande Espectaculo de Gala
Com a presença de a. exa. o ar. consul geral da Italia
e das altas autoridades

Sessões ás 19, 20 e 21,30 horas. REPUBLICA - Preço de
amãhã, 3500; meia, 1500.

No ALHAMBRA - A's 14 - 16 - 18 - 20 e 22 horas.

ALHAMBRA: Preço de amãhã, c/ imp.; Poltrona, 3500;
meia, 1500.

No OLYMPIA - A's 19 e 21,30 horas.

Complemento: BUCK JONES em "O REI DO VOLANTE".

OLYMPIA: Preço de amãhã, c/ imp.; Poltrona, 4500; meia,
1500; geraca, 1500.

MIGRANTES ITALIANOS E FASCISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922/1935)

JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO

Amãhã Simultaneamente
REPUBLICA
ALHAMBRA • **OLYMPIA**

2003

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO

Migna Terra
Migrantes Italianos e Fascismo na Cidade de São Paulo (1922/1935)

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Sales de Melo Suarez

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em ___/___/___

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Orientadora Maria Teresa Sales de Melo Suarez

Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall

Prof. Dr. Oswaldo Truzzi

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. Giralda Seyferth

Prof. Dr. (suplente)

Prof. Dr. (suplente)

OUTUBRO 2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Araújo, José Renato de Campos
Ar 15 m Migna Terra: migrantes italianos e fascismo na Cidade de São Paulo (1922-1935) / José Renato de Campos Araújo . - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Migração. 2. Fascismo – São Paulo (SP) – 1922-1935.
3. Relações étnicas. 4. Grupos étnicos. 5. Itália – Migração.
I. Suarez, Maria Teresa Sales de Melo . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

*a Regina
companheira de todas as horas*

“Somos todos juntos uma miscigenação;
E não podemos fugir da nossa etnia;
Índios, brancos, negros e mestiços;
Nada de errado em seus princípios;
O seu e o meu são iguais;
Corre nas veias sem parar;
Costumes, é folclore, é tradição;
Capoeira que rasga o chão;
Samba que sai da favela acabada;
Hip hop na minha embolada;
É o povo na arte;
É arte no povo;
E não o povo na arte;
De quem faz arte com o povo;
Maracatu psicodélico;
Capoeira da pesada;
Bumba meu rádio;
Berimbau elétrico;
Frevo, samba e cores;
Cores unidas e alegria;
Nada de errado em nossa etnia.”
*(Lúcio Maia e Chico Science
Afrociberdelia – 1996)*

RESUMO

A partir do estudo de farta documentação diplomática, esta tese procura discutir o processo de formação da etnicidade italiana na cidade de São Paulo, no período entre 1922 e 1935 – ascensão e consolidação do regime fascista na península itálica. Relacionando-o com a teoria social construída em torno dos estudos migratórios e dos conceitos de etnia e etnicidade.

Para tanto, além da documentação diplomática, utiliza-se a imprensa étnica paulistana do período, para analisar o desenrolar de alguns eventos ocorridos na cidade de São Paulo. Episódios patrocinados pelas autoridades italianas que mobilizaram o grupo migrante italiano, e que demonstram a importância do processo de formação da etnicidade italiana para o relacionamento diplomático entre o Brasil e a Itália nas décadas de 20 e 30 do século XX.

A tese tem por objetivo primordial demonstrar a centralidade do fascismo para a formação da etnicidade italiana em solo brasileiro. Ao demonstrar que a idéia de um grupo migrante coeso, com um sentimento de pertença baseado em laços étnicos disseminado, somente será uma realidade quando o fascismo consegue transformar a imagem da península itálica para seus migrantes (e descendentes). Criando positivamente para a imagem do migrante italiano radicado em território brasileiro, que seriam manejadas como trunfos no relacionamento com outros grupos migrantes e com a própria sociedade receptora, na qual o migrante ocuparia um lugar especial e de destaque em seu processo modernizador.

Palavras Chaves: Etnicidade, Imigração Italiana, Migrações Internacionais, Fascismo Italiano.

ABSTRACT

This thesis is based on plentiful documentation and aims to discuss the Italian ethnic aspect the formation process in the city of São Paulo, during the period of 1922 and 1935 – ascension and consolidation of the fascist regime at the Italian peninsula. It is related to the social theory built up around migratory studies.

Besides the diplomatic documentation, one makes use of the ethnic press of São Paulo. Episodes sponsored by the Italian authorities which mobilized the Italian migrant group and that showed how important the Italian ethnic formation is, to the diplomatic relation between Brazil and Italy during the decades of 20 and 30 in the XX century.

The thesis has as main target to show the fascism as central part for the Italian ethnic formation in Brazilian land. By showing the idea of a united migrant group, with a feeling of possession based in disseminated ethnic ties, it will only be a reality when the fascism is able to transform the Italian peninsula image to its migrants (and descendants). Creating, positive aspects to the image of the Italian migrant rooted on Brazilian territory, that would be handled as trump in the relationship with other migrant group and with the receiver society, in which the migrant would take a special and distinctive place in its modernizing process.

Ethnicity; Italian Migration, International Migration, Italian Fascism

SUMÁRIO

| | |
|---|-------|
| Introdução | pg.01 |
| I. <i>Levantamento de Dados: Itamaraty e Fanfulla</i> | pg.07 |

CAPÍTULO I

Etnicidade, Nacionalismo e Migrações – Teoria e Contexto Histórico: O Caso Italiano.....

| | |
|---|-------|
| I. <i>Etnicidade como Conceito nas Ciências Sociais</i> | pg.33 |
| II. <i>O Grupo Italiano</i> | pg.62 |
| III. <i>Etnicidade e seus Agentes</i> | pg.66 |
| IV. <i>Estado e Etnicidade Italiana</i> | pg.70 |

CAPÍTULO II

Assimilação, Integração e Etnicidade: O Processo Migratório Brasileiro.....

| | |
|--|--------|
| I. <i>Assimilação Transformadora – A Noção Primordial</i> | pg.83 |
| II. <i>A Utopia Através do Mestiço? Anos 30</i> | pg.92 |
| III. <i>Estudos Migratórios e Contexto Político-Social</i> | pg.111 |

CAPÍTULO III

Ser Italiano em São Paulo (1922/1945).....

| | |
|---|--------|
| I. <i>São Paulo: Cidade Italiana</i> | pg.135 |
| II. <i>A Construção da ‘Italianidade’</i> | pg.149 |
| III. <i>NAVE ITALIA. Arte, Indústria e ‘Italianidade’</i> | pg.156 |
| IV. <i>A Frustrada Visita do Príncipe Herdeiro</i> | pg.171 |
| V. <i>Os Raids Aéreos – Itália / Brasil</i> | pg.184 |

CAPÍTULO IV

Política, Relações Exteriores e Etnicidade: ‘Italianidade’ em São Paulo (1922/1935).....

| | |
|---|--------|
| I. <i>Etnicidade e Diplomacia</i> | pg.195 |
| II. <i>Imperialismo e Diplomacia: A Etnicidade como Meio</i> | pg.206 |
| III. <i>A ‘Gestão Populacional’ como Questão Diplomática</i> | pg.217 |
| IV. <i>Ciência e Cultura: A Construção do Fascismo Difuso</i> | pg.229 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--------------------------------------|--------|
| I. <i>Considerações Finais</i> | pg.247 |
|--------------------------------------|--------|

Referências Bibliográficas

| | |
|---|--------|
| I. <i>Livros, Teses, Dissertações e Artigos</i> | pg.255 |
| II. <i>Documentos Eletrônicos</i> | pg.268 |
| III. <i>Obras de Referência</i> | pg.269 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho, além de buscar cumprir os objetivos formais de toda tese de doutorado, representa um passo adiante num longo processo de estudos sobre as trajetórias do grupo migrante italiano fixado na cidade de São Paulo, tendo sido iniciado em 1991 com a inserção deste autor como estagiário no grupo de estudos “*História Social da Imigração na Cidade de São Paulo*”, sediado no *IDESP* (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). Ao longo de toda a década de 90, foram produzidos vários trabalhos sobre as mais diversas etnias que compõem o mosaico multicultural da cidade de São Paulo. Entre elas, devemos destacar a ‘sírio-libanesa’ (Truzzi, 1992 e 1997), a japonesa (Sakurai, 1993 e 2000), a armênia (Grün, 1992), a espanhola (Klein, 1994) e a própria italiana (Salles, 1997 e Araújo, 2000), além de trabalhos sobre o relacionamento interétnico na cidade (Fausto et al., 1995 e Truzzi, 2001).

Sem dúvida, esta tese é fruto de discussões teóricas e, principalmente, dos incentivos recebidos dos colegas. Mas a trajetória intelectual individual de que este trabalho resulta foi igualmente marcada por meu ingresso no programa de mestrado em Sociologia, do IFCH/UNICAMP em 1993. Naquele momento, definia-se o estudo da migração italiana na cidade de São Paulo como objeto estruturante de minha carreira, enquanto

pesquisador em Ciências Sociais. O aceite do projeto (nascido a partir de discussões dentro do IDESP) representava minha primeira entrada no universo do processo de construção da etnicidade italiana em solo paulistano (objeto central deste atual estudo), ainda que, naquele momento inicial, nem o conceito de etnicidade fosse claro ou até mesmo conhecido.

No âmbito desta trajetória, a abordagem que analisa fenômenos migratórios utilizando a noção de construção de etnicidade começou a transformar-se em questão de pesquisa, na medida em que passamos a analisar qual significado da história do Palestra Itália para a ‘comunidade italiana’ paulistana, tendo a pesquisa inicial resultado no trabalho de mestrado que, sem dúvida nenhuma, é o ponto de partida para esta tese, posto que sua questão primordial nasceu, justamente, da argüição de sua banca avaliadora.

Durante a exposição realizada pelo Prof. Dr. Michael Hall¹, foi-me apontada uma perspectiva que naquele trabalho fora deixada de lado. Segundo a análise desse argüidor, o contexto político em que o grupo migrante italiano estava inserido na cidade de São Paulo, durante a primeira metade do século XX, era desprezado naquela dissertação. Uma de suas falhas, segundo a mesma análise, era não dar importância ao contexto po-

¹ - A defesa do mestrado intitulado “*Imigração e Futebol: o Caso Palestra Itália*” ocorreu em 16 de agosto de 1996 e a banca de avaliação foi composta, além do Prof. Dr. Michael Hall, pelo Prof. Dr. Nicolau Sevcenko e pela Profa. Dra. Teresa Sales (orientadora).

lítico do grupo, e, principalmente, não debater o significado do regime fascista para os migrantes envolvidos no processo de construção de uma identidade baseada em laços étnicos. Michael Hall deixava-me assim uma pista bastante valiosa, ao enfatizar que a compreensão do processo de construção da italianidade em terras paulistanas estaria incompleta, sem o estudo do real significado do fenômeno fascista, ocorrido entre 1922 e 1943, para o grupo fixado na cidade de São Paulo.

Dessa maneira nascia a motivação inicial desta tese, remetendo ao seu objetivo central: analisar de maneira consistente o debate em torno da construção da etnicidade italiana na cidade de São Paulo², por meio da análise do papel representado pelo regime fascista para a construção de tais laços étnicos.

A partir deste objetivo, foi construído, em primeiro lugar, um projeto de pesquisa³, baseado na hipótese central de que o grupo migrante italiano somente se reconheceria enquanto uma comunidade de bases étnicas a partir do momento em que o regime fascista estruturou-se na península itálica, havendo se tornado um regime de governo empreendedor de um projeto político de construção e consolidação da nação italiana. Cabe dizer que tal idéia até então ainda não havia sido estabelecida no con-

² - Ou italianidade, para o senso comum.

³ - A pesquisa que originou esta tese de doutorado foi iniciada com a apresentação do projeto de pesquisa *"Etnicidade e Conflito: O Grupo Italiano na Cidade de São Paulo nas Décadas de 30 e 40"* apresentado a linha de pesquisa Cultura e Política do programa de doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp.

texto de uma península itálica recém unificada⁴. Além disso, era preciso levar em conta a contemporaneidade do fenômeno migratório italiano e a unificação política da península, fatos que deixaram profundas marcas no grupo migrante, como veremos neste trabalho.

Partimos da premissa de que, até aquele momento histórico (emergência do fascismo), a idéia de um grupo italiano coeso e com alguma homogeneidade no que diz respeito às origens étnicas de seus integrantes, não existia na cidade de São Paulo e provavelmente em nenhum outro lugar do mundo que tenha recebido um contingente expressivo de migrantes oriundos da península itálica, durante o período do fenômeno migratório de massa, ocorrido entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Assim sendo, para a validação de nossa hipótese de trabalho foi desenhada uma investigação com o objetivo de compreender o caráter do fenômeno fascista na cidade de São Paulo, entre aqueles indivíduos procedentes da península itálica. Para tanto, buscamos fontes capazes de expressar o real impacto desse sistema de governo que perdurou por aproximadamente 20 anos na estrutura estatal italiana. A pesquisa que dá suporte a esta tese está centrada na busca de subsídios para a compreensão

⁴ - A idéia de uma nova nação toma consistência quando comparamos a história italiana com contexto europeu de unificações nacionais.

das ações do governo fascista no seio desse grupo migrante e de como estas foram recebidas por ele.

Deste modo, determinamos o foco inicial de nossa investigação nas relações diplomáticas entre Brasil e Itália pois, sem dúvida, para compreender o caráter das ações do governo fascista para os ‘italianos’ aqui radicados e suas reais conseqüências para o próprio grupo, o contato diplomático entre os dois países nos pareceu primordial, uma vez que, para o governo italiano relacionar-se com o grupo migrante fixado em São Paulo, seria fundamental o estreitamento das relações diplomáticas com o Brasil.

A busca por dados para a comprovação de nossa hipótese de trabalho iniciou-se por definir qual fonte seria utilizada para a análise das relações diplomáticas entre Brasil e Itália, fato que naturalmente levou ao contato com o Arquivo Histórico do Itamaraty, local onde está depositado farto material diplomático referente ao governo brasileiro, como veremos adiante.

Inicialmente essa seria a única fonte de dados para a tese, mas as próprias características dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty encaminharam nossa pesquisa a construir nova fonte documental. Durante o levantamento dos dados diplomáticos, detectamos uma no-

va possibilidade de investigação que, sem dúvida, dotaria de maior consistência um trabalho que tem os objetivos ora expostos, uma vez que, restringindo nossa pesquisa somente a dados diplomáticos, o objetivo de compreender as conseqüências das ações fascistas no interior do grupo migrante seria, forçosamente, abandonado. Isto porque a natureza dos dados encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty é de outra ordem, expressando fatos, intenções e atos governamentais, não atingindo assim a realidade cotidiana de grupos migrantes.

Assim sendo, era necessário construir uma nova fonte de documentos, os quais pudessem expressar um pouco da vida do migrante italiano na cidade de São Paulo. Para tanto, a imprensa étnica apresentava-se como uma possibilidade capaz de atender a esse objetivo. Ainda mais se esta tivesse por temas, em sua cobertura jornalística, algumas das ações nascidas do relacionamento diplomático entre os dois países, principalmente no que diz respeito a determinados eventos patrocinados pelas autoridades diplomáticas italianas com a anuência da diplomacia brasileira. Refiro-me aqui a episódios que movimentaram a 'comunidade italiana' nas primeiras décadas do século XX e que haviam sido localizados dentro da documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Desta forma, mais uma fonte era determinada como meio de atingirmos os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa. Determinava-se que alguns eventos voltados à 'comunidade italiana', tratados com certa prioridade pelas autoridades diplomáticas de ambos países, seriam alvo de investigação através das páginas da imprensa étnica paulistana, da qual foi destacado o periódico *Fanfulla* como o mais representativo e o que poderia atender às intenções de pesquisa.

Portanto esta tese está fundamentada em duas fontes distintas: 1- dados sobre o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália; 2- notícias publicadas na imprensa étnica sobre a realização de eventos organizados por autoridades italianas em solo paulistano.

I. LEVANTAMENTO DE DADOS: ITAMARATY E FANFULLA

Ainda dentro do espírito de introduzir o leitor em nosso universo de pesquisa, devemos demonstrar qual a metodologia empregada para o levantamento de nossos dados e, ao mesmo tempo, a partir de nossa exposição metodológica, aproximarmos-nos dos dados coletados no Arquivo Histórico do Itamaraty, alicerce desta tese.

A coleta de dados foi realizada e determinada a partir da hipótese de que o Estado Italiano fascista (1922/1944) foi o condutor de um

processo histórico, no sentido de consolidar a idéia da nação italiana⁵ no plano de sua política interna, por meio de ações que geraram uma contrapartida na política externa italiana, principalmente no que se referia à ligação entre o Estado italiano e sua diáspora. Portanto nossa pesquisa procurou mapear qual o caráter dessas ações voltadas para o grupo fixado na cidade de São Paulo (o mais significativo do Brasil⁶), tentando uma aproximação com as principais posições da diplomacia italiana⁷ e com o modo como esta entendia a receptividade do grupo a estas ações. Para tanto, definimos que seria possível realizar o mapeamento da atuação da diplomacia italiana através de seu relacionamento com a representação brasileira em Roma (embaixada). Esta definição deu-se por dois motivos básicos:

I – Para o governo italiano perpetuar alguma ação junto aos grupos migrantes espalhados pelo Brasil seria necessário o consentimento do governo brasileiro, fato que sem dúvida colocava a embaixada em Roma como o primeiro contato entre o governo fascista (através de seu Ministério das Relações Exteriores e, em muitos casos, pelo próprio Benito Mussolini) e os diversos governos brasileiros do período histórico.

⁵ - Esse processo histórico é aqui entendido nos termos colocados por Eric Hobsbawm (1984) quando analisa diversos processos históricos europeus, denominando-os “invenção das tradições”.

⁶ - Cenni, 1975; Alvim, 1986; Trento, 1988 entre outros

⁷ - Para sermos precisos historicamente, o *Partito Nazionale Fascista (PNF)* somente conseguirá estender seus tentáculos até o corpo diplomático italiano depois de alguns anos da chegada de Mussolini ao poder. Bertonha (1998) afirma que o processo de fascistização do **Ministero degli Affari Esteri** somente ocorrerá no período entre 1925 e 1929.

II – Por ser a embaixada um dos espaços nos quais a política externa italiana era discutida a partir da perspectiva brasileira, já que uma das funções das embaixadas é monitorar e interpretar as posições políticas de um país e/ou governo dentro das relações internacionais de um determinado período.

A partir destas duas posições, pudemos definir nossa fonte documental: a documentação diplomática produzida pela representação brasileira em Roma, a qual está depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, local onde encontramos toda a documentação produzida pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty), e que atualmente está dividido em duas sedes distintas localizadas respectivamente na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília.

A documentação diplomática brasileira produzida entre os anos de 1822 (Independência do Brasil) e 1959 (último ano em que a cidade do Rio de Janeiro foi capital da República) está depositada no Palácio Itamaraty, na região central do Rio de Janeiro⁸, enquanto que a documentação produzida pelo ministério mais recentemente encontra-se à disposição em sua atual sede, localizada em Brasília. Devido ao período estudado

8 - O Palácio Itamaraty foi construído em meados do século XIX pelo filho do primeiro Barão de Itamaraty, e tombado em 1938. Durante o período 1889 a 1898, abrigou a sede dos primeiros governos republicanos, passando a ser sede do Ministério das Relações Exteriores em 1899, condição que perdurou até 1970, data da mudança do ministério para Brasília. Atualmente a imponente edificação localizada na Avenida Marechal Floriano 196, ao lado da estação ferroviária da Central do Brasil, do antigo Ministério da Guerra e em frente ao Campo de Santana, abriga, além do Arquivo Histórico do Itamaraty, o Museu Histórico e Diplomático, uma mapoteca e a unidade do Ministério das Relações Exteriores no estado do Rio de Janeiro (MRE, 2002).

neste trabalho, a documentação consultada foi aquela localizada no Rio de Janeiro, já que o acervo documental utilizado foi o produzido pela embaixada brasileira em Roma durante o período entre 1922 e 1935.

Antes de explicarmos a periodização de nossa base documental, parece-nos necessário descrever as características gerais da documentação depositada em tal arquivo. Basicamente, os documentos disponíveis para consulta do público são, de modo geral, correspondências entre o ministério e suas missões diplomáticas, repartições consulares ou escritórios de representação espalhados pelos países com os quais o Brasil mantém ou manteve relações diplomáticas ou ainda documentos produzidos nos contatos com representações estrangeiras no Brasil.

Nossa primeira tarefa nesse arquivo foi selecionar todos os documentos relativos à Itália, e ainda uns poucos documentos que versam sobre a problemática da imigração, como por exemplo sobre Congressos Internacionais de Imigração em que o Brasil mandou representantes ou correspondências dirigidas à antiga Diretoria do Serviço de Povoamento.

O primeiro contato com esse material deu-se com a intenção de definir uma série histórica de documentos afinados com os objetivos da pesquisa – mapear o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália no período para vislumbrar as posições e ações do governo italiano em relação

ao grupo migrante fixado no Brasil, no geral, e em São Paulo, especialmente. Para tanto, através de pequenas amostras aleatórias ⁹de cada conjunto documental, pudemos entender qual o caráter de cada tipo de documento depositado no referido arquivo, conforme os quadros abaixo relacionados:

**DOCUMENTAÇÃO ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY
RELAÇÕES BRASIL – ITÁLIA (1922 / 1950)¹⁰**

**Quadro I
Missões Diplomáticas - ROMA**

| TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|--------------------------------|------------------------|
| 1. <i>Ofícios</i> | 1922-1950 |
| 2. Despachos | 1922-1950 |
| 3. Telegramas Recebidos | 1922-1926 1931-1950 |
| 4. Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| 5. Telegramas Cópias | 1927-1930 |
| 6. Cartas-Telegramas Recebidos | 1946-1950 |
| 7. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1950 |

**Quadro II
Repartições Consulares na Itália**

| CIDADE | TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|------------------|---------------------------------|----------------|
| Catânia (Gênova) | 8. Não Especificado | 1922-1924 |
| | 9. <i>Ofícios</i> | 1922-1930 |
| Florença | 10. Despachos e Índices | 1922-1930 |
| | 11. Cartas-Telegramas Expedidos | 1950 |
| | 12. <i>Ofícios</i> | 1922-1930 |
| | 13. Despachos | 1931-1950 |
| Gênova | 14. Cartas-Telegramas Recebidos | 1946-1950 |
| | 15. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1950 |
| | 16. Telegramas Recebidos | 1931-1950 |
| | 17. Telegramas Expedidos | 1931-1950 |
| | 18. <i>Ofícios</i> | 1922-1950 |
| | 19. Despachos | 1922-1950 |
| Livorno | 20. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1949 |
| | 21. Telegramas Recebidos | 1922-1948 |
| | 22. Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| Messina (Gênova) | 23. Não Especificado | 1924 |
| | 24. <i>Ofícios</i> | 1922-1950 |
| | 25. Despachos | 1922-1932 |

⁹ - Estas amostras aleatórias foram construídas através do seguinte critério: para cada tipo documental, escolhemos aleatoriamente um mês para uma breve análise do caráter dos documentos.

¹⁰ - A periodização dessa consulta inicial foi determinada pelo projeto de pesquisa, que previa a análise do relacionamento diplomático entre Brasil e Itália durante o fascismo e o imediato pós-guerra, com a intenção de realizarmos um estudo comparativo entre esses períodos, objetivo abandonado com o decorrer da pesquisa.

(cont.)

| CIDADE | TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|------------------|---------------------------------|------------------------|
| Milão | 26. Cartas-Telegramas Recebidos | 1947-1950 |
| | 27. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1950 |
| | 28. Telegramas Recebidos | 1922-1950 |
| | 29. Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| Milazzo (Gênova) | 30. Não Especificado | 1924 |
| | 31. <i>Ofícios</i> | 1922-1950 |
| | 32. Despachos | 1922-1941 |
| Nápoles | 33. Cartas-Telegramas Recebidos | 1946-1950 |
| | 34. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1950 |
| | 35. Telegramas Recebidos | 1922-1950 |
| | 36. Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| Palermo | 37. <i>Ofícios</i> | 1922-1934 |
| | 38. Despachos | 1922-1928 1931-1935 |
| | 39. Telegramas | 1922-1928 |
| Roma | 40. <i>Ofícios</i> | 1922-1950 |
| | 41. Despachos | 1922-1930 |
| | 42. Cartas-Telegramas Recebidos | 1946-1950 |
| | 43. Cartas-Telegramas Expedidos | 1946-1950 |
| | 44. Telegramas Recebidos | 1922-1930 |
| Savona (Gênova) | 45. Telegramas Expedidos | 1922-1930 |
| | 46. Não Especificado | 1925-1930 |
| Trieste | 47. <i>Ofícios</i> | 1922-1942 |
| | 48. Despachos | 1922-1941 |
| | 49. Telegramas Recebidos | 1922-1942 |
| | 50. Telegramas Expedidos | 1922-1942 |
| Turim | 51. <i>Ofícios</i> | 1922-1931 |
| | 52. Despachos | 1922-1932 |
| | 53. Telegramas Recebidos | 1931-1932 |
| | 54. Telegramas | 1922-1930 |
| Veneza | 55. <i>Ofícios</i> | 1922-1932 |
| | 56. Despachos | 1922-1931 |
| | 57. Telegramas | 1922-1930 |

Quadro III
Congressos ou Órgãos Internacionais

| INSTITUIÇÃO | TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|---|----------------------|---------|
| 58. Comissão Internacional de Emigração | Relatórios | s/i |
| 59. Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração — Roma | Relatórios | 1924 |
| 60. IIª Conferência Internacional de Emigração e Imigração — Havana | Relatórios | 1928 |

Quadro IV
Cartas de Chancelaria e de Gabinete

| TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|----------------------------|-----------|
| 61. Recebidas | 1922-1926 |
| 62. Expedidas (minutas) | 1922-1926 |
| 63. Expedidas (maço único) | 1927-1930 |

Quadro V
Notas de Governo a Governo

| TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|--------------------------|-----------|
| 64. Telegramas Recebidos | 1922-1950 |
| 65. Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| 66. Recebidas | 1931-1950 |
| 67. Expedidas | 1931-1950 |

Quadro VI
Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil

| TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|----------------------------------|-----------|
| 68. Notas e Telegramas Recebidos | 1922-1950 |
| 69. Notas e Telegramas Expedidos | 1922-1950 |
| 70. Vários Documentos | s/d |

Quadro VII
Repartições Públicas Federais

| ÓRGÃO | TIPO DE DOCUMENTAÇÃO | PERÍODO |
|-------------------------------------|--------------------------|-----------|
| Conselho de Imigração e Colonização | 71. Telegramas Recebidos | 1938-1950 |
| | 72. Telegramas Expedidos | |
| Diretoria do Serviço de Povoamento | 73. Sem especificação | 1938-1950 |

Após a consulta às amostras aleatórias, pudemos definir com maior precisão qual tipo documental seria utilizado em nossa pesquisa – os *Ofícios* recebidos pelo Ministério das Relações Exteriores, remetidos pela embaixada brasileira em Roma. Isto porque, ao analisarmos as características de cada série documental, definimos que esse grupo seria o mais significativo como fonte, dentro de nossos objetivos de pesquisa. Essa definição deu-se pelo fato de que essa série documental em particular mostrava-se a mais rica em informações passíveis de análise, como demonstraremos abaixo.

Numa análise superficial dos quadros acima listados, vemos que os *Ofícios* referem-se a 11 linhas (15% do total) dos Quadros I e II, portanto uma parte minoritária de todo material depositado no Arquivo Histórico.

rico do Itamaraty e relacionado ao contato diplomático entre as duas nações. Mas, ao tomarmos contato com o teor desses documentos, constatamos a riqueza desse grupo documental, enfatizada pelo volume de dados e pela qualidade das informações contidas em suas milhares de páginas.

Nas outras séries, a quantidade e qualidade de informações revelaram-se muito menores, devido às características de cada documento. Na leitura dos quadros acima relacionados, constata-se a existência de um total de 73 séries documentais depositadas no Arquivo Histórico do Itamaraty e vinculadas à relação diplomática entre Brasil e Itália, das quais 37 séries referem-se a *Telegramas*, *Cartas-Telegramas* ou *Notas e Telegramas* (50,7%), documentos com uma linguagem pouco desenvolvida, já que nesse tipo de meio de comunicação encontramos textos curtos, marcados por uma linguagem extremamente truncada, fato que *per si* diminuiria nossa capacidade de análise¹¹.

Outro grupo com algum destaque quantitativo é formado pelos Despachos, reunindo também 11 linhas de nossos quadros (15% sobre o total). Esses documentos referem-se às cartas remetidas pelo ministro aos embaixadores ou cônsules e que são, na realidade, os rascunhos (escritos à mão pelo próprio ministro ou por sua assessoria) das cartas que seriam

¹¹ - Outro fato que corrobora para a importância dos *Ofícios* entre as séries documentais é que constatamos diversas referências a troca de *Ofícios* entre embaixada e ministério em muitos telegramas consultados; principalmente quando os assuntos são importantes e necessitam de maiores explicações e detalhes.

remetidas ao exterior. Os originais dessas correspondências muito provavelmente estão arquivados nas sedes da embaixada e dos consulados na Itália. Mas como nosso objetivo é entender as demandas vindas da Itália para o governo brasileiro, esses documentos desviariam a pesquisa de seus objetivos. As respostas e as intenções dos governos brasileiros também transparecem nos *Ofícios*, pois os embaixadores sempre são obrigados a responder aos pedidos e solicitações, utilizando-se para tal fim desse tipo de documento que, quando consultado de forma seqüencial e cronológica, nos informa o suficiente sobre as posições do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Entre as séries documentais selecionadas, encontramos 4 séries com a rubrica *Não especificado* (5,5%) e que na realidade referem-se a documentos esparsos que não formam uma série uniforme, com características que não os encaixam nos outros grupos documentais, caracterizando-os como exceções, fato que nos afastaria dos objetivos de nossa pesquisa ao impossibilitar uma análise cronológica e seqüencial, fundamental para entendermos as principais questões presentes no relacionamento diplomático entre as duas nações.

Ainda encontramos 3 séries documentais sobre a participação brasileira em congressos internacionais ou órgãos internacionais relacionados à problemática migratória (4,1%), como exposto no Quadro III, e que

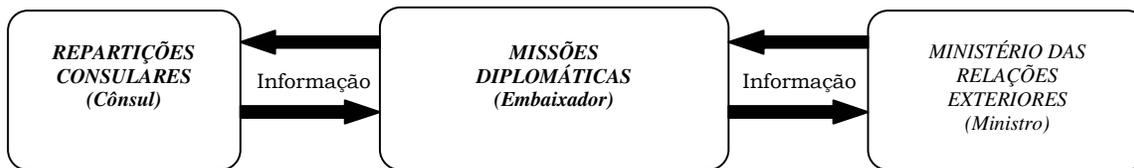
também foram selecionados para análise dos dados devido a sua relevância para nossos objetivos.

Definimos que a documentação originária das repartições consulares não seriam objeto de análise, pelo fato de boa parte desses documentos referirem-se a prestações de contas ou constituírem-se de documentos burocráticos relacionados à administração desses órgãos. Os documentos com análise de conjuntura ou relatórios sobre questões regionais importantes seriam repassados pelo embaixador ao Ministério das Relações Exteriores através de *Ofícios* específicos, onde encontramos o relato das questões levantadas pelos cônsules espalhados pela península itálica.

Portanto as principais questões que poderiam ser vislumbradas nos documentos consulares também seriam encontradas nos *Ofícios*. Com isso, a leitura de documentos de todas as repartições consulares, além de elevar enormemente o trabalho de pesquisa, não nos acrescentaria novos elementos para análise, devido ao fluxo de informações entre as representações brasileiras seguir a hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, como podemos ver no fluxograma abaixo:

FIGURA I

Trâmite de Informações entre Representações Diplomáticas



Portanto, a série documental selecionada para consulta foi a dos *Ofícios* remetidos pela embaixada de Roma. Com isso, definimos os *Ofícios* como sendo o principal meio de comunicação direta entre o embaixador de uma missão diplomática e o ministro das relações exteriores. Desse modo, encontramos nesses documentos a comunicação oficial das notícias e informações dos trabalhos daquela missão e de suas repartições consulares subordinadas.

Com isso imaginamos que a pesquisa nessa série documental deveria acontecer através da consulta à totalidade dos referidos documentos, com o objetivo de mapear as relações diplomáticas entre Brasil e Itália e construir uma interpretação que coloca a questão migratória e a formação da etnicidade italiana como um dos pilares do relacionamento intergovernamental no período.

Decidido o tipo documental, o próximo passo seria definir a periodização de nossa consulta. Como vemos nos quadros expostos, a documentação selecionada para definir qual metodologia seria desenhada

inicia-se em 1922 (ano da chegada ao poder de Benito Mussolini na Itália), chegando até o ano de 1950 (fim da década de 40, período proposto inicialmente pelo projeto de pesquisa). Mas, mesmo restringindo-nos a somente uma série documental (*Ofícios*), o volume de documentos a serem consultados seria muito grande¹².

Além do problema do volume de documentos a serem consultados, definimos que, para a realização de nossos objetivos, seria desnecessário consultar todos os documentos relativos a todo período do governo fascista que se estendia de 1922, início do governo de Benito Mussolini, a 1942, quando ocorre o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Itália, devido ao alinhamento brasileiro com os Aliados e ao consequente envio de tropas brasileiras, justamente para o palco italiano da guerra.

Nossa intenção nesta pesquisa era construir uma nova perspectiva para o entendimento das relações diplomáticas entre os dois países, perspectiva esta na qual a política de construção da italianidade seria um dos objetivos centrais da chancelaria italiana. Com isso, definimos que os anos iniciais do governo fascista e a consolidação desse regime de go-

¹² - Segundo estimativa realizada no momento inicial de nossa pesquisa, o total de *Ofícios* recebidos pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro alcançaria a cifra 5.824 cartas. A estimativa levou em consideração uma média de 4 *Ofícios* remetidos por semana pela embaixada de Roma, número determinado pela consulta inicial, durante 28 anos (1922-1950). Ao levarmos em conta, numa estimativa conservadora, uma média de 2 páginas datilografadas para cada ofício, o número de páginas a serem consultadas aproximar-se-ia de 11.000.

verno já nos bastaria para vislumbrarmos nossos objetivos. Entendemos que a análise minuciosa da toda documentação produzida pela embaixada brasileira em Roma durante um período significativo, dentro do processo histórico que elevou o *Partito Nazionale Fascista* (PNF) à chefia do governo italiano e o período de consolidação deste regime, já nos bastaria para que entendêssemos os objetivos e as linhas mestras do posicionamento fascista perante suas relações exteriores.

Dessa maneira, os objetivos de nossa pesquisa seriam melhor atingidos com uma periodização menor do que a totalidade dos anos em que Benito Mussolini governou com mãos de ferro a península itálica (1922-1943¹³). Conseqüentemente definimos que o período para nossa pesquisa iniciar-se-ia em 1922, ano da chegada ao poder do *Duce*, estendendo-se até 1935, quando o regime fascista não só já estava consolidado, como impunha-se como única alternativa política ao Estado Italiano, dentro de seu contexto histórico, como é o ano em que a Itália fascista realizava sua maior aventura imperialista antes da eclosão da IIª Guerra Mundial

¹³ - O longo governo de Benito Mussolini na península itálica durou, rigorosamente, até o dia 25/7/1943, data na qual o líder 'supremo' do *PNF* foi preso com o consentimento do rei da Itália, que articulara com alguns líderes fascistas uma saída honrosa do conflito bélico, depois de verem as tropas anglo-americanas desembarcar na Sicília e serem aclamadas como libertadoras pela população local. A alternativa encontrada pelos líderes italianos era a deposição do *duce* e a assinatura de um armistício com os Aliados em 8/9/1943, fato que se revelou no abandono do comando das tropas italianas e no abandono de Roma pelo rei e pelo governo Badoglio (líder fascista que substituiu Benito Mussolini). O *duce*, depois de libertado da prisão durante uma ação espetacular das forças alemãs numa estação de esqui no norte da Itália, onde Mussolini fora encarcerado, rumou para o Vêneto onde fundou a República Social Italiana (ou República de Saló, retratada esplendidamente por Pier Paolo Pasolini no filme *Saló ou 120 dias de Sodoma*), títtere do comando alemão instalado no Norte da Itália, para ser fuzilado em 27/4/1945 (Trento, 1993).

- a Guerra da Absínia - numa clara demonstração de suas intenções expansionistas no concerto das nações do período.

Ao analisarmos a obra de Renzo De Felice (1965, 1966, 1968, 1974, 1981, 1996a, 1996b, 1997), observamos que a invasão do reino etíope marcará o auge da consolidação do regime fascista italiano no plano interno e será a primeira ação que, no plano externo, demonstrará que o discurso expansionista de Mussolini traria conseqüências reais para o equilíbrio europeu do entre guerras. Com isso, a Itália de 1935 demonstrava ao mundo que a decepção com os armistícios que colocaram fim ao primeiro conflito mundial do século XX não traria somente conseqüências internas para sua península.

A não participação italiana no espólio da Iª Guerra Mundial criava não só as condições sociais e políticas¹⁴ para o fascismo assumir o controle do Estado italiano, como também marcava profundamente o discurso fascista nos anos iniciais deste regime de governo (Hobsbawn, 1995)¹⁵, no qual Benito Mussolini sempre pontuou a necessidade expansionista da Itália, posição reiterada pela documentação diplomática consul-

¹⁴ - Condições que se refletiam na extrema instabilidade política italiana do início dos anos 20 (Paris, 1993; Trento, 1993, Gentile & De Felice, 1988).

¹⁵ - Hobsbawn, ao se aproximar de uma explicação para a emergência do nazi-fascismo na década de 20, relaciona intimamente o discurso nacionalista presente nas plataformas políticas dos líderes do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*NSDAP*) e no Partido Nacional Fascista (*PNF*) com as conseqüências do fim da Iª Guerra Mundial. A Alemanha sofrera sérias e graves retalições por ser a grande derrotada e a Itália, por não ter sido atendida em suas pretensões como uma das nações vitoriosas, situações que geraram grande insatisfação devido às crises econômicas surgidas a partir das participações dessas nações naquele conflito armado.

tada. E a invasão da Etiópia em 1935 será, nesse sentido, uma evidência real de que o discurso expansionista sairia do campo da retórica. É importante enfatizar neste momento que, dentro das palavras e das ações do regime de Benito Mussolini, no que se refere à expansão do reino italiano, as diásporas italianas ocupariam um lugar de destaque, fato que será explorado no decorrer desta tese.

Com o desenho de nossa metodologia de pesquisa esboçado, pudemos iniciar a fase de levantamento de dados no Arquivo Histórico do Itamaraty levando em conta o seguinte parâmetro: a leitura da totalidade dos *Ofícios* postados pela embaixada brasileira em Roma entre 1922 e 1935. Tal levantamento resultou na seleção de 615 *Ofícios*, dos quais as informações mais relevantes foram aos poucos armazenadas num banco de dados¹⁶ para futura análise.

Nesta parte da pesquisa, já iniciávamos as análises de nosso material pois, enquanto selecionávamos os documentos mais relevantes, elaborávamos um resumo do conteúdo de cada *Ofício*, com o objetivo de inseri-lo no banco de dados, armazenando, assim, as informações dentro de uma ‘ficha padrão’, idealizada para facilitar a futura e aprofundada análise dos dados, tal qual o modelo abaixo:

¹⁶ - Para a confecção deste banco de dados foi utilizado o programa Microsoft Access 2000.

FIGURA II

Ficha Padrão – Catalogação de Ofícios

| DATA | TIPO DE DOCUMENTO | MINISTRO | EMBAIXADOR |
|---|-------------------|-------------------|--------------|
| 16/11/22 | OFÍCIOS | Felix Pacheco | Souza Dantas |
| DESCRIÇÃO | | | |
| Longa carta, relatando em detalhes a insurreição fascista, a queda do governo constitucional e a subida ao poder de Benito Mussolini. Claramente favorável ao fascismo, demonstra certa admiração à organização do Partido Fascista. Deixa claro que deseja o fim da instabilidade na política italiana, e enxerga em Mussolini e no fascismo a força e ação necessária para isto. Entendia o Ministério Facta como fraco e inábil. No fim relata que já se encontrara com Mussolini e que conversaram sobre o problema emigratório. Segundo o embaixador, questão importante que os governos anteriores não tiveram força para enfrentá-lo. Afirma que Mussolini estaria disposto a tornar intensa a emigração sobretudo para o Brasil. Remete recortes de jornais sobre a insurreição fascista. | | | |
| ASSUNTO I | Política Italiana | ASSUNTO II | Migrações |
| ASSUNTO III | | | |
| OBSERVAÇÃO | | | |
| | | | |

Como podemos ver na Figura II, as informações contidas nos documentos consultados foram aos poucos coligidas, sendo necessária uma primeira análise para esse procedimento de pesquisa. Em cada ficha, resumíamos o documento e, sem dúvida, o interpretávamos antes das informações serem armazenadas. Além do resumo, catalogávamos cada ficha através de palavras-chaves¹⁷ que nos possibilitariam, num segundo momento, o agrupamento dos documentos durante a análise dos dados. É importante esclarecer que a definição das palavras-chaves foi realizada num segundo momento, após a consulta de todos os documentos de nosso período, pois somente depois de lidas todas as fichas em conjunto pude-

¹⁷ - Como podemos ver na Figura II as palavras-chaves foram inseridas nos campos Assunto I, Assunto II e Assunto III; portanto cada documento foi catalogado em até três palavras-chaves diferentes.

mos definir cada palavra-chave, totalizando assim 20 entradas diferentes, como veremos mais adiante.

A partir do momento em que começamos a ter contato com os dados diplomáticos, vislumbrou-se uma nova perspectiva metodológica para nossa pesquisa. Os dados diplomáticos mostravam-se muito ricos, mas não atingiam completamente nossos objetivos, pois a realidade cotidiana do grupo migrante fixado em São Paulo não transparecia plenamente neles. Tornava-se necessária assim a construção de uma alternativa para a consecução desses mesmos objetivos.

Também estávamos em busca de alguma pista de como os órgãos oficiais do regime fascista italiano relacionavam-se com o grupo migrante da cidade de São Paulo. Ou seja, se levássemos em conta a máxima Itália=Fascismo¹⁸, na qual toda a literatura especializada nesse período histórico da Itália resume o espírito e as ações desse regime de governo, estaríamos buscando, nos documentos diplomáticos, elementos que nos fornecessem um panorama geral do lugar que os migrantes ocupavam naquela Itália das décadas de 20 e 30.

Entre os documentos selecionados em nossa pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, alguns em especial chamaram nossa atenção; eram solicitações (e/ou retransmissões de pedidos oficiais do governo

¹⁸ - No capítulo III discutimos a acepção deste binômio na península itálica das décadas de 20 e 30.

fascista em forma de ofícios) para que o governo brasileiro desse especial atenção a alguns eventos que contavam com o apoio e/ou subsídio direto do regime fascista. Os documentos relacionados a esses eventos representam 3,46% de todo material levantado nessa fonte, como podemos ver na tabela abaixo:

TABELA I

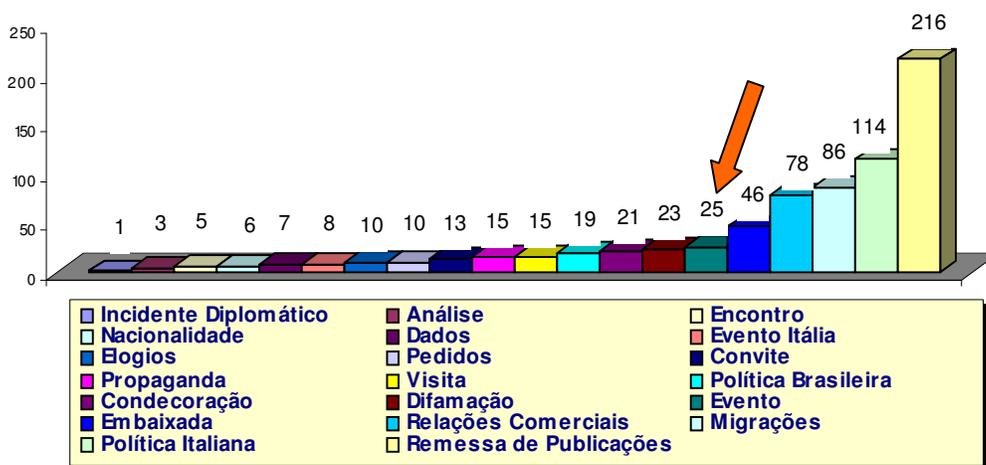
DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS – ARQUIVO ITAMARATY

| ASSUNTOS DOS DOCUMENTOS | NÚMERO DE DOCUMENTOS | PORCENTUAL |
|-----------------------------------|----------------------|------------|
| 1. Análise | 3 | 0,42% |
| 2. Condecoração | 21 | 2,91% |
| 3. Convite | 13 | 1,80% |
| 4. Dados | 7 | 0,97% |
| 5. Difamação | 23 | 3,19% |
| 6. Elogios | 10 | 1,39% |
| 7. Embaixada | 46 | 6,37% |
| 8. Encontro | 5 | 0,69% |
| 9. Evento Brasil | 25 | 3,46% |
| 10. Evento Itália | 8 | 1,11% |
| 11. Incidente Diplomático | 1 | 0,14% |
| 12. Migrações | 86 | 11,91% |
| 13. Nacionalidade | 6 | 0,83% |
| 14. Pedido | 10 | 1,39% |
| 15. Política Brasileira | 19 | 2,63% |
| 16. Política Italiana | 114 | 15,79% |
| 17. Propaganda | 15 | 2,08% |
| 18. Relações Comerciais | 78 | 10,80% |
| 19. Remessa de Publicações | 216 | 29,92% |
| 20. Visita | 15 | 2,08% |

Fonte: Pesquisa Documental.

GRÁFICO I

DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS – ARQUIVO ITAMARATY (NÚMEROS ABSOLUTOS)



Fonte: Pesquisa Documental.

Apesar de constatarmos a baixa relevância quantitativa para os documentos sobre tais eventos (sexta posição entre os assuntos de maior incidência), quando analisamos os textos dos vinte e cinco documentos referidos, concluímos que estes poderiam servir como base para mais uma etapa de nossa pesquisa. Com as informações catalogadas nesses documentos, construímos mais um procedimento de pesquisa com o objetivo de analisar as conseqüências reais das ações diplomáticas para o grupo migrante fixado na cidade de São Paulo. Para tanto, acompanharíamos o desenrolar desses eventos através da imprensa étnica, a qual, sem dúvida, dar-nos-ia uma boa impressão de como eram recebidas pelo grupo migrante as ações do corpo diplomático italiano.

Com isso, acreditamos que acompanhar o desenrolar desses eventos na cidade de São Paulo poderia fornecer-nos indícios acerca da validade de nossas hipóteses de trabalho, principalmente para aquelas que se referem à construção de um identidade étnica italiana em indivíduos que ainda não reconheciam a Itália como Estado Nacional unitário e como fonte de valores e costumes que, supostamente, alicerçavam sua etnicidade. Em outras palavras, tais eventos são aqui entendidos como meio de nos aproximarmos das ações do governo fascista para transformar o grupo migrante da cidade de São Paulo em 'italianos', já que o próprio fascismo colocava essa tarefa como a principal de suas representações diplomáticas,

como bem demonstra toda a bibliografia internacional¹⁹ sobre a atuação do fascismo junto aos diversos grupos migrantes espalhados pelo mundo.

Para a realização de tal intento, determinamos que a imprensa étnica seria um instrumento privilegiado. Assim elegemos o *Fanfulla*²⁰ como nossa fonte de pesquisa. Tal escolha baseou-se na idéia colocada por quase toda a bibliografia sobre italianos em São Paulo, a qual aponta esse periódico como o mais importante do grupo, ou pelo menos o de maior visibilidade, devido principalmente à sua grande circulação.

A partir desta metodologia de pesquisa, estruturamos esta tese em cinco capítulos. Neles buscamos condensar os dados de nossas pesquisas documentais com discussões teóricas sobre o fenômeno migratório ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, sempre com o objetivo de colaborar com as discussões sobre o papel dos processos de construção de etnicidades para a compreensão desses movimentos populacionais ocorridos, basicamente, entre Europa e América, no geral, e Itália e Brasil, em específico.

¹⁹ - Para um bom balanço da bibliografia internacional sobre este problema, consultar os trabalhos de Bertonha (1998 e 1999).

²⁰ - Importante destacar a obra de Marina Consolmagno (1993) como a principal fonte para a compreensão da importância desse periódico, apesar da mesma centrar análise num período diverso do aqui analisado.

No capítulo I, antes de descrevermos nossos dados de pesquisa, elaboramos uma discussão teórica sobre os conceitos de etnia e etnicidade, além de iniciarmos a construção de nosso objeto de pesquisa. Para embasar nossos dados de pesquisa bem como o argumento central desta tese, faz-se necessário entender a forma como esses conceitos foram construídos dentro das Ciências Sociais. Para tanto, resgatamos na tradição sociológica norte-americana, através da escola de Chicago, o momento em que o conceito de etnia foi colocado no centro das preocupações sociológicas, destacando o quanto os estudos migratórios foram fundamentais para este movimento.

No capítulo I, ainda, damos os primeiros passos no sentido de uma aproximação com nosso objeto de pesquisa, correlacionando a discussão teórica com a realidade - e as conseqüentes peculiaridades - do grupo migrante italiano, além de demarcarmos o quão específico é o processo de construção da etnicidade italiana, relacionando o contexto histórico da península itálica com a realidade da diáspora italiana, especialmente aquela fixada na cidade de São Paulo.

No capítulo II, trazemos a discussão conceitual para a realidade brasileira, local onde nosso objeto desenvolveu seu processo específico de construção de etnicidade. Para tanto, analisamos o quão importante foi a noção de etnia (ou de raça) para as explicações elaboradas para a reali-

dade brasileira, buscando na tradição intelectual brasileira, através de autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freire, entre outros, o caminho percorrido pelos conceitos de raça e etnia. Ao mesmo tempo, enfatizamos a importância do fenômeno migratório para o desenvolvimento intelectual de tais conceitos, ao trazer para a ordem do dia, no final do XIX e início do XX, a questão étnica/racial. Outro objetivo do capítulo é inserir o leitor no contexto político brasileiro, ao demonstrar como esses mesmos conceitos foram incorporados a definições de políticas públicas, em vários momentos de nossa história política.

Com o terreno conceitual preparado, no capítulo III, adentramos o universo dos dados de nossa pesquisa documental, ao expormos o resultado de nossa investigação nas páginas diárias do *Fanfulla*. A partir deste ponto em nossa tese, começamos a discutir diretamente as características do processo de formação da 'italianidade' na cidade de São Paulo. Para tanto, antes de descrever cada evento acompanhado nas páginas do periódico étnico, demonstramos as características da cidade de São Paulo no início do século XX, palco onde os migrantes advindos da península itálica irão relacionar-se com a sociedade receptora e, conseqüentemente, construir a idéia de um grupo social minimamente coeso em torno de laços étnicos comuns.

A partir da descrição de São Paulo como uma cidade migrante, ainda no capítulo III, começamos a descrever, por meio da cobertura jornalística do *Fanfulla* o desenrolar dos eventos patrocinados pelas autoridades italianas em solo brasileiro. No final serão descritos quatro eventos – a exposição da *Nave Itália*, a visita do Príncipe herdeiro do trono italiano, o *Raid De Pinedo* e o *Raid Orbetello - Rio de Janeiro* –, entendidos como parte integrante da política externa do governo fascista italiano voltado para seus emigrados, com o sentido de construir alguma unidade étnica no grupo fixado no Brasil, no geral, e em São Paulo, especificamente.

No capítulo IV, analisamos os dados diplomáticos que, sem dúvida, alicerçam esta tese, como já foi pontuado em nossa exposição metodológica. A intenção deste capítulo é demonstrar o quanto a questão da etnicidade foi central para as relações diplomáticas entre Brasil e Itália, durante o fascismo, regime de governo que via a questão étnica como estratégica para a consolidação de sua política externa e, principalmente, para os interesses expansionistas da Itália de Benito Mussolini.

Além de expormos as características gerais do relacionamento diplomático dos dois países naquele período, discutimos, neste capítulo, as implicações da política fascista para o grupo migrante fixado em São Paulo, travando um debate sobre o quanto e como a adesão ao regime fascista por parte dos migrantes e de seus descendentes ocorrera em solo paulista-

no e principalmente o quanto esse regime colaborou para a formação do que conhecemos como 'comunidade italiana' ou 'colônia italiana'.

Finalmente, no capítulo V, elaboramos um apanhado geral das idéias desenvolvidas em todos os capítulos da tese. O capítulo final tenta sumarizar os principais pontos do trabalho, resgatando diversas conclusões até então esparsas em seu *corpus*. Com isso, buscamos finalizar nossa tese expondo suas principais conclusões e reforçando os principais argumentos já desenvolvidos.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer a algumas pessoas e instituições que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho financiado pelo CNPq, órgão que me concedeu bolsa de estudos pelo período de quatro anos.

Começo agradecendo à Prof. Eliana Aloia Atihé, colega que revisou esta tese e que, de acordo com suas palavras, aprendeu muito com ela sobre sua própria etnia . Ainda no que se refere às bases desta tese, agradeço a Lúcia Monte Alto Silva, funcionária responsável pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, pela receptividade e pelas ótimas condições de pesquisa encontradas naquele arquivo.

Encaminho um agradecimento especial ao IDESP, que infelizmente encerrou suas atividades no início de 2003 que, como já foi por mim demonstrado nesta introdução, foi meu abrigo institucional por mais de dez anos. Gostaria de agradecer em especial ao Prof. Dr. Sergio Miceli, ao Prof. Dr. Bolivar Lamounier e Profa. Dra. Maria Teresa Sadek que o dirigiram e com quem convivi num ótimo, estimulante e frutífero ambiente intelectual, fundamental para minha carreira enquanto pesquisador em Ciências Sociais.

Ainda no IDESP, gostaria de agradecer ao companheirismo, apesar de alguma distância entre nossos temas de pesquisa, de Rogério Bastos Arantes (amigo desde a época inicial no instituto), Ricardo Ubiraci Sennes, Fábio Kerche e Luciana Gross S. Cunha, pessoas com quem desfrutei importantes momentos de troca de experiências e muitas angústias comuns àqueles que pretendem realizar um trabalho desse porte.

Encaminho igualmente um agradecimento especial ao grupo de imigração do IDESP: Roberto Grün, Oswaldo Truzzi (também integrante de minha banca de qualificação), Maria do Rosário e Célia Sakurai, esta última uma das leitoras críticas deste atual trabalho, companheiros (e mestres) que sempre mostraram enorme paciência com o estagiário, mais tarde estudante de mestrado e o atual doutorando. Obrigado pelas leituras e críticas, principalmente ao projeto que deu início a este trabalho.

Em especial, gostaria de agradecer à enorme paciência de minha orientadora – Profa. Dra. Teresa Sales – e ao seu costumeiro profissionalismo. Principalmente por sempre dirigir-me uma palavra de incentivo, quando muitas vezes o trabalho não assumia o ritmo esperado e combinado. Sem dúvida, foi um grande privilégio compartilhar, durante dez anos de orientação (iniciada ainda no mestrado), de sua generosidade intelectual, sendo ela a principal responsável pela definição do estudo das migrações internacionais como a temática central de minha carreira enquanto pesquisador em Ciências Sociais.

Por último, gostaria de agradecer a minha família: aos meus pais – Manoel e Marisa – por criarem as condições para minha difícil opção pela vida acadêmica; aos meus irmãos – Ana Paula, Maurício e Maria Helena – pelo companheirismo sempre que necessário. E, principalmente, a Regina, a quem dedico esta tese, aquela que suportou ao meu lado todas as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de um trabalho como este, que segura todas as minhas incertezas e dúvidas e com quem sempre dividirei minhas alegrias.

Obrigado a todos.

CAPÍTULO I

ETNICIDADE, NACIONALISMO E MIGRAÇÕES – TEORIA E CONTEXTO HISTÓRICO: O CASO ITALIANO

“(...) Toda diferencia de ‘costumbres puede alimentar em sus portadores um sentimiento de ‘honor’ y ‘dignidad’.(...)”
(Weber, 1944:317)

Entendemos que em todo trabalho deste porte o passo inicial é a construção dos parâmetros (conceitual e metodológico) em que a análise dos dados de pesquisa estará inserida. Para tanto, torna-se necessário delimitar as balizas teóricas que darão verossimilhança às análises aqui empreendidas. Com este objetivo traçado, devemos então iniciar um balanço do debate teórico, dentro das Ciências Sociais, sobre o conceito de etnicidade. Nossa preocupação está centrada no entendimento de como este campo do conhecimento científico, de modo geral, e os estudos sobre fenômenos migratórios²¹, em especial, incorporam este conceito em suas teorias, buscando um padrão explicativo para as relações sociais baseadas em preceitos étnicos.

²¹ - Utilizarei em todo texto o termo *migratório* para designar o que tradicionalmente a bibliografia denomina *imigratório*. A partir da obra de Abdelmalek Sayad, **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade**, optarei por utilizar o primeiro termo pois, como o autor demonstra, todo processo imigratório um dia foi emigratório. Este termo daria conta das limitações das expressões usualmente utilizadas pela bibliografia pertinente, principalmente num texto que pretende demonstrar a importância do conceito de etnicidade no contexto dos estudos de movimentos populacionais em grande escala, o que sem dúvida nos remete às características tanto da sociedade receptora como da de origem.

Esta questão está no centro de minhas preocupações de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, cujo tema central é a análise do processo de formação da etnicidade italiana na cidade de São Paulo durante as décadas de 20, 30 e início da de 40, refletindo sobre qual foi o papel exercido pelo regime fascista italiano dentro deste processo.

Como já exposto na introdução, nossa hipótese principal é a de que o grupo italiano, fixado na cidade de São Paulo a partir de fins do século XIX, somente poderá ser entendido como tal quando seus integrantes passem a se reconhecer como oriundos da pátria italiana, estabelecendo relações de solidariedade e reciprocidade de bases étnicas com indivíduos de trajetória parecida e, principalmente, sem o recorte regional que caracterizou o grupo no momento de sua chegada no Brasil (Araújo, 2000). Este fenômeno sem dúvida ganha expressão a partir dos anos 20, atingindo seu ápice durante o governo Benito Mussolini na Itália, o qual sempre se preocupou com a questão da formação da *italianidade* dentro e fora dos limites geográficos daquele país. Este trabalho utiliza ainda como pano de fundo o momento histórico brasileiro no qual as diversas etnicidades presentes na sociedade paulistana encontravam limites na política interna brasileira, contexto que estava alicerçado na formação da nacionalidade brasileira, através da idéia de miscigenação, portanto espaço onde manifestações étnicas não encontravam possibilidade de expressão socialmente legítima.

O conceito de etnicidade precisa portanto ser delimitado para ser utilizado como instrumental teórico e metodológico de pesquisa, sendo um referencial fundamental para entendermos, em primeiro lugar, o processo de formação da *'italianidade'* em terras paulistanas e para analisarmos o processo migratório brasileiro, como objetivo secundário deste trabalho.

Este segundo aspecto assume relevância quando entramos em contato com a bibliografia sobre o processo migratório brasileiro. A tradição analítica entende este fenômeno através de um conceito de etnicidade que trabalha com a idéia de assimilação e integração, seguindo uma tradição inaugurada na moderna sociologia pela teoria forjada no contexto urbano de Chicago, mesmo que esta inspiração não seja diretamente declarada, como veremos mais adiante. Na maioria dos trabalhos monográficos sobre as mais diversas etnias presentes no contexto brasileiro, o objetivo principal seria mensurar graus de assimilação e o tempo gasto pelo grupo étnico para completar esse processo e, conseqüentemente, estar integrado, em específico, à sociedade local e, em geral, à sociedade brasileira.

A partir desta constatação, proponho-me a realizar uma análise de como o conceito de etnicidade é construído dentro das Ciências Sociais, deixando para o Capítulo II a análise de como este foi manejado pela

bibliografia brasileira produzida em torno do fenômeno migratório iniciado em meados da segunda metade do século XIX.

Com isso, tento rastrear o caminho percorrido dentro e entre as disciplinas científicas que compõem o arcabouço que ficou conveniado como Ciências Sociais. Para tanto, nossa trilha inicia-se pela escola antropológica inglesa, em um contexto histórico específico – a formação de Estados-nações em territórios ‘tribalizados’ na África e na Ásia – e terá como destino final a produção sociológica americana conhecida como Escola de Chicago, que incorporou a questão étnica aos estudos sociológicos. Nossa viagem terá um objetivo previamente definido : a demonstração de como este conceito forjado nos estudos das chamadas ‘sociedades primitivas’ (pela antropologia) foi apropriado por outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais (a sociologia) para explicar fenômenos e padrões de relacionamento entre grupos sociais em ‘sociedades modernas’ inseridas em outros contextos históricos.

É necessário demarcar de início que este esforço intelectual tentará demarcar a importância dos estudos migratórios para a Sociologia em especial, e para as Ciências Sociais em geral. Pois ao apresentar o debate dentro da sociologia americana, que coloca os preceitos étnicos como padrão explicativo para o fenômeno migratório nos E.U.A., demonstro o quanto este padrão colaborou para a consolidação da Sociologia enquanto

uma disciplina científica autônoma com objeto (a vida nos conglomerados urbanos norte-americanos) e método específicos e, portanto, legítimos neste região do mundo (Coulon, 1995). Nesta parte do texto demonstro como a entrada de grandes contingentes migratórios, no final do século XIX, naquele país levou a sociologia norte-americana a incorporar a etnicidade ao seu manancial teórico e metodológico. Ao mesmo tempo, estes estudos colaboravam para a Sociologia tornar-se uma disciplina científica legítima, incorporando-se ao mundo acadêmico. Outro aspecto importante nesta reflexão é destacar o papel fundamental que esse processo representou para a solidificação das explicações sobre o multiculturalismo característico daquela sociedade.

A partir deste processo, representativo da sociologia desenvolvida nas universidades dos EUA²², a etnicidade tornar-se-ia um dos padrões para explicações sobre fenômenos sociais a partir de clivagens não tradicionais nas Ciências Sociais e na Sociologia, tal como a área do conhecimento com suas tradições explicativas fortemente marcadas por análises centradas na categoria classe social.

Portanto, a etnicidade pode ser compreendida como um divisor de águas nas Ciências Sociais. Cria-se um campo de idéias que entende a

²² - Para reforçar o argumento da especificidade da sociologia americana no que se refere a centralidade do conceito de etnicidade é muito elucidativa a leitura da introdução da obra de Poutignat & Streiff-Fenart (1998). Os autores discorrem acerca da necessidade de um balanço teórico sobre a etnicidade na França, país com uma forte tradição intelectual que sempre relegou a um segundo plano esse conceito, devido as suas especificidades históricas.

categoria classe social como um conceito totalizante que, em última instância, explica os padrões de comportamento dos grupos sociais e de seus indivíduos. Em contraposição, há o surgimento dessa visão 'étnica', que contemporaneamente é basilar para uma teoria social com ênfase no relativismo, mas que nasce com a mesma pretensão teórica de elaborar uma teoria geral (e, portanto, totalizante também) sobre as organizações sociais. Ou, em outras palavras, uma noção que dá início à uma tradição teórica capaz de elaborar padrões explicativos baseados na premissa da impossibilidade do conhecimento científico forjar conceitos únicos para a complexidade das relações sociais²³, mas que é gerada, em sua gênese, com o objetivo de oferecer um outro conceito totalizante (etnia) em oposição ao conceito central (classe) desse ramo do conhecimento científico.

Assim, a demarcação das balizas teóricas da pesquisa terá que enfrentar o árido trabalho de discutir a existência de uma contradição no desenvolvimento do conceito de etnicidade, ao frisar suas origens em mais uma tentativa das Ciências Sociais de esboçar explicações gerais e modelos totais. Cabe lembrar que durante o processo de construção deste conceito dentro do manancial da Sociologia, durante um período específico, ocorre a diferenciação entre o conceito de etnia (características culturais) e

²³ - É importante destacar que muitas vezes a etnicidade não foi, e não é, entendida através desta perspectiva, principalmente no momento inicial, quando o conceito é transportado do contexto histórico e geográfico das sociedades tribalizadas - a etnia - e, conseqüentemente, as relações étnicas são utilizadas como fonte para a estruturação, também, de um conceito totalizante. Ver seção 2.

o de raça (características biológicas), debate realizado dentro dos estudos migratórios.

I. ETNICIDADE COMO CONCEITO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Para iniciar esta trilha, solicito a companhia de Max Weber a fim de demarcar o parâmetro inicial de nossa reflexão. O capítulo IV da segunda parte da célebre obra “*Economia y Sociedad*” intitulada “*Comunidades Étnicas*” é aberto da seguinte maneira:

“§ 1. La ‘raza’

Una fuente mucho más problemática de la acción comunitaria que las tratadas hasta ahora es la ‘pertenencia a una raza’, esto es, la posesión real de las mismas disposiciones, heredadas y trasmisibles por herencia, y que descansan en un origen común. Conduce a una ‘comunidad’ sólo cuando es sentida subjetivamente como una nota característica común; y esto ocurre cuando la vecindad o vinculación local de individuos de distinta raza va unida a una actuación común cualquiera (generalmente política) o, al revés, cuando cualquier destino común de los racialmente homogéneos va unido a alguna oposición patente respecto a otras gentes. Entonces la acción comunitaria así nacida suele expresarse de una manera puramente negativa: apartamiento o desprecio de los que presentan caracteres distintos o, al revés, supersticioso temor respecto de los patentemente distintos. (...)” (Weber, 1944:315)

Como podemos ver, Weber alerta para o fato de que a questão étnica é algo bem mais complexo do que outros parâmetros para a análise das ações comunitárias/societárias. Tal questão imbrica-se devido a suas expressões negativas, pois sem dúvida a ação de um grupo baseada em preceitos étnicos gera atitudes negativas internas ou externas ao mesmo, como a segregação e o desprezo pelo outro. Além desta constatação, este

texto clássico realça um ponto fundamental para fincarmos um local 'preciso' para nossa análise: só há um grupo ou comunidade étnica a partir do momento que esta é entendida subjetivamente por aqueles que a formam, ao criarem a idéia de que existe algo que une os indivíduos (algo herdado de uma possível origem comum). Por fim, há a última pista deixada por esta passagem - a relação íntima entre os conceitos de raça e etnia dentro das Ciências Humanas - como bem podemos constatar com a utilização destas duas palavras como sinônimos nesta passagem.

A partir desta afirmação é que destaco os objetivos deste trabalho de pesquisa: debater o processo que criou esta subjetividade apontada por Weber entre os 'italianos' fixados na cidade de São Paulo, através da contextualização histórica desse grupo. Mas antes de aceitar esta máxima da teoria sociológica como um dogma a ser seguido e aplicado - algo impensável para a epistemologia weberiana - ainda é necessário analisar mais amplamente o conceito de etnicidade.

Ao analisarmos, na tradição sociológica, como o conceito etnicidade ganha centralidade na análise de fenômenos sociais, deparamo-nos com muitas questões. Seguem abaixo as que considero de maior significância para os objetivos deste texto.

1. *Demarcar com clareza quando as relações étnicas ganham significância para a explicação sociológica.*

2. *Entender o caminho percorrido por este conceito, iniciado entre os modelos explicativos utilizados para as sociedades tribalizadas, dentro do campo teórico e metodológico que estruturou a antropologia como disciplina científica, até o momento em que é incorporado pela teoria sociológica, na qual a sociedade moderna (ou 'complexa') é seu objeto de estudo e reflexão.*

3. *Como a etnicidade desvencilha-se de paradigmas emprestados das ciências naturais (em especial, da biologia)²⁴ e torna-se um conceito estritamente ligado às tradições e preocupações das Ciências Humanas²⁵. Não esquecendo que, ao nos aproximarmos deste problema, com certeza iremos nos deparar com o centro do debate racial que marcou as Ciências Sociais nas últimas décadas do*

²⁴ - Gostaria de, neste ponto, descrever uma curiosidade no desenvolver deste e de outros trabalhos nesta área. Mais de uma vez, até mesmo num parecer de uma fonte financiadora, alguns leitores de esboços deste trabalho e do próprio projeto criticaram a utilização do termo *etnicidade*, com o argumento de que este conceito nos remete a problemas das ciências naturais, a biologia em específico. Sem dúvida esta crítica é feita por aqueles que ainda confundem dois conceitos distintos: raça e etnia.

²⁵ - Segundo Da Matta (1984) este processo foi estruturante para a própria Antropologia Social, a partir do momento em que o objeto da antropologia deixa de ser as conexões biológicas entre os indivíduos, tornando-se os processos que criam a idéia destas conexões. Com este fato a Antropologia subdivide-se em dois ramos distintos - Física e Social -, com o segundo ramo adentrando o campo de conhecimento das Ciências Humanas. Importante destacar que este processo ocorre a partir do momento que conceito de raça deixa de lado seu paradigma biológico e cria um estritamente social.

século XIX e nas primeiras do XX, debate esse pautado por um certo 'determinismo geográfico', por aflorar em locais onde a coexistência de grupos étnicos era um dado objetivo. A multiplicidade étnica será objeto da análise sociológica como consequência de grandes deslocamentos populacionais, característicos dos processos migratórios que marcam a virada do século XIX para o XX no Novo Mundo.

É necessário não esquecer que estas questões não surgem e se desenvolvem separadamente, mas conjuntamente, no momento em que a questão étnica é incorporada ao manancial teórico e metodológico das Ciências Sociais. Neste trabalho separo-as como recurso para a reflexão do processo de construção deste importante conceito.

Dentro dos objetivos deste texto e numa reflexão teórica mais ampla, parece-me que o entendimento deste processo dentro das Ciências Sociais é o único caminho possível a ser trilhado. Entendo que um conceito é uma ferramenta utilizada pelas disciplinas científicas para organizar e, de alguma maneira, aproximar a realidade. Em outras palavras, acercando-me novamente das idéias de Max Weber (1944), dificilmente um conceito será encontrado concretamente em estado puro e límpido na realidade,

contudo a Ciência necessita de conceitos construídos intelectualmente para dotar a realidade de alguma verossimilhança.

Tentar pois estabelecer em qual momento histórico a etnicidade ganha significado e autonomia entre as esferas da vida social parece uma tarefa árdua, que por sua vez não trará muitos resultados práticos e teóricos para a sua devida compreensão. Ao tentar estabelecer, com alguma 'precisão' histórica, o momento em que os sentimentos de pertença²⁶ a determinados grupos definidos por características étnicas tornam importantes para a vida societária do ser humano, pode-se cair numa discussão estéril.

Com isso, uma análise interna às Ciências Sociais para entender como este conceito é construído e começa a integrar o corpo teórico e metodológico da Sociologia, parece-nos mais interessante e eficaz. Os conceitos sociológicos, de certa maneira, ordenam a realidade social e dão legitimidade às explicações decorrentes das pesquisas científicas. Em outras palavras, as explicações sociológicas que dão centralidade às relações de bases étnicas não são frutos diretamente relacionados à realidade prática, mas uma construção intelectual que emerge no momento (temporal e/ou espacial determinado por fatores históricos) em que este tipo de relação social ganha significado científico.

²⁶ - O vocábulo *pertença* é tomada emprestado da tradução da obra de Poutignat & Streiff-Fenart (1998) realizada por Elcio Fernandes na edição brasileira realizada pela Editora da UNESP.

Ao utilizar o conceito de Fredrik Barth (1998), desenvolvido no clássico “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*”, de acordo com o qual a etnicidade é definida pela contraposição entre grupos diversos, ou ainda, a etnicidade só emerge no contato entre grupos, mais precisamente em situações limítrofes, observamos que a etnicidade pode ser entendida como constitutiva de toda e qualquer organização social²⁷. Com isso, devemos nos deter em como este conceito foi construído dentro do campo de conhecimento das Ciências Humanas, encaminhamento que nos remete diretamente à segunda metade do século XIX, período em que a Sociologia, por sua vez, luta para ganhar legitimidade como disciplina científica autônoma.

O emergir desta disciplina é nitidamente marcado pelo contexto histórico da consolidação do modo de produção capitalista, tendo-o por objeto central. A Sociologia nasce então como a explicação científica – isto num período histórico onde era a única legítima – para os fenômenos da nascente sociedade industrial. Portanto, esta disciplina surge no momento de consolidação da sociedade industrial, processo esse aparentemente marcado por fenômenos homogeneizadores das relações sociais, que se reorganizam através do padrão de relações entre classes. Sem dúvida outras possíveis categorias explicativas de fenômenos sociais são, nesse mo-

²⁷ - Desta constatação que, na nossa compreensão, nasce a inutilidade de se tentar demarcar historicamente quando a etnia ganha significado real para as organizações sociais.

mento, relegadas a um segundo plano ou simplesmente desprezadas. A etnia é considerada como uma categoria que seria solapada pelo surgimento e consolidação da sociedade industrial de massas.

Nesse contexto histórico pode-se até afirmar que as relações de bases étnicas passam a ser entendidas como manifestações típicas das sociedades pré-capitalistas. A organização da sociedade industrial capitalista estava marcada pelo surgimento da noção de classe, no que se diz respeito às estruturas sociais, e pela idéia de nação, no contexto político, fruto da transição do antigo para o novo regime. A modernidade estava intimamente ligada às idéias de criação das nações, no contexto simbólico, e do Estado Moderno como mediador das relações de poder na nascente sociedade.

O processo de criação (ou invenção) das nações é fundamental para a estruturação da sociedade moderna (Hobsbawn, 1984), manejando uma série de categorias simbólicas determinadas pelas especificidades históricas, políticas e geográficas. Nesse contexto, a idéia de nação solapava os possíveis sentimentos étnicos. Sem dúvida, tal processo criava um imaginário homogêneo nos indivíduos de extensas porções territoriais, dotando-os de certa unidade.

Como podemos ver no prefácio de Jean-William Lapierre da obra de Poutignat & Streiff-Fenart (1998):

“A ideologia jacobina de nossa república (França) em nome do dogma da unidade do Estado-nação, sempre negou a diversidade étnica da população francesa. (...)” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:9)

“Foi necessário, depois da Segunda Guerra Mundial e da descolonização, que nossa república se defrontasse com dois tipos de fenômenos políticos e sociais para que despertasse de seu sono dogmático. O primeiro foi o ressurgimento dos movimentos regionalistas e das reivindicações das minorias etnolingüísticas. Qual não foi a surpresa quando se descobriu que na França ainda existiam bretões, bascos, occitanos, corsos que não admitiam ser reduzidos a sobrevivências folclóricas do Antigo Regime! . O segundo fenômeno foi a imigração (inicialmente encorajada entre 1945 e 1965, em seguida contida, depois reprimida) de operários vindos das antigas ‘colônias’ da África do Norte e da África negra e o afluxo de requisitantes de asilo, fugindo dos regimes comunistas e das ditaduras latino-americanas e africanas (sem esquecer os coronéis gregos e os generais turcos). E assim, ao mesmo tempo que se propagavam em nosso país a xenofobia e o racismo sob diversas formas, pôde ter início o desenvolvimento de uma reflexão e de uma pesquisa quanto às relações interétnicas sem atingir a amplitude que já alcançavam nos Estados Unidos, até mesmo na Grã-Bretanha.”(idem:10)

O surgimento dos Estados-nações na Europa, fenômeno histórico e político iniciado no século XV e cujo final culminou com as revoluções burguesas a partir do final do século XVIII²⁸, partia do pressuposto de que os sentimentos étnicos (*‘sobrevivências folclóricas do Antigo Regime!’*) seriam suplantados pelos sentimentos nacionais. Padrões de sociabilidade baseados na idéia de etnia fariam parte de velhas estruturas sociais ou estariam restritos a lugares onde processos semelhantes ainda estavam longe de ocorrer. A modernidade pressupunha o unitarismo do Estado ba-

²⁸ - Neste momento é importante demarcar que esta afirmação só é válida num esquema geral que explica o surgimento da moderna sociedade industrial, pois ao colocarmos nossa lupa sobre do continente europeu veremos que há algumas exceções a esta regra. É de utilidade ímpar para os fins deste trabalho destacar que na península itálica e na região hoje conhecida por Alemanha, o processo de formação de Estados Nacionais estendeu-se por mais um século além deste período.

seado em sentimentos nacionais forjados, principalmente através de um complexo processo de criação simbólica, justamente no momento de superação do Antigo Regime (Anderson, 1989; Carvalho, 1993 e Hobsbawn, 1984).

Alguns poderão citar o caso norte-americano como prova de que este argumento apóia-se em bases pouco sólidas. Mas não podemos nos esquecer de que, no momento da criação do Estado federativo norte-americano²⁹, as 13 ex-colônias ainda não eram um modelo de multiculturalismo, na esteira do que os EUA tornar-se-iam no decorrer de sua história de migrações e de conquistas de territórios. A promulgação da constituição em 1787 foi uma vitória daqueles que viam nesses territórios certa homogeneidade de interesses de uma etnia³⁰, num novo contexto geográfico e histórico.

Sem dúvida a fundação do Estado norte-americano fora forjada em torno das idéias e aspirações dos colonizadores europeus do Novo Mundo, sendo que a imensa parcela da população que, naquele momento histórico, encontrava-se privada de sua liberdade (os negros) não participaria como elemento legítimo desse processo de criação de unidade em torno do estado federativo. Em outras palavras, também nos EUA, no mo-

²⁹ - Interessante demarcar que este modelo político, como é bastante ressaltado pela Ciência Política, é o mais afinado com a idéia de diversidade.

³⁰ - Generalizando o europeu branco do norte como uma etnia.

mento de criação do Estado Nacional, haveria um ideal de unitarismo étnico, onde as possíveis diferenças étnicas (que mais tarde na história norte-americana assumiriam um papel central) estariam sendo suplantadas pelos ideais universais de liberdade e igualdade.

Portanto, a Sociologia, dentro do seu processo de criação e consolidação enquanto disciplina científica, teria por objeto estruturas sociais permeadas por duas noções: classe social e nação. Como já foi dito, a etnia perderia importância como fator explicativo das relações sociais. Relações étnicas ‘somente seriam encontradas’ em regiões menos desenvolvidas economicamente, dentro dos padrões do capitalismo do século XIX. E sociedades ‘não desenvolvidas’ (primitivas, selvagens ou pré-capitalistas) não seriam o objeto de estudo preferencial dessa nova disciplina científica. Dentro do cientificismo típico do século XIX, as diversas ciências teriam que definir claramente seu objeto para conseguir construir sua base de sustentação, seu corpo teórico e metodológico, ainda mais para uma ciência que dava seus primeiros passos como a Sociologia.

A Antropologia por sua vez, pelo menos até a publicação de “*As Formas Elementares da Vida Religiosa*” por Emílie Durkheim em 1915, era o locus científico para descrição, análise e compreensão das sociedades ‘não desenvolvidas’. Diferentemente da Antropologia e da Sociologia modernas, que se diferenciam pelo método, durante o século XIX estas duas

disciplinas separavam-se por seus objetos. A Antropologia estava empenhada na compreensão das sociedades tribalizadas, 'não desenvolvidas' ou 'não modernas', enquanto que a Sociologia estruturava-se como uma interpretação da nova sociedade industrial e moderna.

Ao pensarmos sobre os conceitos de etnia e etnicidade, esta separação entre Antropologia e Sociologia durante o século XIX torna-se fundamental. Este conceito será muito importante dentro do corpo teórico e metodológico da Antropologia, pois para nela as relações étnicas seriam estruturantes das sociedades tribalizadas ou 'não ocidentais' e, conseqüentemente, também do seu próprio arcabouço enquanto disciplina científica.

Para os fins deste texto, gostaria de marcar a origem, nas Ciências Sociais, da utilização dos conceitos de etnia e etnicidade, para a compreensão das organizações sociais. Afirmando que no momento de estruturação tanto da Sociologia como da Antropologia como disciplinas científicas, tais conceitos estavam dentro das preocupações da segunda disciplina. Pois a Sociologia nasce como uma disciplina preocupada com a sociedade moderna e, em suas primeiras interpretações sobre este tipo de organização social, conceitos como nação e classe encobriam as questões étnicas presentes. A etnia como conceito importante para a Sociologia só ganharia destaque a partir do momento em que esta disciplina fosse utiliza-

da para refletir sobre realidades onde os fenômenos migratórios ganham relevância, como a sociedade norte-americana.

Portanto, é justamente nos EUA que esse conceito será incorporado ao manancial teórico e metodológico da Sociologia; ainda mais: a etnia enquanto conceito capaz de aproximar o pesquisador da realidade colaborará para a própria consolidação dessa disciplina no contexto acadêmico daquele país. Pois ao refletirmos sobre etnicidade sem dúvida deparar-nos-emos com a tradição sociológica norte-americana, ainda mais se o objeto de estudo for uma organização social 'moderna'. A Sociologia norte-americana, ao estruturar-se no mundo acadêmico do Novo Mundo, estava, sem dúvida, imbuída dos mesmos princípios (fortemente marcados pela visão positivista de Ciência) da Sociologia européia. A Sociologia somente conseguiria espaço no mundo acadêmico ao definir seu objeto e dar respostas palpáveis aos problemas das organizações sociais. A diferença de processos históricos entre o Novo e o Velho Mundo marcou, definitivamente, o tipo de Sociologia que se desenvolveu em cada um desses locais.

A Sociologia norte-americana também estruturou-se como uma explicação científica da realidade social, a qual era bem diferente da da Europa. A sociedade norte-americana, como já citado, é marcada por fenômenos migratórios; a convivência num mesmo espaço geográfico de diversas etnias é uma marca distintiva do Novo Mundo em relação à Euro-

pa. Colonos europeus, escravos africanos, indivíduos de territórios anexados que foram colonizados por outras potências imperialistas (França e Espanha) e migrantes europeus (a partir do século XIX) gradativamente vão convivendo numa nação fundamentada pelos mesmos princípios de suas congêneres européias.

Portanto, a Sociologia terá de se debruçar sobre uma realidade social e étnica bem diferenciada. Isto sem dúvida definiu quais conceitos seriam manejados por esta disciplina. Se a Sociologia norte-americana propunha-se a explicar a realidade social e a se tornar uma ferramenta para a intervenção nessa mesma realidade, dentro dos objetivos da ciência positiva do século XIX, como desprezar as relações étnicas?

A primeira escola sociológica nitidamente norte-americana, que nasceu justamente de pesquisas empíricas sobre a realidade de suas cidades é a denominada '*Escola de Chicago*'. A Sociologia nascida no meio-oeste americano será mundialmente conhecida ao desenvolver uma metodologia própria e, principalmente, ao definir seus objetos de investigação: imigração, relações étnicas e criminalidade. Sem dúvida, relações étnicas tornam-se objeto de análise pois o empirismo dessa tradição detectava o cerne da vida social norte-americana.

Como descreve Coulon (1995):

“Quando, no outono de 1892, surgiu a Universidade de Chicago, a cidade tornara-se, juntamente com Nova York e Filadélfia, uma das três maiores cidades americanas, com uma assombrosa taxa de crescimento: o povoado que contava com 4.470 habitantes no recenseamento de 1840, e representava então a fronteira oeste dos Estados Unidos, tinha 1 milhão e cem mil, cinqüenta anos depois, em 1890, e chegaria a ter cerca de 3 milhões e meio em 1930!.

Na segunda metade do século XIX, migrantes rurais do Middle West chegaram em massa, bem como um número impressionante de imigrantes estrangeiros: alemães, escandinavos, irlandeses, italianos, poloneses, lituanos, checos, judeus. Em 1900, mais da metade da população de Chicago havia nascido fora da América. Chicago tornou-se uma cidade industrial, um centro comercial e uma próspera bolsa; o capitalismo selvagem desenvolveu-se e a cidade assistiu a tumultos (1886) e grandes greves operárias (1894). Era também uma cidade de arte e cultura, influenciada pela religião protestante, que tinha um grande respeito pelo ensino e pelos livros. Uma cidade moderna, reconstruída em aço e concreto após o grande incêndio de 1871. Nela foram construídos os primeiros arranha-céus dos Estados Unidos e desenvolveu-se um movimento arquitetônico modernista que também ficaria conhecido como Escola de Chicago” (Coulon, 1995:11-12)

Como demonstra esta passagem, a Sociologia norte-americana teria por objeto uma organização social na qual as relações étnicas seriam centrais. Chicago, no momento inicial, Nova York e outras grandes cidades norte-americanas depois, tornar-se-iam objeto de reflexão para a sociologia e, ao analisá-las, não se poderia relegar a um segundo plano a etnicidade. Principalmente num contexto onde a sociologia era entendida como ferramenta para intervenções sociais – espírito fundador da sociologia de Chicago – o fato de não colocar sentimentos étnicos como fator estruturante da organização social seria uma séria negligência, ainda mais para uma sociologia fortemente marcada pelo empirismo.

Sem dúvida, a Sociologia européia fortemente caracterizada pelos conceitos de classe e nação, frutos do processo histórico do Velho

Mundo, não sobreviveria ao empirismo típico das pesquisas científicas do Novo Mundo. Como não enxergar diferenças étnicas na ação social das diversas comunidades que se formavam em Chicago, na virada do século XIX para o XX, como bem demarca a passagem acima? Como aplicar, sem adaptações, um conceito que justamente solapava as diferenças étnicas como o de classe? Será que emergiria uma Sociologia norte-americana em Chicago naquele momento histórico se houvesse o desprezo da realidade empírica e, conseqüentemente, da questão étnica?

Com isso, o entendimento das relações étnicas e o estudo dos processos migratórios serão fundamentais para a consolidação da Sociologia como disciplina científica acadêmica nos Estados Unidos. Podemos até arriscar dizer que, a partir da primeira década deste século, devido à estruturação do que posteriormente foi denominado '*Escola de Chicago*', há a criação de uma tradição sociológica independente das origens européias da disciplina. Enquanto a tradição européia centra suas explicações no conceito de classe social, a tradição norte-americana colocará no centro de seu escopo teórico a noção de etnicidade.

Importante lembrar que, apesar de atualmente existir um sentimento que separa a Sociologia norte-americana da européia devido às metodologias empregadas por ambas em suas pesquisas, isto não é válido para o período de predomínio da *Escola de Chicago*.

Esse sentimento define que a Sociologia desenvolvida no Novo Mundo estaria fortemente ancorada na utilização de métodos quantitativos, enquanto a europeia utilizaria princípios qualitativos em suas pesquisas. Ao analisarmos rapidamente os trabalhos realizados pela Escola de Chicago, veremos que essa afirmação não se mantém, já que seus estudos empíricos, desenvolvidos nos vinte anos (1915-1935) de domínio dessa escola nas pesquisas norte-americanas, estavam fortemente baseados em princípios qualitativos, como entrevistas em profundidade e estudos de caso. A predominância de ferramentas estatísticas aplicadas à Sociologia fundamenta suas pesquisas, justamente quando essa escola de pensamento deixa o centro do mundo acadêmico norte-americano (Coulon, 1995). Na verdade, ao nos referirmos às metodologias empregadas pela Escola de Chicago podemos afirmar que, apesar da predominância de métodos qualitativos, uma de suas marcas seria uma certa multiplicidade de metodologias, ou até uma certa complementaridade entre os dois métodos. Como podemos ver nesta passagem da obra de Coulon (1995)

“Por exemplo, em seu estudo sobre um bairro de Chicago, Zorbaugh (1929)³¹ utilizou livros, mapas e planos da cidade, dados do recenseamento, documentos históricos, relatórios municipais ou provenientes de diversas instituições de assistência social. Entrevistou todo tipo de indivíduos e manteve contatos informais com jornalistas, magistrados, enfermeiras do hospital que acolhia gratuitamente os deserdados etc. Em campo, a precisão do trabalho foi impressionante: Zoudaugh procedeu por quarteirões de habitação, levantando os preços de aluguel, do mobiliados, indo de porta em porta para inquirir

³¹ - A obra citada nesta passagem é: **ZORBAUGH, H.** – 1929 – **The Gold Coast and the Slum: a Sociological Study of Chicago’s near North Side** – Chicago, University of Chicago Press.

sobre as fontes de rendas dos moradores e sobre seus empregos, mas também sobre as faltas por doença que aconteceram nos 12 meses precedentes. Chegou-se assim a uma etnografia sociológica completa, apresentada sob a forma de quatro tipos distintos de análise: a partir dos dados coletados, Zorbaugh pôde, por um lado, escrever a história local das relações sociais; por outro lado, montou gráficos e tabelas que permitiam visualizar a frequência dos fenômenos sociais levantados; utilizou também estudos de caso, para mostrar a influência particular de certos grupos culturais ou certos indivíduos; e, finalmente, procedeu a uma análise estatística sobre a mobilidade social, as rendas, a especulação imobiliária etc.” (Coulon, 1995: 111-112)

Como se pode observar, o divisor de águas entre as tradições norte-americana e europeia não está centrado em problemas exclusivamente metodológicos, mas em questões conceituais, segundo nossa visão. Como preliminarmente apontado, a divisão entre essas tradições está justamente na utilização dos conceitos de classe e etnia como estruturantes para as organizações sociais. Por um lado, a tradição europeia ancora suas pesquisas no conceito de classe social como fator determinante para as relações sociais, e por outro lado, a etnia torna-se fundamental para a compreensão do funcionamento das organizações sociais, advoga a tradição norte-americana.

Por fim, vemos que a etnicidade torna-se um conceito válido e legítimo nas Ciências Sociais a partir do momento em que a Sociologia norte-americana, em especial a *Escola de Chicago*, elege como objetos de estudo o meio urbano norte-americano e o fenômeno migratório que o caracterizava naquele momento histórico. Escolha que ocorre num contexto mais amplo, pois a Sociologia criava para si a tarefa de compreensão da

sociedade norte-americana, no intuito de interferir diretamente na realidade social num momento histórico em que problemas sociais agravam-se no seio daquela sociedade, como podemos ver neste passagem de E. W. Burgess, retirada da obra de Coulon (1995:42):

“A descoberta de que os grupos étnicos eram um gigantesco mecanismo sociológico de defesa que facilitava a sobrevivência e a adaptação dos imigrantes – comunidades às quais a segunda geração queria escapar – foi um importante resultado da pesquisa sociológica entre 1920 e 1930. Como se tratava de um problema político candente e como havia uma grande diversidade nas comunidades coloridas de imigrantes, os sociólogos ficaram fascinados com a pesquisa etnológica urbana. Quase nenhum de seus trabalhos foi uma simples descrição, na tradição da antropologia da época. Ao contrário, eram analíticos e pretendiam mostrar os traços de comportamento e os processos de adaptação e de transformação próprios dos imigrantes em seu novo ambiente econômico. (...) A hostilidade e as tensões entre as diferentes comunidades étnicas eram consideradas como fenômenos objetivos, que se tratava de explicar e não de estimular tomando partido por uma ou por outra.”

A pretensão de estruturar uma ciência capaz de intervir diretamente na realidade, característica central da Sociologia empirista de Chicago, como acabamos de constatar, remete-nos à uma análise mais profunda do conceito de etnicidade. Em outras palavras : como a Sociologia de Chicago manejava a questão étnica ? Sob qual perspectiva autores como R. Park, W. Thomas e F. Znaniecki (entre outros) entendiam a multiplicidade de manifestações étnicas que existiam no meio urbano que se propunham a compreender? Sem dúvida isto nos remete ao conceito de assimilação, fundamental para os estudos migratórios em todos os quatro cantos do mundo acadêmico.

Para um rápido resumo da utilização da noção de assimilação dos migrantes pela sociedade receptora, dentro da perspectiva da escola de Chicago, utilizamos as idéias do autor de nossa última citação, R. Park, para quem a assimilação seria a última etapa de um processo que se desenvolve no bojo das relações de grupos étnicos migrantes e a sociedade receptora, onde a rivalidade, o conflito e a adaptação precederiam o momento em que o grupo étnico é completamente absorvido pela sociedade receptora. Tais etapas desenvolvem-se num contexto denominado de desorganização-reorganização, processo no qual a assimilação dos grupos migrantes representaria o momento de reorganização da vida social e, portanto ao nosso ver, o ápice, o fim último, da vida destes grupos. Uma análise radical deste pensamento leva-nos a afirmar que, nesse processo, os migrantes estariam integrados à sociedade receptora e a própria idéia de grupo étnico não faria mais sentido.

Arriscamos afirmar que a Sociologia de Chicago estaria interessada em compreender esses mecanismos para propor uma ação prática (intervencionista) no sentido de acelerar tal processo no seio dos centros urbanos. Inferimos que boa parte dos problemas sociais enfrentados pelas grandes cidades norte-americanas seriam conseqüências, no entender desta Sociologia, desse longo processo assimilacionista. Tanto que o outro tema central da Sociologia de Chicago foi o da criminalidade, numa cidade onde o binômio crime/etnia estaria exposto naquele momento histórico.

Portanto, apesar de serem pioneiros na abordagem étnica, não se entendia a expressão da etnicidade como algo positivo. Essa seria a causa de disfuncionalidades na sociedade urbana norte-americana e a partir do momento que a Ciências Sociais as compreendessem, estas poderiam ser sanadas.

Por fim gostaríamos de realçar a diferença entre o conceito de etnicidade manejado atualmente pelos estudos migratórios e o 'desenvolvido' pelos primórdios da Sociologia norte-americana. Importante relembrar algo já desenvolvido neste trabalho, o conceito de etnicidade que encontramos nos estudos migratórios atuais, ele mesmo fruto de um debate intelectual desenvolvido no seio da academia norte-americana, mas que, contemporaneamente, não assume as perspectivas conceituais da Escola de Chicago. Afirmamos que, desde meados da década de 70 do século XX, desenvolve-se uma noção de etnicidade, a partir do contexto de novas levadas de migrantes naquela sociedade, que se afasta do ideal assimilacionista encontrado na abordagem da referida escola.

Entre os representantes dessa abordagem que marginaliza a assimilação nos estudos migratórios, ou pelo menos não entende a integração como o fim de um processo, podemos destacar alguns autores: Glick-Shiller; Basch & Blanc-Szanton (1992), Gabaccia, (1984), Feldman-Bianco (1995), Feldman-Bianco & Huse (1993), Yans-Mclaughlim (1990) e

Sassen (1991 e 1994). Autores e obras que elaboram um gradiente conceitual que revigora, ou (re)inventa, para alguns, a noção de etnicidade, ao afirmar que, de alguma maneira, os preceitos étnicos ainda norteiam a ação social dos grupos migrantes³². Interessante demonstrar que, no geral, o conceito atual usado pelos estudos migratórios aproxima-se da definição, já apresentada, de Max Weber sobre o problema étnico.

Para os fins deste trabalho, avaliamos que seria extenuante um revisão bibliográfica de toda a literatura contemporânea que utiliza a etnicidade como parâmetro analítico. Gostaria de destacar que, nos atuais estudos migratórios, a assimilação é relativizada e não mais entendida como o ápice de um processo que culmina com a integração social, como já foi colocado anteriormente, lembrando que, nas últimas décadas, nos estudos de sociedades multiculturais, em especial nos E.U.A., há um verdadeiro predomínio de análises que destacam o quanto a etnicidade não se desvanece totalmente com o passar do tempo, criando um maneira particular de abordagem que por sua vez gera uma *sociedade hifenizada*. Tipo de sociedade onde todo e qualquer indivíduo, em tese, tem o direito e o dever de reivindicar sua etnicidade, surgindo, portanto, os cidadãos hifenizados, como por exemplo os ítalos-americanos, africano-americanos etc.

³² - Destacando que a definição de grupo migrante inclui migrantes e seus decendentes.

Esta abordagem ganha força a partir do momento em que há quase um consenso nas Ciências Sociais apontando para o declínio da modernidade e o surgimento da pós-modernidade, tempo histórico em que emerge das estruturas da sociedade industrial uma organização social marcada predominantemente pela fragmentação e pela heterogeneidade (Castells, 1999a e 1999b; Harvey, 1992). Pois a noção de que as etnicidades permanecem nos indivíduos e que suas comunidades agem socialmente a partir do preceito étnico aponta para uma extrema, senão radical, fragmentação e heterogeneidade social, principal marca das sociedades do capitalismo avançado do final do século XX, com suas megalópoles tornando-se seu principal símbolo e síntese complexa (Davis, 1990; Harvey, 1992; Sassen, 1991). E por fim é mister, para a compreensão de como a etnicidade torna-se referência conceitual para os estudos migratórios, destacarmos a pós-modernidade como uma inflexão nas abordagens das Ciências Humanas. Pois, sem dúvida, o caráter homegeneizador do conceito de classes³³ é colocado em cheque por novas abordagens que, cada vez mais, apontam para a impossibilidade de elaboração de modelos e teorias sociais gerais, com o prisma étnico ganhando destaque acentuado neste contexto.

Para concluir esta primeira parte do texto, necessitamos traçar uma certa continuidade entre os estudos migratórios, principalmente entre

³³ - Ou pelo menos reducionista, quando entendido como a única fonte explicativa para a complexidade social característica da sociedade pós-moderna (Harvey, 1992).

as abordagens aqui destacadas. Com isso, há a necessidade de enfatizar o papel da Escola de Chicago, no contexto do desenvolvimento conceitual da etnicidade. Para isto, afirmamos que essa escola conceitual e metodológica da Sociologia norte-americana não foi sua 'fundadora', se levarmos em conta as perspectivas atuais do problema étnico. Mas inegavelmente, na Sociologia, foi essa a primeira escola a colocar o problema étnico, senão como conceito, como um objeto válido, legítimo e passível de ser compreendido por uma disciplina científica, que tinha a pretensão de entender na totalidade a realidade social (e em muitas vertentes ainda a tem). Em outras palavras, trata-se do primeiro grupo de sociólogos que entende que sentimentos de pertença a grupos étnicos não estariam soterrados pela marcha da história, mas de alguma forma³⁴ estariam sendo manejados pelos indivíduos e seus respectivos grupos no desenrolar dos fenômenos sociais da moderna sociedade industrial.

O pioneirismo de Chicago, tanto na Sociologia como em outras disciplinas científicas, marcou profundamente toda a produção intelectual das Ciências Humanas nos E.U.A. e, como já demonstrado, deixará uma marca especial nos estudos migratórios. Eis aqui um fato que gera uma questão retórica fundamental para compreendermos seu papel para o atual conceito de etnicidade – seria possível a estruturação de uma abordagem que realça a etnicidade como uma das marcas de nossa atual socie-

³⁴ - Mesmo que de forma 'provisória' como o conceito de assimilação nos faz supor.

dade se a Escola de Chicago não apostasse suas fichas intelectuais no enfrentamento das entranhas do problema étnico, nas primeiras décadas do século XX?

II. O GRUPO ITALIANO

Dentro dos objetivos deste primeiro capítulo - demarcar as balizas analíticas para pensar os dados de pesquisa, depois de ter refletido sobre as implicações teóricas do conceito de etnicidade – proponho doravante uma primeira aproximação de nosso objeto de estudo. Passemos agora à descrição geral do perfil do grupo migrante italiano fixado na cidade de São Paulo e de alguns elementos fundamentais para o enfrentamento do problema da etnicidade para este grupo e o contexto em que encontrava-se inserido.

Ao pensarmos acerca da migração para o Brasil, obrigatoriamente remetemo-nos à história da entrada de um enorme contingente de italianos entre 1870 e 1930³⁵. Ao nos propormos a entender o processo de construção da etnicidade italiana (ou italianidade) e como este processo relaciona-se com uma abordagem científica nos moldes acima descritos, uma pequena e rápida descrição do grupo torna-se necessária.

³⁵ - Somente entre 1884 e 1923 entraram no Brasil 1.331.155 migrantes provenientes da península itálica. (IBGE, 1941)

O início do processo migratório italiano é contemporâneo à unificação política da península itálica e isto sem dúvida marca profundamente o grupo, tanto na sua composição interna quanto na forma assumida pelas relações com a sociedade receptora. A contemporaneidade com a unificação política fez com que os migrantes, ao deixarem seu local de origem, ainda não fossem, de fato, italianos. Para uma idéia mais exata dessa característica, alguns autores afirmam que, em 1870, a Itália teria 25 milhões de habitantes, dos quais apenas 600 mil (2,4% da população total) falavam o italiano (Bolaffi, 2000:23). Os outros 97,6% da população comunicavam-se através de um dos dialetos da península. A Figura III e a Tabela II são fundamentais para uma melhor compreensão do grupo.

FIGURA III



| | Região | Capital |
|----|-------------------------|----------------|
| 1 | Valle D'Aosta | Aosta |
| 2 | Piemonte | Torino |
| 3 | Lombardia | Milano |
| 4 | Trentino - Alto Adige | Trento |
| 5 | Friuli - Venezia Giulia | Trieste |
| 6 | Veneto Venezia | Venezia |
| 7 | Ligúria | Genova |
| 8 | Emilia Romana | Bologna |
| 9 | Toscana | Firenze |
| 10 | Marche | Ancona |

| | Região | Capital |
|----|---------------|----------------|
| 11 | Úmbria | Perugia |
| 12 | Lazio | Roma |
| 13 | Abruzzi | L'Aquila |
| 14 | Molize | Campobaso |
| 15 | Campânia | Napoli |
| 16 | Puglia | Bari |
| 17 | Basilicata | Potenza |
| 18 | Calabria | Catanzaro |
| 19 | Sicília | Palermo |
| 20 | Sardegna | Cagliari |

TABELA II
MIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL POR REGIÕES
(1876-1920)

| REGIÕES | ENTRADAS | PORCENTAGEM |
|----------------|------------------|-------------|
| VÊNETO | 365.710 | 29,84 |
| CAMPANIA | 166.080 | 13,55 |
| CALÁBRIA | 113.155 | 9,23 |
| LOMBARDIA | 105.973 | 8,65 |
| ABRUZZI/MOLISE | 93.020 | 7,59 |
| TOSCANA | 81.056 | 6,61 |
| EMILIA ROMAGNA | 59.877 | 4,89 |
| BASILICATA | 52.888 | 4,32 |
| SICÍLIA | 44.390 | 3,62 |
| PIEMONTE | 40.336 | 3,29 |
| PUGLIA | 34.833 | 2,84 |
| MARCHE | 25.074 | 2,05 |
| LAZIO | 15.982 | 1,3 |
| UMBRIA | 11.818 | 0,96 |
| LIGURIA | 9.328 | 0,76 |
| SARDENHA | 6.113 | 0,5 |
| TOTAL | 1.225.633 | 100 |

Fonte: Alvim, 1986:62³⁶

Analisando estes dados cruzados com o pano de fundo histórico da unificação, podemos afirmar que o grupo italiano, ao se fixar em São Paulo, ainda não poderia ser considerado homogêneo, no que se diz respeito aos sentimentos étnicos. Provavelmente aquilo a que chamamos, e parte da bibliografia denomina, de colônia italiana, não existia de fato entre seus 'integrantes'.

Entendendo etnicidade como um conjunto de sentimentos elaborados coletivamente no imaginário (individual e coletivo), ligando os indivíduos a um grupo social a partir de características étnicas (elementos ligados à cultura de origem do indivíduo), não podemos imaginar que exis-

³⁶ - Commissariato Generale dell'Emigrazione. Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925. Roma, Ed. CGE, 1926, p.152.

tisse de fato um 'grupo italiano'. Seria desprezar a história do processo migratório. Como afirma Sayad (1999), a migração não deve ser entendida como um fenômeno restrito às sociedades receptoras: ao esquecermos que o migrante um dia foi um migrante, estaríamos fragmentando o processo a uma de suas faces, o que dificultaria a compreensão do processo como um todo.

A hipótese central da tese é que a formação da italianidade, processo longo e complexo com muitas idas e vindas, desenvolveu-se, para os migrantes que vieram ao Brasil, não na própria Itália, mas em terras brasileiras. Portanto, o grupo, como os dados demonstram, era composto de calabreses, vênnetos, piemonteses, toscanos, etc, e a formação de sentimentos étnicos relacionados com a cultura italiana seria um processo posterior à migração. Com isso, ao estudarmos o grupo migrante, devemos colocar esse processo no centro da análise para primeiro compreendermos quais os mecanismos de formação da italianidade, e, principalmente, como essa noção tornou o grupo migrante homogêneo aos olhos da sociedade receptora e para as gerações posteriores.

A partir desta hipótese, torna-se necessário localizar quais instrumentos foram manejados durante o processo de invenção da *italianidade* e também quais foram os agentes que participaram desse processo.

III. ETNICIDADE E SEUS AGENTES

A construção da etnicidade é um processo, como afirma Barth (1998), que ocorre no contato entre culturas e se estabelece em primeiro lugar em suas fronteiras. Sem dúvida, os processos migratórios nos colocam diante de fenômenos nos quais este contato é fundamental, pois afinal são deslocamentos de um número elevado de indivíduos que carregam laços culturais com seus grupos de origem. Nos fenômenos migratórios modernos temos, na maioria das vezes, contatos entre diferentes identidades nacionais, que sem dúvida são reforçadas, e até mesmo remodeladas, pelo contato com a sociedade receptora. A peculiaridade do caso italiano é que a identidade nacional ainda não estava criada no momento de contato, e foi formada, para os migrantes, longe dos limites geográficos da 'pátria' de origem.

A etnicidade, quando utilizada no contexto dos Estados-nações, é confundida com a noção de identidade nacional (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998). Entendo que a diferença entre os conceitos é dada pelo momento e espaço em que emergem: enquanto a identidade nacional é restrita ao espaço geográfico da nação, a etnicidade surge no momento de contato com outras sociedades. Tanto a identidade nacional quanto a etnicidade são um conjunto de valores, hábitos, costumes, tradições e crenças baseados numa língua comum (pelo menos na sua origem para a etnicida-

de) que marca distintivamente uma sociedade (ou grupo social), além de lhe dar coesão.

A identidade nacional torna-se, historicamente, realidade dentro de limites geográficos definidos e é base de sustentação e legitimidade de algum tipo de organização política. Já a etnicidade emerge no contexto de contato com outra identidade nacional e se torna elemento diferenciador, utilizando-se de muitos elementos constitutivos comuns à identidade nacional, além de legitimar e dotar de sentido coletivo algum grupo social fora de seus limites geográficos (ou nacionais). Portanto, resumindo, a identidade nacional é, historicamente, um fenômeno localizado e territorializado³⁷ enquanto a etnicidade é um fenômeno marcado pela desterritorialização. Importante frisar que a identidade nacional pode até mesmo ser entendida como base inicial para a etnicidade.

Recuperando, mais uma vez, o princípio de Sayad (1999), precisamos levar em conta, nos estudos migratórios, o processo histórico do país de origem. A Itália, apesar de não apresentar condições para manter parte de seu contingente populacional, necessitava dessa população para a elaboração de sua identidade nacional. Ou podemos imaginar o Estado

³⁷ - É importante lembrar que há um debate em torno dos conceitos de territorialização e desterritorialização de identidades e, principalmente, do conceito de transnacionalismo. Dentro da bibliografia brasileira, destaca-se a obra de Bela Feldman-Bianco (1992, 1993 e 1995), que trabalha com migrantes portugueses e como se constrói, para o caso português, a idéia de uma identidade transnacional, cuja peculiaridade reside na desterritorialização da identidade nacional. Este debate demonstra como os processos migratórios podem colaborar para a desterritorialização de identidade nacionais, fato que demonstra o quanto este debate permanece em aberto.

italiano, que iniciava a construção de sua identidade nacional com certo atraso em relação aos seus vizinhos europeus, ignorando o fenômeno migratório. Como podemos ver pelos dados da Tabela III, o fenômeno migratório foi extremamente significativo para um país de 25 milhões de habitantes em 1870 (Bolaffi, 2000).

TABELA III
MIGRANTES ITALIANOS ENTRE 1884 E 1913

| PERÍODOS | MIGRANTES | CONTINENTE AMERICANO | BRASIL |
|--------------|------------|----------------------|-----------|
| 1884-1893 | 2.188.145 | 1.218.636 | 510.533 |
| 1894-1903 | 3.643.407 | 2.079.898 | 537.784 |
| 1904-1913 | 6.571.843 | 3.820.282 | 196.521 |
| TOTAL | 12.403.395 | 7.118.816 | 1.244.838 |

Fonte: Valerio, 1960

Os grupos ‘italianos’ espalhados pelo mundo, sem dúvida também seriam incluídos na formação da identidade italiana. No mínimo, o número elevado de migrantes levava, provavelmente, a maioria da população da península itálica, no início deste século, a manter relações familiares (ou pelo menos de amizade) com indivíduos que haviam participado do processo migratório. Este fato, sem dúvida, extrapolava as questões afetivas tornando-se, também, uma questão econômica nacional.

Além de representarem um ‘alívio’ demográfico para uma nação recém-unificada, portanto ainda de instituições nacionais frágeis e que atravessava uma grande crise econômica no setor agrícola, devido à concorrência dos cereais norte-americanos (Hall, 1989), o grupo migrante significava uma ótima fonte de entrada de divisas. Em todos os processos mi-

gratórios modernos, a remessa de economias acumuladas no país receptor é uma realidade; as relações familiares levam migrantes a manterem por um bom tempo contato com a terra de origem, com o migrado sustentando a família, ou parte dela, que não aderiu à aventura migratória.

Este cenário leva-nos a crer que o Estado italiano não estava fora deste processo. Sayad (1999) alerta para o fato de que a migração moderna não é fruto de vontades individuais, mas um processo que sempre envolve dois Estados-nações que negociam em busca de vantagens econômicas ou políticas. Esta característica do fenômeno deve ser ressaltada, pois em muitas representações literárias e dos meios de comunicação de massa (televisão ou cinema) há a criação (e/ou reforço) do senso comum no qual a (e)imigração nasce da vontade individual de espíritos aventureiros e corajosos.

Sem mascarar ou desmerecer as trajetórias individuais no interior do processo, relegar os Estados envolvidos a um segundo plano torna-se um perigoso caminho, afastando-nos da compreensão de fenômenos que muitas vezes plasmaram muitas sociedades nacionais. O fenômeno migratório, sem dúvida, deve ser considerado como constitutivo de algumas sociedades modernas, como o caso norte-americano e o argentino, e de algumas regiões brasileiras.

Portanto, ao analisarmos o processo de construção da italianidade no Brasil, devemos entender o papel do Estado italiano. Políticas migratórias, ações diplomáticas junto ao grupo migrante, criação e manutenção de associações étnicas, proteção e assistência de cidadãos em terras estrangeiras, podem, sem dúvida, ser fontes para a compreensão deste fenômeno. Em especial no caso italiano, em que o Estado e suas instituições tinham por tarefa o complexo caminho da formação da identidade nacional como condição para sua sustentação, estas fontes podem ser ainda mais instigantes.

IV. ESTADO E ETNICIDADE ITALIANA

A partir do apresentado, proponho que o entendimento do processo de construção ou invenção (*Hobsbawn, 1984*) da etnicidade do grupo migrante italiano no Brasil não é único. Os diferentes contextos de fixação dos migrantes italianos no Brasil – interior de São Paulo, cidade de São Paulo, o estado do Rio Grande do Sul entre outros – determinaram diferenças que quebram uma possível homogeneidade neste processo. Pois, como foi demonstrado, a etnicidade e sua construção são determinadas pelo contato entre grupos sociais e inicialmente demarcada em seus limites.

Mas, apesar dessas diferenças, o Estado Italiano constituiu-se num agente presente em todos os processos. A partir desta afirmação,

proponho uma reflexão sobre o grupo migrante italiano fixado na cidade de São Paulo. Primeiro, por ser uma localidade onde esse grupo tornou-se preponderante na construção de sua condição de metrópole; segundo, por ser uma das localidades onde a história dos processos migratórios é fundamental para sua própria história.

Ao colocarmos o Estado Italiano como agente ativo no processo de construção da etnicidade italiana, devemos refletir sobre as linhas gerais de sua história e, principalmente, demarcar em qual momento a construção da identidade nacional italiana torna-se uma preocupação central.

A história política italiana é marcada, desde a unificação, por uma grande instabilidade. Podemos afirmar que, até a ascensão do Estado fascista, em 1922, as instituições políticas, marcadas por governos afinados com o liberalismo político e econômico, mostraram-se incapazes de conduzir e completar o processo de construção da nação italiana. Crises econômicas acompanhadas de abalos políticos marcaram todo o primeiro período da história política italiana. Tanto que boa parte da bibliografia que reflete sobre as causas da migração em massa, iniciada e consolidada nas últimas três décadas do século XIX, apontam como principal a permanente crise econômica, somada à incapacidade de sua resolução por parte do recém inaugurado Estado Italiano.

Entendo que, nessa fase inicial o Estado Italiano centrou suas ações na tentativa de conter a grave crise econômica que assolava o país, principalmente em sua porção agrícola, num momento em que a península caminhava para a inserção no processo de modernização industrial da Europa – vale dizer que com quase um século de atraso. A migração de uma parcela considerável de seu contingente populacional faria parte dessa ação estatal, pois aliviar a pressão demográfica num país que enfrentava graves problemas econômicos seria uma política possível, sempre lembrando que a (e)imigração deve ser entendida no contexto geopolítico mundial, onde a ação estatal é preponderante.

Políticas públicas voltadas para a construção de uma identidade nacional somente ficaram claras, ganhando destaque, no Estado fascista, estruturado a partir da tomada de poder por Benito Mussolini. O fascismo centrou seu discurso, e muitas de suas ações, no sentido de que a península itálica deveria ganhar centralidade na geopolítica européia. Esse regime político tentará encontrar homogeneidade cultural na península ao tentar realizar uma correlação histórica, linear e simbólica, entre a antiguidade do Império Romano, o Renascimento cultural e artístico do final do século XIV e início do XV e o processo de construção de uma nação moderna no início do século XX.

Em outras palavras, o discurso e a simbologia fascista tentavam criar homogeneidade cultural num espaço muitas vezes marcado por contradições regionais. A Itália, no início do século XX, ainda guardava muitas fissuras culturais, determinadas por um exacerbado regionalismo, cultivadas durante séculos de história de fragmentação política. Sem dúvida, o autoritarismo do regime político fascista perseguiria essa homogeneidade tão fundamental para a construção de uma identidade nacional.

É nesse contexto que devemos pensar a construção da etnicidade italiana em São Paulo, mas há uma característica, agora do próprio processo migratório, que deve ser aqui ressaltada. A forte discriminação encontrada pelos migrantes durante o processo de fixação em São Paulo, enquanto mão de obra assalariada. Tal caráter discriminatório marcou o contato, fundamental para pensarmos a etnicidade – como afirma Barth (1998) –, entre o grupo migrante italiano e a sociedade receptora.

A discriminação para com os migrantes é fartamente relatada pela bibliografia, e marcou profundamente a relação entre migrantes e sociedade paulistana ou brasileira em geral (Luizetto, 1975; Ribeiro, 1985). Entre os italianos, esta característica tornou-se mais visível devido à sua forte presença numérica na cidade. Tanto que nas primeiras décadas deste século, o termo ‘italianinho’ referia-se àquele indivíduo com baixo status

social, oriundo de classes menos abastadas, com a imagem ligada à delinquência, à pobreza e à sujeira dos bairros migrantes.

A discriminação contra o migrante italiano, a fragmentação regional do grupo e a ainda incipiente unificação política da Itália não geravam condições para a construção da italianidade na cidade de São Paulo. Estas características não criavam a necessária positividade em torno da figura do italiano.

Partimos do princípio que, para os indivíduos criarem um sentimento de pertença a um grupo, no qual as relações estejam fundadas em princípios étnicos, no contexto migratório, é necessário que, ao integrá-lo, crie-se uma distinção positiva. Em outras palavras, deve valer a pena ser integrante do determinado grupo, criando um sentimento positivo de ser diferente dentro de uma sociedade abrangente. Discriminação e baixo status do país de origem, no contexto internacional, podem ser fortes obstáculos à consolidação da etnicidade.

Com isso, no caso italiano, a ação estatal tornou-se mais preponderante. As políticas junto aos grupos migrantes serão fundamentais (Bertonha, 1999), além da própria construção da imagem do Estado Italiano no contexto internacional. Somente a partir do momento em que a Itália reivindica centralidade no jogo das nações e, no plano interno, consegue

debelar sua crise econômica, iniciando um período de crescimento econômico e, conseqüentemente, pode-se observar o início do sentimento de pertença dos grupos migrantes oriundos da península itálica.

Portanto, a compreensão do processo de construção da italianidade em São Paulo necessariamente estará atrelada ao estudo das ações do Estado Fascista italiano. O Fascismo conseguirá que o grupo migrante vislumbre uma positividade em ser italiano no Brasil, pois deixavam de ser indivíduos marginalizados aos olhos da sociedade receptora. A partir do governo Benito Mussolini, ser italiano muda de caráter em São Paulo. Estar identificado com a Itália, a partir da década de 20, era estar identificado com uma pátria com status elevado, onde os indivíduos encontram condições favoráveis para desenvolver o sentimento de pertença ao grupo italiano. Aos poucos, o sentimento de ser originário da nação italiana suplantava o sentimento étnico regional.

CAPÍTULO II

ASSIMILAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ETNICIDADE: O PROCESSO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

" Os povos americanos são, pois, tão preciosos para os estudos de biologia da raça quanto os climas tropicais o são para as pesquisas sobre a febre amarela e a malária. Os germes patogênicos, que produzem o impaludismo ou o tipo icteróide, podem ser observados nos tubos e caldos de cultura dos laboratórios, na França, na Inglaterra, na Alemanha; mas, só nos trópicos, só debaixo dos seus climas ardentes, é que o seu estudo pode ser feito de maneira fecunda. O mesmo acontece com a biologia e a psicologia das raças: uma e outra podem ser estudadas em centros puramente arianos, em populações puramente arianas; mas só na América, só entre as populações heterogêneas, onde se caldeiam os tipos antropológicos mais diferentes, onde as raças mais primitivas se misturam com as raças arianas; só aí, é que elas podem ser estudadas em condições ótimas de eficiência investigadora" (Vianna, 1932:17)

Após apresentar em linhas gerais uma das facetas do debate sobre a importância do fenômeno migratório dentro das Ciências Sociais, neste capítulo pretendemos analisar a questão migratória no contexto dos debates acadêmico e político brasileiros³⁸. Para tanto, realizamos um esforço no sentido de desenvolver um balanço sobre a produção intelectual brasileira acerca de tal fenômeno, desenvolvido a partir da década de 70 do século XIX e encerrado, pelo menos num volume significativo, em fins da década de 20 e início da de 30 do século XX³⁹.

³⁸ - Gostaríamos de lembrar que muitas vezes é difícil encontrar nítidas divisões entre discurso acadêmico e político, como veremos no desenvolvimento deste capítulo.

³⁹ - Entendemos que a promulgação da constituição de 1934, fruto do processo constituinte de 1933, é o marco final do debate sobre o processo migratório iniciado na segunda metade do século XIX. Ao determinarem um controle mais rigoroso sobre a entrada de migrantes (estabelecimento das cotas) como cláusula constitucional, os constituintes brasileiros demarcaram formalmente uma inflexão na questão migratória brasileira. Contudo podemos também entender que o estabelecimento de cotas para os grupos migrantes refletia um novo momento no contexto socioeconômico brasileiro. Novos braços migrantes não seriam mais necessários, pois o contingente entrado em sessenta anos já modificara substancialmente o perfil demográfico de vastas regiões brasileiras, principalmente São Paulo e os estados da região Sul do Brasil (Luizetto, 1975).

Nesta etapa do trabalho, deparar-nos-emos com uma das questões centrais para os estudos migratórios, como já foi demonstrado no capítulo anterior, qual seja, o embate entre duas visões distintas sobre o fenômeno: de um lado, uma abordagem que privilegia o conceito de assimilação e de outro, o de etnicidade.

A análise do debate gerado pela entrada de migrantes estrangeiros no Brasil remete-nos diretamente à dicotomia assimilação/eticidade. Ao acompanharmos os discursos sobre o fenômeno migratório brasileiro no momento de sua instauração, os mesmos que ditaram o tom para a produção bibliográfica subsequente, encontramos, numa primeira e superficial análise, a justificativa para a entrada da migração estrangeira centrada em problemas econômicos – a substituição do braço escravo⁴⁰ para a emergente lavoura cafeeira⁴¹. Entretanto, ao aprofundarmos os estudos de textos acadêmicos, jornalísticos e até mesmo das declarações de indivíduos influentes na definição da política oficial (deputados, senadores, ministros, presidentes da república entre outros), constatamos que a justificativa econômica não dá conta de toda a extensão do fenômeno.

⁴⁰ - Como destaca Michael Hall (1989), parte dos cafeicultores paulistas, em especial os das frentes pioneiras, enxergavam a questão da migração estrangeira para o Brasil sob o prisma econômico, ressaltando a necessidade da introdução da mão de obra livre numa sociedade onde o modelo econômico baseado no braço escravo dava claros sinais de esgotamento.

⁴¹ O fenômeno migratório de massas estava intimamente relacionado à emergência de um novo ciclo econômico agroexportador, baseado na lavoura cafeeira, que teria sua base geográfica no sudeste brasileiro (Love, 1982; Cano, 1983; Dean, 1971; Milliet, 1938).

Para demonstrar nosso argumento, um texto de propaganda produzido pela *Sociedade Central de Imigração* entre 1883 e 1884 pode aproximar-nos da complexidade da questão.

“Cumpre não confundir o problema da imigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salarizados e chega a preferir até os de raça inferior. O escopo da imigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada, busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano. Exige, por isso mesmo, a maior seleção nestes elementos. Ora, para que o imigrante ativo, laborioso, inteligente, progressivo venha para o Brasil, é preciso que este país ofereça condições de bem-estar para si e para sua família, impossíveis de encontrar na Europa (apud Azevedo, 1987:85-86).”

Como se pode perceber, as dimensões econômicas não são suficientes para responder à questão⁴². Outras variáveis estavam em jogo - raça, etnia, formação de nacionalidade - e pontuavam discursos que perduraram por mais de sessenta anos, como se pode observar na passagem abaixo, retirada da obra de Maria Helena Capelato, que cita editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, publicado no final da década de 20.

“A vinda de negros para o Brasil causou reação mais acalorada. Quando a empresa Ford introduziu no Pará trabalhadores norte-americanos negros, o OESP protestou com indisfarçável racismo: naquele momento um contingente preto seria mais nocivo que útil à obras de civilização. Admitia a necessidade de ‘gente para os nossos sertões, mas de gente capaz de melhorar em todos os sentidos a população do país’. Desmentindo-se ao mentir, o jornal candidamente afirmou não ter preconceito de cor, mas considerou indesejável a presença de pretos, pois ‘não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem a raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente’. Por isso, declarou-se contrário a que o Brasil se tornasse ‘hospedeiro de raças decaídas, retardatárias, perseguidas ou infelizes. Não as queiramos para nós que recebemos da Providência a tarefa de povoar um território riquíssimo e de construir uma grande nação, coisas que só poderão ser logradas com massas humanas de’

⁴² - É importante frisar que a análise oferecida por este texto não relega as razões econômicas a um plano inferior, mas somente levanta outros aspectos importantes, que muitas vezes são negligenciados.

primeira qualidade que já provaram sua capacidade civilizada. (Capelato, 1989:79-80).⁴³

As duas passagens aqui citadas foram escolhidas para explicitar o modo como a questão migratória foi compreendida, em linhas gerais, durante todo o período do fenômeno migratório.

No final do século XIX, o órgão estatal criado para arquitetar e azeitar o fluxo de migrantes que se estabelecia entre Europa e Brasil alertava para a ‘nobre’ intenção do Império brasileiro⁴⁴. As questões econômicas não eram as únicas que permeavam aqueles que viam a necessidade de atrair o braço estrangeiro; havia uma tarefa muito maior a ser enfrentada pelo Brasil – “**formar a grande nacionalidade brasileira**”.

Essa empreitada estaria presente também nos horizontes da república brasileira. Nicolau Sevcenko (1998) consegue, com extrema competência, oferecer agudo panorama geral desse processo. No prólogo da obra “*História da Vida Privada no Brasil V.3 – República: da Belle Époque a Era do Rádio*”, o mesmo autor evidencia o fato de que a passagem do Império para a República no Brasil foi fortemente marcada por uma visão da elite, que desconsiderava o ‘povo’ como um elemento participante do processo modernizador. Além de demonstrar como essa visão estru-

⁴³ - Os grifos destacam o texto original publicado no jornal diário.

⁴⁴ - Sobre a emergência da questão migratória durante o Império brasileiro ver Seyferth (prelo).

turava-se então, Sevcenko enfatiza o quanto suas conseqüências marcam profundamente nossa República com um ideal e políticas exclusionistas.

Retomando nossas citações, é necessário chamar a atenção para o quanto a visão de um país em formação, no qual o ‘povo’ também encontrava-se em processo de estruturação, perdura até o final da Iª República. A citação de Capelato (1989) deixa isso bem claro, pois revela como um periódico importante da cidade de São Paulo ainda lançava mão, ao final da década de 20, o mesmo argumento utilizado pelo governo imperial no momento da implantação do fluxo migratório. Para fins deste trabalho, a referida citação oferece-nos uma idéia de quanto a questão da formação nacional, incluindo neste processo a idéia de constituição de um tipo humano homogêneo para habitar ‘(a) **maior e melhor parte do continente Sul-Americano**’, adentrará o período posterior de nossa história política – o primeiro governo Vargas.

Defrontados com questões que fogem do âmbito puramente econômico, vemos que o fenômeno migratório foi arquitetado a partir de uma visão particular das elites brasileiras. Entre esse grupo social era corrente o entendimento de que o Brasil era um país sem um povo capaz de torná-lo uma nação, sendo essa incapacidade fruto das características raciais/étnicas da esmagadora maioria dos indivíduos de nossa sociedade. Suas heranças biológicas e culturais não capacitavam o ‘nativo’ a partici-

par do processo de formação nacional: os elementos negro, índio e sobretudo o mestiço não teriam características ‘psico-sociais’ essenciais para a ‘modernização’ que o país almejava a partir da segunda metade do século XIX⁴⁵. Essa visão do povo brasileiro, sem dúvida alguma, colaborou para a definição das políticas migratórias, atraindo para o interior do país trabalhadores estrangeiros que substituiriam o braço cativo, criando condições para a estruturação do trabalho assalariado, agora também indivíduos ‘capazes’ de participar e de contribuir para a tão almejada modernização brasileira.

Na passagem abaixo, percebemos que esse ideal ganha forma jurídica quando, no final do século XIX, deixa-se nítida a preferência por um tipo específico de indivíduos para serem ‘os substitutos do braço escravo’, elemento esse que marcou profundamente a migração de trabalhadores japoneses para o Brasil, segundo a autora desta passagem.

“Um dos grandes problemas para explicar o retardamento para a vinda de japoneses para o Brasil foi de ordem racial. Por ocasião da assinatura do tratado com o Japão, as discussões sobre raça do ponto de vista biológico e psicológico estavam em plena efervescência. Nina Rodrigues, na Bahia, estava criando a sua escola, da mesma forma que o racismo científico alargava a sua influência. O qualificativo ‘asiático’ era um sinal negativo e uma categoria abrangente que englobava japoneses, chineses e indianos. Estavam longe daquele imigrantes selecionados como desejáveis pela elite brasileira. Italianos, suecos, alemães, noruegueses, suíços, holandeses, dinamarqueses, ingleses, portugueses, espanhóis das Canárias, Galícia, Navarra e Vascongadas entre os europeus, canadenses do Quebec, porto-riquenhos dentre os provenientes das Américas e africanos somente das Canárias tinham a permissão para entrar segundo a Lei de 356

⁴⁵ - Entre os intelectuais brasileiros que partilhavam e desenvolveram estas idéias em momentos históricos distintos em suas obras, gostaríamos de destacar Sílvio Romero (final do século XIX), Nina Rodrigues (final do século XIX) e Oliveira Vianna (primeira metade do século XX), entre outros.

de 1895 (Nogueira, 1984:88). Havia portanto, uma nítida preferência pelos brancos. (Sakurai, 2000)”

I. ASSIMILAÇÃO TRANSFORMADORA – A NOÇÃO PRIMORDIAL

Portanto torna-se essencial pontuar, para fins deste trabalho, uma noção que permeia o debate inicial sobre o fenômeno migratório brasileiro. Os migrantes europeus, brancos e culturalmente ‘mais avançados’ seriam assimilados pela sociedade local, num processo complexo que os tornariam brasileiros; em contrapartida, suas características psico-sociais, raciais e antropomorfológicas seriam incorporadas pela sociedade local. A política migratória brasileira teria por finalidade a gestação de um novo elemento nacional, capacitado a participar do processo de formação nacional e de modernização política, econômica e social, abordagem essa que sintetizamos neste texto na expressão *assimilação transformadora*.

Em primeiro lugar, é necessário contextualizar historicamente o Brasil e o pensamento social nele produzido para que se entenda a criação desta noção dentro do ideário das elites brasileiras. O fenômeno migratório de massas inicia-se num período especial da história brasileira : o epílogo do Império brasileiro, a abolição da escravidão e a proclamação da República. Nas décadas de 70, 80 e 90 do século XIX, o Brasil passava por uma razoável efervescência política e social, pelo menos no que diz respeito às elites. O debate sobre modernização, formação nacional, nacionalidade, regimes de governo, entre outros temas, pautava então a vida pública bra-

sileira (Carvalho, 1987 e 1993; Motta, 1992 e Novais, 1998). A abolição da escravidão e a proclamação da República reforçam um intenso debate entre as elites brasileiras, que pode ser resumido pela simples questão : afinal, qual caminho deve percorrer a jovem nação para encaixar-se nos trilhos da modernidade?

Muitas alternativas eram apresentadas como resposta. No campo político, como bem destaca José Murilo de Carvalho (1993) na passagem abaixo, pelo menos três concepções ideológicas lutavam para determinar o caminho político-institucional de nossa jovem nação:

“O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século (Carvalho, 1993:9).”

No campo econômico, a discussão dava-se entre aqueles que defendiam a escravidão como vital para a manutenção da estrutura econômica, baseada no latifúndio monocultor e aqueles que viam a necessidade de introduzir o trabalho assalariado como um sopro modernizador nas relações entre capital e trabalho, movimento que viabilizaria igualmente a manutenção da extensa lavoura agroexportadora naquele momento, a saber, a recém-implantada cultura do café no sudeste brasileiro. É importante chamar a atenção para o papel preponderante do fenômeno migratório presente nessa discussão, que tinha por objetivo apresentar alternati-

vas para a manutenção, em linhas gerais, do modelo econômico gestado quando o Brasil ainda não era um estado independente (Hall, 1979 e 1989; Stolcke & Hall, 1984; Love, 1982 e Martins, 1973).

O fenômeno migratório estaria também presente, como já foi exposto neste texto, no debate sobre os aspectos sociais da realidade brasileira. Contudo, para aproximar nossa lente do embate, faz-se necessário contextualizar a concepção de sociedade que se afigurava naquele momento da história.

Sem dúvida, os elementos raciais/étnicos e portanto biológicos marcavam profundamente o entendimento dos problemas sociais nas últimas décadas do século XIX, como apontamos no capítulo I⁴⁶. Em última análise, o debate sobre a realidade social brasileira resumia-se na problemática já levantada neste capítulo – a sociedade brasileira era formada, naquele momento histórico, por indivíduos não capacitados⁴⁷ a participarem do processo de modernização, e, conseqüentemente, da formação da nação brasileira. Em suma, o Brasil era um país sem ‘povo’⁴⁸, sendo este

⁴⁶ - Somente para exemplificarmos esta questão, parece-nos muito significativo que em 1902 ocorra a publicação da primeira edição de “*Os Sertões*” de Euclides da Cunha, obra por muitos considerada como a primeira grande explicação sobre a natureza do povo brasileiro. A estrutura descritiva do texto é muito sintomática de como as questões das ciências naturais determinavam o olhar sobre a realidade social. Neste livro, onde o autor pretende descrever e analisar a situação social e política que envolvia o conflito de Canudos (ocorrido nos últimos anos do século XIX), o argumento central é construído segundo premissas das Ciências Sociais daquele momento histórico. Com isso, o autor estrutura sua obra a partir da descrição minuciosa do meio físico (*‘A Terra’* – primeira parte da obra) e da composição racial (*‘O Homem’*- segunda parte) do sertão brasileiro (Cunha, 1946).

⁴⁷ - Moral, racial e psicologicamente.

⁴⁸ - A idéia da falta de um ‘povo’ é sempre entendida de maneira comparativa com os E.U.A e as principais nações européias, lugares onde, nos momentos históricos que definiram a conformação

composto de uma heterogeneidade racial imperdoável, à luz das teorias científicas daquele momento histórico.

Com isso, as elites sentiam-se impelidas a atuar no sentido de engendrar um projeto nacional que desse conta dessa questão vital – a constituição de um ‘povo’ através da homogeneização racial. A miscigenação naquele momento histórico não era entendida como uma característica positiva⁴⁹, principalmente se levarmos em conta que a maioria da população brasileira do período era formada por indivíduos de ascendência negra ou indígena e a concepção de miscigenação corrente no final do século XIX.

Como já foi apontado no capítulo I deste trabalho, a teoria social, na virada do século XIX, era fortemente influenciada por teorias biológicas de cunho eugenista. Para as teorias eugênicas, a miscigenação não assumia um caráter positivo, ainda mais se entre as raças que se misturavam encontrássemos certa preponderância de indivíduos de ‘raças inferiores’, como era o caso brasileiro, com seus imensos contingentes de negros,

político/institucional dessas nações, a participação popular tornava-se uma das marcas distintivas das revoluções e processos de independências. (Sevcenko, 1992 e 1998; Carvalho, 1987 e 1993 & Motta, 1992)

⁴⁹ - A matriz étnica/racial brasileira, baseada na fusão dos três indivíduos primordiais – negro, indígena e o branco ibérico –, só será entendida como positiva por formar a peculiaridade nacional baseada na Democracia Racial após a publicação da primeira edição da obra “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freyre, em 1933. Atualmente há um certo consenso nas Ciências Sociais brasileiras de que a publicação da obra de Gilberto Freyre causou grande impacto nas interpretações sobre o Brasil, sendo-lhe atribuída uma mudança nos paradigmas analíticos, ao deixar para trás as interpretações raciais, criando uma abordagem culturalista inédita nas interpretações sobre a realidade brasileira (Bastos, 1986; Ortiz, 1985).

índios e mestiços. Para a eugenia, seria necessário que as ‘raças inferiores’ miscigenassem-se com ‘raças superiores’, como bem revela esta passagem da obra “*A Medicalização da Raça. Médicos, Educadores e Discurso Eugênico*” (Marques, 1994):

“Segundo, a eugenia, por um lado, foi enfática ao constatar a degeneração racial e moral dos habitantes do país como ‘heterogênea mescla racial com tonalidade cromática caprichosamente variada. Existem brancos, pretos, pardos, cabras, cabrochas, fulos, cafusos, caboverdes, caribocas, caboclos, zambos, mazombos, mamelucos, caborés, matutos...Tão variáveis são as cores das cutis, como os demais caracteres antropomórficos numa confusa promiscuidade de temperamentos físicos. Dahi a indole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vícios políticos e sociais de nossa gente’ (Kehl, 1929:188); por outro lado, ela trouxe em si mesma – na qualidade de ciência do aperfeiçoamento racial – a saída para o impasse ‘da negritude ameaçadora’ para os ‘perigos decorrentes da barbárie’. As técnicas eugênicas da gestão populacional seriam capazes de depurar o sangue multirracial dos brasileiros. Desta perspectiva, o branqueamento, recomendado aos habitantes do país, constituía-se num ideal político a ser atingido, quando finalmente os ‘brasileiros colocar-se-iam a par da marcha civilizatória’ (Marques, 1994:38).”

É importante enfatizar que essa visão de um país sem ‘povo’, devido à alta heterogeneidade racial, perdurará por toda a Primeira República, com a questão eugênica tornando-se base para a análise da realidade, o que geraria muitas propostas políticas, ainda nas primeiras décadas do século XX, como pode-se depreender da leitura do trecho abaixo, extraído também da obra de Marques (1994) e que discute o discurso eugênico no Brasil:

“A imigração – pela ótica eugênica – tornava-se imprescindível pela urgência do ‘branqueamento dos brasileiros’. No entanto, essa ‘necessidade’ encontrava-se problematizada em si mesma, visto que os imigrantes, no imaginário daquelas elites, eram encarados como criminosos, vagabundos, desordeiros e subversivos. Na década de 1920, chegaram ao Brasil cerca de 840 mil imigrantes europeus, e o médico Paulo C. de Azevedo Antunes considerou-os ‘preciosas contribuições para o aumento da porcentagem de sangue ar-

yano entre nós, (...) constituindo poderoso factor de clarificação da raça' (pp. 41-45)

Notara também o médico que os portugueses, italianos e espanhóis casavam-se principalmente com brasileiras, o que ressaltava o papel eugênico 'importantíssimo do elemento immigratorio, influindo poderosamente para a redução do índice de negriscencia de nossa população. Este factor de aryanização portanto não concorre para o augmento numericco do contingente branco puro, mas cruzando-se com os mestiços concorre para a eugenia da raça com a diluição do coefficiente de sangue inferior. Dessa forma a dosagem de sangue branco dos nossos mestiços vae augmentando cada vez mais, no trabalho lento e constante da selecção progressiva da raça.(p.46)' (Marques, 1994:87-88)."

O discurso eugênico aparentemente foi bastante difundido no Brasil, ao longo das décadas de 10 e 20, durante o auge da política oligárquica. Marques (1994) arrola, como fonte de consulta para a elaboração de seu trabalho, quinze teses de doutorado defendidas nas faculdades de medicina da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo nessas décadas e uma tese inaugural, datada de 1909, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além desse número significativo de trabalhos médicos/acadêmicos, outro dado parece-nos relevante : a fundação, em 1918, da Sociedade Eugênica de São Paulo, por figuras ilustres da medicina e da intelectualidade brasileira, como Arnaldo Vieira de Carvalho, Oscar Freire, José Carlos Macedo Soares, Fernando Azevedo e Arthur Neiva⁵⁰, entre outros (Marques, 1994).

⁵⁰ - Arnaldo Vieira de Carvalho, médico, foi o principal articulador político e acadêmico que viabilizou a fundação da Faculdade de Medicina de São Paulo em 1913 (hoje unidade da Universidade de São Paulo) (USP, 2002a). Oscar Freire veio da Faculdade de Medicina da Bahia em 1918 para implementar a cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Medicina de São Paulo (USP, 2002b). José Carlos Macedo Soares, advogado e importante figura pública de São Paulo entre as décadas de 20 e 50, foi ministro das relações exteriores durante o primeiro governo Vargas e no governo Kubitschek, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ocupou a cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras, entre inúmeros outros postos de relevância pública que exerceu (ABL, 2002b). Fernando Azevedo, importante intelectual brasileiro, foi fundador da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* na Companhia Editora Nacional, na década de 50, secretário da educação em São Paulo em 1942 e, no final da década de 10, publicou o livro *"Da Educação Física"*, com forte influência das teorias eugênicas (CPDOC, 2002). Arthur Neiva, médico e importante pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, realizou importantes descobertas sobre os insetos transmissores da Doença de Chagas,

Como podemos observar, os problemas sociais brasileiros eram enxergados através desse prisma eugênico, que ‘receitava’ ao país a depuração da raça. O Brasil era habitado por um povo com **‘vícios políticos e sociais’**, conseqüência direta de séculos de miscigenação racial combinada à falta de uma **‘gestão populacional’**, gerando nossa peculiar heterogeneidade racial. Sem dúvida, num período histórico marcado pela criação de um ideal modernizador (Carvalho, 1993 e Sevcenko, 1998), tal questão era central para aqueles que debatiam o futuro de nossa jovem nação. Uma ‘gestão populacional’ era condição *sine qua non* para que os outros aspectos da realidade brasileira (econômicos e políticos) pudessem alcançar os objetivos propostos por seus idealizadores – alçar o Brasil aos trilhos da modernidade européia e norte-americana, através de uma mistura pouco ortodoxa: liberalismo político, monocultura agroexportadora e homogeneização racial.

A criação dessa ‘gestão populacional’ que, dentro das Ciências Sociais, encontrava eco com outras denominações nos trabalhos de Nina Rodrigues e Sílvio Romero desde o século XIX, seria fruto de uma utopia presente no ideário das elites brasileiras, a mesma que ora denominamos *assimilação transformadora*. No eixo da compreensão dessa utopia, o fe-

diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro na década de 20, no final desta década ajuda a estruturar o Instituto Bacteriológico de São Paulo e na década de 30 torna-se deputado constituinte apresentando projetos sobre imigração (PROSSIGA, 2002).

nômeno migratório ganha destaque, como apontam os fragmentos de textos de época já citados, a partir do momento em que a transformação racial (de natureza qualitativa e homogeneizadora) da sociedade brasileira seria operacionalizada pela atração de trabalhadores europeus para a estruturação da lavoura cafeeira.

Sem dúvida, desde o final do império, a entrada de migrantes europeus na região Sul, com baixa densidade demográfica, e na região Sudeste, sedenta por mão de obra para o desenvolvimento da cultura do café, apresentava-se como a alternativa viável para a questão econômica brasileira. Migrantes assalariados na região sudeste seriam a tônica para a mudança estrutural da economia escravocrata e para a criação de uma força de trabalho livre (Hall, 1979 e 1989, Stolcke & Hall, 1984 e Trento, 1988), tão fundamental para a estruturação de um regime político republicano, com fortes influências do liberalismo (Carvalho, 1993).

Aparentemente a utopia das elites brasileiras parecia possível de ser realizada: a entrada de um contingente populacional de 'raças superiores' como mão de obra livre assalariada poderia ser entendida como política pública fundamental para a construção de uma tão sonhada 'gestão populacional'. Com isso, um fator desse mesmo modelo de gestão pública ganharia destaque: o princípio eugênico da depuração das raças.

Tendo reunido todos esses elementos, podemos agora definir com mais precisão a noção de *assimilação transformadora*.

A depuração lenta, gradual e de sentido homogeneizante das raças em contato no Brasil, segundo os princípios nos quais as características das “superiores” sobrepor-se-iam as das “inferiores”, criava uma maneira peculiar de entender o conceito de assimilação, dentro do contexto dos fenômenos migratórios. Ao mesmo tempo em que os migrantes, com o passar do tempo, perderiam suas características de estrangeiros, metamorfoseando-se em nacionais, tornar-se-iam elemento fundamental para a transformação da realidade social brasileira, como se fosse possível selecionar naqueles indivíduos que desembarcavam nos portos brasileiros somente as características raciais, morais e psicológicas que interessavam às elites brasileiras, as quais propulsionariam a idealizada transformação (racialmente qualitativa e homogeneizadora) de que a sociedade brasileira tanto necessitava para habilitá-la ao processo civilizatório e modernizador.

Arriscamos afirmar que, em complementaridade à vitória liberal no embate político/ideológico, apontada por Carvalho em *A Formação das Almas* (1993), o fenômeno migratório apresentava-se como um alento ao ideal positivista que fora derrotado nos anos iniciais da república brasileira. Uma gestão populacional, na qual o governo brasileiro pretendia selecionar a qualidade racial dos migrantes que para cá se dirigiam, seria

sem dúvida uma intervenção direta no meio social brasileiro, como tão bem o ideal positivista sonhava em sua utopia de cunho autoritário.

II. A UTOPIA ATRAVÉS DO MESTIÇO? – ANOS 30

Quando damos um passo à frente na história do fenômeno migratório e adentramos os debates nos quais este estava inserido, encontramos uma maior complexidade. O fim da Iª República, a Revolução de 30, novos elementos no debate sobre modernização econômica com o surgimento de um ideal industrializante, a constituição de 1934, a diminuição no fluxo migratório, o cenário mundial político/ideológico, a contestação das teorias raciais, por um lado, a persistência de teorias eugênicas, por outro, a emergência de uma teoria social de cunho culturalista no Brasil são eventos e circunstâncias que introduzem novos elementos em nossa reflexão.

Como já foi apontado anteriormente neste texto, o processo constituinte de 1933 e a promulgação da constituição de 1934, foram fruto da pressão exercida por parte das elites brasileiras, que num primeiro momento apoiou a chegada de Getúlio Vargas ao poder através da Revolução de 30 e que, naquele mesmo momento, já demonstrava alguma insatisfação com os rumos desse movimento político e, nesse sentido, foram

igualmente marcos de uma mudança no debate sobre o fenômeno migratório brasileiro.

Como pontua Luizetto (1975) no trabalho que analisa as propostas e os debates em torno da regulamentação do processo migratório, houve, durante os trabalhos constituintes, intensos debates sobre o problema, com vistas a aumentar o controle sobre a entrada de migrantes. Sem dúvida, durante a confecção da carta magna brasileira, a idéia de 'gestão populacional' através da intervenção direta na realidade brasileira poderia ser estruturada. Neste sentido, as cláusulas constitucionais que regulariam a entrada de migrantes através do estabelecimento de cotas (Luizetto, 1975) para cada etnia poderiam ser entendidas dentro dessa perspectiva.

Antes porém de tirarmos conclusões apressadas, devemos analisar o contexto do início da década de 30, no que diz respeito ao debate migratório.

Como já foi demonstrado anteriormente, o ideal da criação de políticas públicas com fins a instalar aquilo que denominamos *assimilação transformadora* persistia no início da década de 30. Já vimos que nos meios de comunicação essa idéia estava muito presente ao final da década de 20 (Capelatto, 1989). Todavia, vale perguntar como a intelectualidade bra-

sileira refletia sobre o problema da formação nacional neste período, questão que nos remete diretamente à questão assimilatória.

Não devemos esquecer de que o tema da formação nacional era central no movimento político que culminou com a subida de Vargas ao poder em 1930, sendo essa temática uma das bases para a crítica ao modelo político oligárquico da Iª República. Muitos críticos, principalmente entre os tenentes, que durante boa parte da década de 20 fizeram eclodir diversos movimentos políticos anti-oligárquicos, viam na extrema descentralização política característica dos primeiros anos do regime republicano um sério impedimento para a realização de um efetivo processo de formação nacional⁵¹ (Fausto, 1978).

É importante enfatizar que a questão da formação nacional perduraria por todo governo Vargas, mas a 'gestão populacional' ganharia novos elementos, os quais, por sua vez, matizariam a maneira de entender a questão racial/étnica. Um deles referia-se ao próprio fluxo migratório, o qual sofria uma estagnação, seguida de decréscimo quantitativo nas entradas a partir da década de 20, como demonstra a Tabela IV. As causas para este movimento são variadas, com o contexto europeu e o brasileiro assumindo novas características.

⁵¹ - Como já foi descrito neste capítulo, o tema da formação nacional baliza boa parte do debate público brasileiro, desde o tempo do regime imperial.

TABELA IV

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL POR PERÍODO (1884-1945)

| PERÍODO | NÚMERO DE MIGRANTES | VARIAÇÃO PORCENTUAL |
|-----------|---------------------|---------------------|
| 1884-1888 | 277.950 | |
| 1889-1900 | 1.301.281 | 368% |
| 1901-1910 | 671.351 | -48% |
| 1911-1920 | 797.744 | 19% |
| 1921-1930 | 840.215 | 5% |
| 1931-1940 | 288.607 | -66% |
| 1941-1945 | 18.430 | -94% |
| TOTAL | 4.195.578 | |

Fonte: Sakurai, 2000

O contexto europeu para o início do fenômeno migratório foi bem descrito por Hall (1989) para o caso italiano em específico⁵²:

“Os fazendeiros tiveram sorte quanto à coincidência da crise de mão-de-obra com um período crítico da economia italiana. A competição desigual de cereais norte-americanos, mais baratos nos mercados italianos, somada a contínuos apuros da agricultura italiana, criou uma pronta oferta de imigrantes desesperados. Durante os últimos anos da década de 1880, agentes do Brasil pululavam em Veneza e outras partes do Vale do Pó, estimulando ‘uma espécie de febre’, que levaria inúmeros trabalhadores agrícolas a partirem para o Brasil, na ‘esperança de lá encontrarem a terra prometida’, como escreveram os funcionários italianos em Treviso⁵³. Alguns desses candidatos à emigração até viajaram a pé, cruzando a maior parte do norte da Itália sob um rigoroso inverno, para tomar os navios que em Gênova prometiam passagens grátis para Santos” (Hall, 1989:5)

No final da década de 20, com a consolidação do regime fascista e com pelo menos cinqüenta anos de expressivos números nas saídas de migrantes da Itália especificamente, e de países europeus de modo geral, o contexto do Velho Mundo era bem diverso. O regime fascista conseguira

⁵² - Usamos o caso italiano para exemplificar o contexto europeu, não somente por este trabalho tratar diretamente das conseqüências deste movimento migratório, mas por ser o caso mais significativo nas estatísticas de entradas de migrantes para o Brasil, em específico, e América, no geral (Ianni, 1963; Hutter, 1972; Cenni, 1975; Alvim, 1986; Carelli, 1988 e Trento, 1988)

⁵³ - Statistica della emigrazione avvenuta nel ano 1888, pp.159 e 197. Cf. Hall, 1989.

minimamente tornar a economia italiana estável⁵⁴, pelo menos em termos comparativos com o final do século XIX, e assim aquela '**pronta oferta de imigrantes desesperados**' não era mais realidade no início da década de 30. Tanto que os defensores da migração de estrangeiros para alavancar a economia brasileira e paulista, já na década de 20, procuravam outras alternativas ao braço europeu, fato que resultará na atração de outras etnias para o Brasil, como bem demonstra o aumento de migração japonesa durante esta década (Sakurai, 2000).

O contexto brasileiro transformava-se também. A abundância de entradas na virada do século deu-se no contexto do aumento quantitativo de terras aráveis no oeste paulista e as frentes pioneiras necessitavam de cada vez mais braços para a empresa cafeeira. Aos poucos, porém, o desenrolar do século XX não se apresentava tão promissor como as duas últimas décadas do século anterior. As seguidas crises internacionais do preço do café e a superprodução das lavouras paulistas levavam os produtores a uma refreada nos investimentos nessa atividade econômica, tanto que parte dos investimentos provenientes dos resultados do café começariam a ser diversificados em outras atividades econômicas – como a industrialização da capital do estado de São Paulo (Milliet, 1938; Dean, 1971; Cano, 1983 e Martins, 1973).

⁵⁴ - Como será destacado neste trabalho, o fascismo achara um campo fértil para seu desenvolvimento justamente na extrema instabilidade econômica da península itálica, principalmente no período do imediato pós-Iª Guerra (De Felice, 1966; Gallo, 1966; Gentile & De Felice, 1988; Paris, 1993).

Diante desse cenário, refletir acerca do fenômeno migratório na década de 30 era também refletir sobre um problema que diminuía de intensidade e colocava novas questões. Será que o enorme contingente de estrangeiros entrados participavam realmente do processo de assimilação à sociedade brasileira? Esse processo estava de fato ocorrendo, como os intelectuais haviam imaginado? A *assimilação transformadora*, fruto dos ideais eugênicos, aconteceu de fato? No Brasil da década de 30 ainda havia espaço para mais entradas, principalmente em seguida à crise vivida pela cafeicultura após o *crash* de 1929? Qual o papel exercido pelo enorme contingente de descendentes na sociedade brasileira? E por último, será que os ideais eugênicos ainda faziam sucesso no Brasil, no sentido de haver clamores pela estruturação de uma ‘gestão populacional’?

Começando pelas questões eugênicas, veremos que, na década de 30, estas ainda persistiam nos horizontes de parte de nossa intelectualidade. Tanto que Oliveira Vianna, intelectual que ganharia destaque durante o governo Vargas, chegou a publicar em 1932 a primeira edição da obra *“Raça e assimilação”*. Por outro lado, porém, surgiriam novas abordagens dentro das Ciências Sociais, que as afastariam dos paradigmas das ciências naturais.

Como já observamos, no início da década de 30, em 1933, seria inaugurada uma nova abordagem a qual, com o passar das décadas, tornar-se-ia uma das tradições intelectuais das Ciências Sociais brasileiras. A publicação de “*Casa Grande e Senzala*” de Gilberto Freyre levaria a sociologia, antropologia, história e disciplinas afins em direção a abordagens que privilegiam a análise cultural em detrimento dos paradigmas de meio e raça, tão manejados desde a segunda metade do século XIX.

Antes ainda de analisar o impacto dessa nova abordagem dentro das Ciências Sociais brasileiras, em especial, nas interpretações sobre a questão racial e sua correlação com o problema da formação nacional, gostaríamos de destacar a importância da obra de Oliveira Vianna, durante todo o período histórico conhecido com primeiro governo Vargas. Com essa análise, intentamos propor que, apesar da emergência de uma abordagem culturalista na tradição intelectual brasileira, as questões raciais analisadas pelo prisma da eugenia, continuam encontrando eco dentro do pensamento social brasileiro.

Para embasar nosso argumento, uma análise sucinta da obra “*Raça e Assimilação*” de Oliveira Vianna (1932) é esclarecedora dos modos de resistência dos ideais eugênicos em parte do pensamento social brasileiro.

A epígrafe deste capítulo propõe-nos uma idéia da dimensão e da forma do argumento de Oliveira Vianna. Naquela passagem, Vianna (1932) afirma com todas as letras que o continente americano deveria ser encarado como um grande ‘laboratório’ para os estudos eugênicos. Sua realidade social (para Vianna, uma emanção direta de condições geográficas e biológicas), marcada pelo contato entre as mais diversas raças/etnias, apresentava-se mais eficiente para a compreensão das premissas eugênicas, postuladas em ambientes onde esse contato não era tão favorecido.

“*Raça e assimilação*” seria publicado um ano antes do processo constituinte, quando a questão migratória estaria em sério debate, com vistas ao seu controle. Nesta obra, Vianna realiza um minucioso estudo dos efeitos do fenômeno migratório na sociedade brasileira, no sentido de testar cientificamente se os princípios eugênicos estavam preservados pela política migratória brasileira. Em outras palavras, o aumento das qualidades raciais brasileiras era a grande preocupação do autor que, para pensar sobre esse problema, descreve os resultados da aplicação de uma metodologia específica para analisar o nível do “*melting-pot*”⁵⁵ brasileiro. De certa maneira, buscava nessa obra respostas possíveis para uma das questões

⁵⁵ - Termo usado por Oliveira Vianna para designar a miscigenação entre os grupos migrantes e o elemento nativo brasileiro. Sem dúvida muito influenciado pela literatura norte-americana sobre questões migratórias.

colocadas neste capítulo: a *assimilação transformadora*, fruto dos ideais eugênicos, ocorrera ou estaria ocorrendo a contento no Brasil?

Para tal empreitada, Vianna utilizava-se do método de Bloom Wessel⁵⁶ a fim de analisar dados demográficos do Rio Grande do Sul, referentes ao período entre 1925 e 1927, e dados de 1924, referentes à São Paulo, como sabemos, dois dos maiores pólos de atração de migrantes. Mas antes ainda da aplicação de tal metodologia, o autor critica duramente os órgãos governamentais brasileiros por não se preocuparem seriamente com a questão da depuração das raças, fato que, segundo o autor, revela-se na imprecisão dos dados estatísticos nacionais. Oliveira Vianna resalta a dificuldade por ele enfrentada em análises⁵⁷ das estatísticas oficiais nacionais devido à metodologia utilizada na sua produção, por estas agruparem numa mesma categoria brasileiros natos e descendentes de estrangeiros nascidos no Brasil⁵⁸. A partir dessa ressalva, o autor realiza um exercício no sentido de demonstrar o método do autor norte-americano e sua utilidade para os estudos sobre a formação de uma raça/etnia, com a

⁵⁶ - Na apresentação desta obra, o autor afirma que usava a metodologia aplicada para quantificar o grau do *melting-pot* em New London, Connecticut / E.U.A.. Oliveira Vianna afirma que o método estatístico desenvolvido por Bloom Wessel era o que se tinha de mais avançado para análises a partir dos postulados do eugenismo.

⁵⁷ - Ao comparar suas análises com aquelas realizadas por Bloom Wessel.

⁵⁸ - Oliveira Vianna parece esquecer que os dados estatísticos nacionais seguiam os princípios da tradição do direito brasileiro, apesar de sua sólida formação na área, que considerava (e considera) brasileiros natos aqueles que nascem em território brasileiro, independentemente de sua ascendência. O direito à nacionalidade brasileira segue o princípio do *jus soli* desde o momento da independência brasileira. Já na constituição de 1824 encontramos a seguinte definição para a cidadania brasileira no seu artigo 6º inciso 1º “**São cidadãos brasileiros: 1º) Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação.**” Nesta crítica, percebemos certo elogio às autoridades dos Estados Unidos, país com o mesmo princípio para questões de cidadania/nacionalidade, mas que em seus dados estatísticos oficiais sempre apontou as origens étnicas de sua população.

possibilidade de avaliar o quanto uma raça estaria envolvida no processo de “*melting-pot*” e se este acontecia no sentido proposto pelos ideais eugênicos de aperfeiçoamento da raça/etnia.

O objetivo principal deste estudo era a identificação daqueles grupos migrantes que de fato participavam daquilo que denominamos neste texto de *assimilação transformadora*. O autor buscava a mensuração estatística do grau de miscigenação dos grupos migrantes com o elemento nativo e com isso poderia medir quais grupos mais colaboravam com a depuração racial do tipo biológico brasileiro. Tanto que no final de sua obra Vianna aponta para alguns grupos⁵⁹ como indesejáveis para o processo eugênico brasileiro, devido ao baixo nível de casamentos exogâmicos. Denuncia-os por se afastarem dos objetivos primordiais do fenômeno migratório e conclama ao governo brasileiro à intervenção nessas regiões para, de certa maneira, estruturar aquilo que neste texto chamamos de ‘gestão populacional’.

Dentro deste contexto, nunca é demais lembrarmos que a miscigenação somente seria interessante dentro da análise de Oliveira Vianna se os grupos migrantes (brancos e europeus) estiverem em contato com a sociedade local através de casamentos exogâmicos, fato que permitiria que

⁵⁹ - Oliveira Vianna, após utilizar-se da metodologia estatística emprestada da bibliografia norte-americana, aponta para a existência de ‘enquistamentos étnicos’, principalmente no Rio Grande do Sul.

os princípios da eugenia se desenvolvessem de fato no Brasil, elevando a qualidade racial/étnica da sociedade brasileira.

Nesta obra vemos, nos primeiros anos do Governo Provisório, um intelectual ainda a manejar categorias analíticas advindas do século XIX para analisar o fenômeno migratório. Intelectual de certo destaque naquele período histórico e com uma obra relevante dentro do pensamento social brasileiro, o qual, com o passar dos anos, chegaria a colaborar com o governo Vargas, a ponto de muitos analistas enxergarem em sua obra idéias legitimadoras do sentido autoritário que esse governo assumiria, com o desenrolar da década de 30 (Bastos & Moraes, 1993).

Por outro lado, como já foi apontado, no início da década de 30 surgia uma interpretação sobre questões raciais/étnicas fora dos paradigmas biológicos, a qual mudaria profundamente as interpretações sobre a realidade e a história brasileira, com conseqüências diretas para as análises sobre o fenômeno migratório.

Da obra de Gilberto Freyre (1936), que tem sua primeira edição publicada no ano posterior da publicação do livro de Oliveira Vianna, emergiria uma nova visão sobre o problema da miscigenação no Brasil. É importante aqui explicitar que, apesar da resistência que esse autor en-

contraria em alguns círculos das Ciências Sociais brasileiras⁶⁰, esta nova abordagem sobre o problema da miscigenação na formação nacional será, de certa maneira, incorporada, mesmo que não explicitamente, por boa parte da produção acadêmica nacional.

A análise culturalista cunhada pelo escritor pernambucano a partir de “*Casa Grande e Senzala*” dará origem a interpretações sobre a realidade nacional que verão na miscigenação um dos trunfos da sociedade brasileira, principalmente em comparação com outras sociedades, em especial a norte-americana. Para fazer justiça à sua obra, é fundamental destacar que a construção de interpretações de fundo culturalista, que dariam origem ao que conhecemos como Democracia Racial, nascem da perspectiva analítica iniciada pelo autor (Da Matta, 1984). Mas uma ressalva precisa ser feita : o conceito de Democracia Racial não fora grafado por Freyre, nascendo a partir do momento em que sua análise da sociedade tradicional brasileira foi incorporada às Ciências Sociais nacionais.

A idéia de uma sociedade brasileira patriarcal e, portanto, extremamente hierarquizada, que encarava a diferenças raciais de uma maneira muito mais permissiva do que outras sociedades, daria origem a uma nova maneira de compreender os processos sociais que envolvem contatos inter-raciais/étnicos. O paradigma assentado no determinismo geográfico e

⁶⁰ - Principalmente entre aqueles de inspiração marxista; sobre esta questão ver Bastos, 1986.

racial, emprestado das ciências naturais, começa a ser ultrapassado dentro do pensamento social brasileiro. Com isso, a nossa noção de *assimilação transformadora* começa a não fazer mais tanto sentido, pelo menos em parte das Ciências Sociais brasileiras, aquelas que se viam seduzidas pela história social construída pelo autor pernambucano, a partir do cotidiano da sociedade colonial brasileira.

Para nossos fins, a obra de Gilberto Freyre é muito importante por mudar radicalmente a perspectiva analítica da miscigenação pois, sem dúvida, sua contribuição para a compreensão dessa questão central para a realidade brasileira estará em dar positividade ao processo miscigenatório. Não a positividade conferida ao mesmo pelos eugenistas, que consideravam somente um dos possíveis tipos de miscigenação (entre o branco e as outras raças e sempre tutorada pelo Estado) como a panacéia para os problemas nacionais.

Para Freyre o mestiço brasileiro, fruto da fusão 'natural' das três raças primordiais da sociedade brasileira, criaria a peculiaridade nacional, que deveria ser preservada e enaltecida por criar um padrão único no mundo de relacionamento entre raças/etnias distintas. Neste sentido, pela primeira vez no pensamento social brasileiro, o 'povo' brasileiro seria tratado, não como um empecilho para o desenvolvimento nacional, mas

como fruto de um processo social peculiar que na análise de base culturalista ganhava centralidade e positividade.

A positividade atribuída ao tipo humano nativo pela abordagem de Freyre influenciará decisivamente numa transformação conceitual que ocorrerá no contexto das Ciências Sociais, no geral, e nos estudos migratórios, em específico. A partir da década de 30, nosso conceito de assimilação aos poucos ganhará novos elementos, pelo menos em parte do pensamento social brasileiro, com o elemento nacional não mais necessitando de uma transformação de ordem qualitativa. Aos poucos emergirá dentro dos estudos migratórios uma nova perspectiva para o conceito de assimilação, acompanhando a transformação nas análises da realidade nacional proporcionada por essa nova abordagem na pesquisa social brasileira. A assimilação também deixará de ser uma noção de base biológica, para assumir características culturais. Arriscamos até a dizer que a obra de Freyre inaugurará no Brasil uma perspectiva analítica baseada nos princípios da Antropologia Social e que, com o passar dos anos, a assimilação será compreendida dentro desse novo paradigma, acompanhando o debate racial brasileiro, radicalmente transformado pelo escritor pernambucano.

Podemos dizer que, a partir da década de 30, será construída, no contexto do pensamento social brasileiro, a possibilidade de pensar so-

bre a existência de uma raça/etnia brasileira, da qual o mestiço seria a síntese. Como já foi demonstrado anteriormente, em outros momentos históricos do pensamento social brasileiro essa possibilidade não era factível, pois a tradição analítica apontava, sempre, para um longo processo histórico no qual a raça/etnia brasileira deveria ser forjada, em consonância com um sentimento utópico mais do que com um conceito científico propriamente dito. Entendemos que a obra de Oliveira Vianna deve ser entendida como uma representação tardia dessa perspectiva, que tem suas raízes no pensamento social desde pelo menos o período da independência brasileira.

Pela primeira vez as Ciências Sociais brasileiras deixavam de entender os habitantes do país como incapazes de participar de um processo modernizador e civilizatório. Arriscamos até a dizer que “*Casa Grande e Senzala*” busca comprovar que a sociedade patriarcal brasileira havia construído um processo civilizatório peculiar, fora dos padrões de processos similares europeus e norte-americanos. Logicamente que a civilização brasileira de Freyre também assume feições bastante diferentes dos modelos que tradicionalmente o pensamento social brasileiro havia imaginado; uma sociedade patriarcal e hierarquizada, como bem definiu Da Matta (1984), teria resultado numa civilização peculiarmente tropical, em que as premissas da liberdade e igualdade não encontrariam solo fértil para fincar suas raízes.

Freyre não entendia a sociedade brasileira como um organismo sem capacidade física para desenvolver sua própria história, como gritavam as análises assentadas em premissas das ciências naturais. Para o autor, o processo histórico e a peculiaridade cultural da sociedade escravocrata colonial brasileira forjaram o ser nacional, através da miscigenação das três raças primordiais. Portanto, a idéia principal, para fins deste texto, reside na supressão da necessidade de melhorar a qualidade racial do povo brasileiro, considerado enfim diferente, mas não inferior. Com isso, o ideal da *assimilação transformadora* começa a perder as bases teóricas de sua verossimilhança.

Com a obra de Gilberto Freyre, os ideais de pensadores como Oliveira Vianna começam a perder sentido e a busca pela capacitação física da população brasileira como condição essencial para participar de um processo civilizador torna-se passado no pensamento social brasileiro. Ao deixar de imaginar a necessidade de criar-se um povo apto para tal empreitada, o debate e as perspectivas para o fenômeno migratório se alterariam, pois a atração de indivíduos capazes de transformar qualitativamente a sociedade brasileira, conseqüentemente, não faz mais sentido nesse novo contexto.

A partir da década de 30, os migrantes começam a ser entendidos como indivíduos que necessitavam abraçar-se, devendo assim aos poucos perder suas referências culturais e étnicas, tornando-se outro elemento a participar da grande civilização miscigenada. Doravante deixariam de ser portanto entendidos como panacéia para os ideais de modernização da sociedade brasileira e passariam a ser integrantes de um longo processo histórico, que sempre manejava com permissividade as diferenças raciais/étnicas. Tal tolerância incluía diferenças hierárquicas entre as diversas raças/etnias que compunham o mosaico brasileiro pois, como demonstra Da Matta (1984), a concepção de Democracia Racial, forjada a partir de interpretações culturalistas pós-Freyre, não excluía uma profunda hierarquização racial na sociedade brasileira.

A concepção de Democracia Racial sempre trabalhou com a idéia de uma sociedade não igualitária, onde todos ocupam posição bem definida na hierarquia social. A cordialidade das relações interraciais/étnicas no Brasil sempre esteve alicerçada nessa hierarquização, com todos os seus elementos constitutivos ocupando uma posição clara e internalizada pelos indivíduos, no espectro social (Da Matta, 1979 e 1984).

Com isso, o migrante passaria a ser entendido de maneira bastante diferente a partir de então, como novo elemento integrado ao processo, assumindo assim uma posição privilegiada na pirâmide racial/étnica

brasileira. Por ser branco e europeu, teria maior facilidade no processo de integração à sociedade brasileira, porém uma condição seria essencial nesse fenômeno, como já foi dito – ele deveria abandonar suas características étnicas não nacionais e tornar-se um brasileiro, assimilando-se à sociedade receptora.

A sociedade brasileira receberia com bons olhos as contribuições culturais dos grupos migrantes⁶¹ (principalmente as de origem européia) mas não abriria espaço legítimo para manifestações étnicas, pois o migrante deveria aos poucos deixar de ser um estrangeiro, tornando-se rapidamente um brasileiro. Em outras palavras, aquela sociedade que sempre soubera lidar tolerantemente com as diferenças raciais/étnicas, usufruiria doravante das contribuições desses grupos, utilizando-as como elementos no processo de fusão cultural das três raças/etnias básicas para a formação da peculiaridade nacional. Por outro lado, desejava-se que os migrantes também aceitassem as contribuições dos outros elementos do processo cujo resultado seria a criação de um ser distinto, identificado com uma raça/etnia que seria denominada *brasileira*.

Assim, nos anos 30, encontramos duas correntes distintas dentro das Ciências Sociais brasileira que lutavam pela hegemonia intelec-

⁶¹ Importante destacar aqui que para outros grupos migrantes a sociedade brasileira não se mostrou tão permissiva, já que alguns deles, como japoneses e judeus, encontraram fortes resistências em seus processos migratórios, por não se encaixarem no estereótipo das três raças embrionárias da sociedade brasileira. Sobre a resistência a esses grupos ver os trabalhos de *Sakurai, 2000 e Carneiro, 1995*.

tual naquele período⁶². De um lado, resistiam no pensamento social brasileiro resquícios da antiga abordagem evolucionista/eugênica, que ainda analisava a realidade social a partir dos paradigmas de raça, convivendo a partir desse momento histórico com uma abordagem culturalista, nascida com a introdução de novos paradigmas no pensamento social, acompanhando de certa maneira o debate intelectual que já existia na Europa e nos EUA desde da virada do século XIX para o XX⁶³.

Podemos afirmar que a abordagem culturalista, aos poucos, ganharia a hegemonia dentro do campo de conhecimento que reflete sobre a realidade social nacional. Arriscamo-nos até mesmo a afirmar que aquele ideal utópico, colocado por pensadores sociais no momento da introdução de uma massa de trabalhadores migrantes na realidade nacional, ganhava forma. A necessidade do Brasil de forjar um povo com capacidade de participar do projeto modernizador das elites brasileiras começa a se tornar realidade, não exatamente como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Oliveira Vianna desejavam, ao analisarem as qualidades raciais/étnicas de nossa população.

⁶² - Nessa década, como bem demonstra o texto de Olívia Cunha (1999), há um intenso esforço dentro da Antropologia brasileira para ultrapassar os paradigmas evolucionistas, realizando a passagem de uma Antropologia estritamente física para a criação de uma Antropologia Cultural. Segundo a autora, vários intelectuais brasileiros trabalhavam nesse sentido, destacando-se entre outros Roquette Pinto, que encabeçava uma geração de pesquisadores do Museu Nacional, e Arthur Ramos, que foi incumbido pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 1938, a elaborar os festejos comemorativos do cinquentenário da Abolição da Escravidão (Cunha, 1999).

⁶³ - Sobre o debate internacional em torno dos paradigmas analíticos das Ciências Sociais, ver o capítulo I.

Da obra de Gilberto Freyre emerge uma nova perspectiva de visão da composição racial da população brasileira, já que o mestiço, tão rejeitado até então, ganharia centralidade e oportunidade de ser entendido como a síntese de um povo e, principalmente, como sujeito capaz de participar de um projeto civilizador de caráter peculiarmente nacional, diverso daquele imaginado no final do XIX. Em certo sentido, a década de 30 colocará as questões raciais/étnicas como um trunfo nacional, rejeitando a idéia de serem empecilhos para a formação da jovem nação brasileira. Desta forma, estaria sendo realizada, de certa maneira, a utopia da criação de um povo, colocada como questão central no Brasil desde o processo de independência. A realização desse ideal utópico ganharia forma inserida num processo genuinamente intelectual, que lançava um novo olhar sobre a realidade histórica nacional para descobrir as qualidades de um povo até então encobertas por abordagens enraizadas no pensamento nacional. Portanto, criando não um novo povo de fato, através da transformação física, mas construindo uma nova categoria analítica que seria aos poucos incorporada às Ciências Sociais brasileiras, com conseqüências para a realidade nacional, na qual o fenômeno migratório teria algum destaque.

III. ESTUDOS MIGRATÓRIOS E CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL

O passo final deste capítulo será o de relacionar a influência dos rumos do pensamento social brasileiro no contexto dos estudos migra-

tórios e de como estes se relacionavam com o contexto político-social brasileiro.

Seria impossível tratar o problema migratório sem relacioná-lo ao contexto do processo histórico brasileiro. Como não considerar mudanças ocorridas no pensamento social brasileiro, que de certa maneira, imputavam outras mudanças em políticas públicas e, principalmente, no tratamento dado pelo Estado brasileiro em relação ao problema das manifestações étnicas? Eis uma questão fundamental para a estruturação deste trabalho, o qual busca entender o processo de formação da etnicidade italiana que por sua vez gerava manifestações étnicas dentro de uma sociedade em busca ela também de um referencial para sua própria nacionalidade, como o demonstramos na seção anterior.

Dentro desta perspectiva, devemos entender o debate sobre a questão racial/étnica, travado dentro das Ciências Sociais, como um elemento inserido numa de uma questão mais ampla : a formação da nacionalidade brasileira, que ainda neste período histórico persistiria dentro dos horizontes brasileiros.

Existiria espaço para manifestações étnicas relacionadas a outras nações dentro da sociedade brasileira, durante o longo primeiro governo Vargas? Será que a permissividade no contato interétnico, tão carac-

terístico da sociedade brasileira, como apontara Gilberto Freyre, continuaria existindo como peculiaridade nacional? Ou os princípios eugênicos defendidos por Oliveira Vianna, intelectual influente durante o governo Vargas, teriam alguma ressonância dentro das políticas migratórias brasileiras? E, por fim, como e em qual medida esse mesmo contexto político, diferente do vigente ao início do processo migratório, iria influenciar as abordagens sobre o fenômeno migratório?

Não pretendemos aqui analisar em profundidade todas as implicações que o primeiro governo Vargas propõe para o debate sobre a realidade social brasileira. Devemos demarcar o quão complexa seria essa tarefa, principalmente devido à magnitude das transformações ocorridas na sociedade brasileira nesse período histórico.

A princípio é inegável que, já na década de 30, o processo histórico brasileiro apontava para mudanças substanciais nas estruturas sociais, políticas e econômicas nacionais. Mas, para fins deste trabalho, gostaríamos de destacar somente um aspecto que se configurava dentro destas estruturas : a forma em que se consubstanciava a questão étnica nesse período histórico, unindo contribuições do pensamento social nacional e elementos da realidade na qual estava inserida.

Nesse aspecto específico da realidade nacional do primeiro governo Vargas, temos alguns fatos históricos no campo jurídico-constitucional que marcam a questão étnica – 1) o estabelecimento de cotas de entrada para os diversos grupos migrantes na constituição de 1934, já descrito neste texto e 2) em 1938 e 1939, as medidas restritivas às manifestações étnicas no Brasil, já no contexto do endurecimento do regime Vargas, no início do Estado Novo.

Como a questão das cotas já foi devidamente abordada na seção anterior, começaremos analisando as medidas do final da década de 30 e, para tanto, parecem-nos muito significativas as palavras de Giralda Seyferth:

“As medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.” (Seyferth, 1999:225)

Para entender tal afirmação, em primeiro lugar devemos pontuar que as medidas citadas pela autora constituem um conjunto de decretos estaduais e federais sobre o problema étnico e migratório, determinado logo após o estabelecimento do Estado Novo. No texto referido, Giralda Seyferth (1999) analisa a questão étnica durante o regime de exceção varguista, a partir da análise à repressão às escolas teuto-brasileiras presentes, principalmente, no sul do Brasil, definindo a autora as ditas ações

governamentais como uma tentativa de “***imposição do espírito nacional***”.

Nesta perspectiva, Giralda Seyferth demonstra o quanto era indesejável, naquele momento histórico, qualquer tipo de manifestação étnica não nacional. Destaca ela em sua abordagem o fato de que, nesse campo, a ação governamental estruturava-se no sentido de dar forma ao ‘*espírito nacional*’ no interior do imaginário daqueles determinados como brasileiros de fato, e principalmente, nos grupos migrantes fixados em território nacional. Segundo a mesma autora, o velho sentimento de homogeneização racial estaria assumindo então uma forma definida dentro dos horizontes daquele governo, por meio de uma legislação específica e com objetivos claros, no sentido da eliminação de todo e qualquer espaço socialmente legítimo para manifestações étnicas dentro do Brasil.

A princípio parece-nos que os ideais de Oliveira Vianna, já apresentados neste texto, formalizavam-se como ações governamentais. Ao cruzar os acontecimentos do início da década de 30 - imposição das cotas, e a radicalização das ações governamentais no que se refere às questões étnicas do final da década – pode-se construir um fio condutor entre tais eventos, principalmente com a ajuda dos princípios eugênicos preconizados por Oliveira Vianna.

Retomando o raciocínio de Seyferth (1999), o Estado Novo geraria políticas públicas relacionadas à questão étnica, dentro do espírito que indicamos existir em nosso país desde do século XIX – o desejo de se criar no Brasil uma ‘gestão populacional’, dentro das premissas aqui denominadas genericamente como *assimilação transformadora*. Portanto, o primeiro governo Vargas cristalizava um ideal que fora forjado no seio das elites nacionais desde o momento da independência, utopia essa construída a partir do pressuposto da incapacidade racial/étnica da população brasileira para embasar a construção da nacionalidade, na qual tornar-se-ia a base de um velho ideal presente ao longo de toda história da nação brasileira, qual seja, a criação de um processo modernizador e civilizador modelado pela moderna sociedade liberal burguesa, engendrada no decorrer do século XVIII e XIX na Europa e nos EUA.

Dentro desta perspectiva, a criação de cotas para os grupos migrantes, determinadas pelo texto constitucional de 1934, seria um primeiro passo em direção a uma ação mais contundente do Estado brasileiro, com a clara intenção de intervir diretamente no perfil demográfico nacional, objetivando assim capacitar a sociedade brasileira a encaixar-se nos trilhos da modernização. Como sabemos, o estabelecimento de cotas e as restrições à entrada de migrantes em 1934 representaram pouco em termos de efeito prático, pois a intensidade do fluxo migratório europeu já havia diminuído e os grupos que buscavam entrar no Brasil desde a década

da de 20 não teriam o mesmo peso demográfico que os grupos europeus tiveram na virada do século (Cenni, 1975; Seyferth, 1982; Alvim, 1986; Carelli, 1988; Trento, 1988; Sakurai, 2000 e Lesser, 1995 e 2001).

Portanto imputar ao estabelecimento de cotas um caráter estruturante de uma 'gestão populacional' parece-nos uma conclusão bastante precipitada, devido ao baixo efeito real das entradas de migrantes em solo brasileiro. O fluxo migratório, como já foi demonstrado, iria diminuir de intensidade durante a década de 30, fato este que transformaria a questão étnica no país, levando-nos a afirmar que a mesma, naquele período, não estaria centrada na seleção de migrantes para a entrada no país⁶⁴, mas na maneira do Estado brasileiro relacionar-se com os grupos migrantes já fixados no Brasil, o que, a nosso ver, confirmar-se-ia diante dos decretos étnicos do final da década, os quais procuravam dar forma a políticas nacionalizadoras, direcionadas aos grupos fixados.

Não à toa, a análise de Giralda Seyferth (1999) concentra-se em analisar esses decretos como parte integrante de políticas públicas nacionalizadoras que iriam atingir o cotidiano dos grupos coloniais fixados no região sul do Brasil, demonstrando assim a autora em que medida o ideal

⁶⁴ No final da década de 30, a questão da seleção de migrantes retornará aos horizontes do governo brasileiro. Com o gradual aumento da perseguição à comunidade judaica na Europa, em especial na Alemanha, haverá aumento na solicitação de entradas de migrantes dessa origem no Brasil, com a pronta recusa do governo Vargas; vê-se então, sem dúvida, que os princípios eugênicos serão reforçados, principalmente em relação a uma etnia vítima da aplicação desses mesmos princípios na Europa totalitária do final dos anos 30 (Lesser, 1995 e Carneiro, 1995).

de nacionalização estaria presente nas ações governamentais do Estado Novo. Tais políticas públicas seriam assim reclamadas e declaradas urgentes e fundamentais já em 1932, com a publicação da obra de Oliveira Vianna, analisada neste texto.

Os decretos estaduais e federais, impostos no contexto do Estado Novo em relação à questão étnica, serão redigidos dentro desse espírito, reafirmando pois a centralidade que assumia no seio do governo autoritário de Vargas e manifesta como repressão a qualquer manifestação de cunho étnico não nacional, realizada dentro do território brasileiro.

Os teores desses decretos atingiriam tanto migrantes (primeira geração) quanto indivíduos com ascendência estrangeira (segunda e terceira gerações), além de associações étnicas com os mais diversos objetivos (educacionais, esportivos, culturais etc), dentro da referida perspectiva de reprimir qualquer tipo de manifestação étnica (Seyferth, 1982, 1994 e 1999; Trento, 1988; Araújo, 2000; Sakurai, 2000 e Lesser, 2001), enfatizando-se desse modo a idéia de que o centro da questão étnica no Brasil havia se deslocado, de fato, das entradas de novos migrantes para a eliminação do espaço socialmente legítimo para o desenvolvimento de manifestações de cunho étnico. Em outras palavras : centravam-se os esforços na tentativa de homogeneização da sociedade brasileira.

Mas seria esse ideal nacionalizador do Estado Novo constituído somente pelos elementos eugênicos preconizados por parte do pensamento social brasileiro?

A resposta a esta questão é claramente não. Seria muito simplista declarar que as políticas nacionalizadoras do Estado Novo eram fruto tão somente de uma transposição dos ideais eugênicos presentes no pensamento social brasileiro. Uma análise mais detalhada do teor dessas políticas e das ações estatais por elas geradas apontam para uma complexidade maior na elaboração de uma resposta consistente, na qual, sem dúvida, o debate que ocorria concomitantemente dentro das Ciências Sociais brasileira entre abordagens evolucionistas e culturalistas pode oferecer-nos um possível caminho para a construção de nosso argumento.

Sem dúvida que a pretensão homogeneizadora da sociedade brasileira era um fato incontestável presente dentro do Estado Novo, mas qual tipo de homogeneização as ações desse governo pretendiam? Assumiriam caráter exclusivamente racial? Ou entendiam a homogeneização cultural como possibilidade real para suas políticas?

Como já temos exposto no texto, considerar somente o prisma evolucionista das Ciências Sociais brasileiras durante a década de 30 seria um grande erro, pois estruturava-se então uma nova abordagem, dentro

das disciplinas científicas que tratavam da realidade social nacional, a qual não pode ser negligenciada quando refletimos sobre a pretensão governamental de sermos um país homogêneo. As Ciências Sociais nascidas da abordagem de Gilberto Freyre, que durante a década de 30 começaria a tomar forma, deslocariam a questão da diversidade e, em contrapartida, da homogeneização social brasileira para o prisma cultural, ao refletir sobre as origens nacionais a partir de uma reconstrução história do cotidiano da sociedade tradicional brasileira.

Portanto, devemos entender os decretos do final da década de 30 como tentativa de intervenção estatal em espaços onde manifestações étnicas não nacionais ocorriam no interior da sociedade brasileira. Mas essa mesma intervenção assumiria características culturais, tanto que um dos focos privilegiados da ação estatal foram as escolas étnicas e a tentativa de torná-las instituições genuinamente brasileiras através de restrições ao ensino de línguas estrangeiras e da nacionalização do corpo diretivo dessas instituições (Seyferth, 1999)⁶⁵. Ações que devem ser compreendidas como atos de um governo que desejava homogeneizar culturalmente a sociedade brasileira, aproximando-a da abordagem construída por Gilberto Freyre.

⁶⁵ - A repressão de manifestações étnicas ocorrerá contra todo movimento associativo étnico (Araújo, 2000), não se restringindo somente às instituições educacionais, que terão atenção especial na legislação repressiva, considerando-as como fundamentais para o processo de nacionalização dos grupos étnicos.

Tal projeto de homogeneização cultural teria por parâmetro uma cultura brasileira peculiar, que de certa maneira assumia seu caráter miscigenado, fruto da fusão das três raças básicas presentes na estrutura social desde os tempos coloniais. Portanto, as manifestações étnicas não nacionais veriam reduzir seu espaço socialmente legítimo no decorrer do Estado Novo; as etnicidades deveriam a todo custo, naquele momento histórico, fundir-se com o elemento nacional. Por fim, a assimilação de ordem cultural deveria ocorrer o mais rápido possível, pois o ideal da sociedade brasileira seria o de constituir-se como uma sociedade de origem multicultural, embora naquele momento histórico já devesse ter perdido as características originais, dando assim lugar à existência de uma sociedade homogênea do ponto de vista cultural.

A falta de espaço legítimo para manifestações étnicas, que seria forjada durante os anos 30, e que ganharia maior expressão durante o Estado Novo, como acabamos de demonstrar, haveria de gerar em seu bojo um ideal de sociedade homogênea, construída em torno de uma cultura genuinamente nacional, que não seria simplesmente constituída pela justaposição das contribuições das três tipos básicos – o branco europeu, o negro e o indígena. O processo histórico do pensamento social brasileiro criava assim um ser distinto, o brasileiro fruto do caldeamento cultural, e o migrante deveria ser encarado como um dos partícipes desse processo de

cunho cultural⁶⁶. O migrante deveria ser assimilado e, portanto, assimilável do ponto de vista cultural, determinando o debate público pautado por estas noções.

Tal assimilação cultural contaminaria e seria contaminada pelos estudos migratórios. Pois, como em todo conceito construído dentro do debate intelectual, sempre mantêm-se os elos de ligação que o vinculam com a realidade concreta. Essa mesma relação permanece tensa, contraditória e até mesmo paradoxal, pois dificilmente conseguimos especificar se a realidade determina os parâmetros conceituais de um momento histórico ou se o processo ocorre de maneira inversa. Ao analisar essas mesmas relações em casos concretos, como o do conceito de assimilação dentro dos estudos migratórios brasileiros, veremos que, se em alguns momentos, tal conceito parece determinado pelos rumos da realidade, em outros será a realidade que moldará a forma que o conceito assume.

Ao entrar em contato com a extensa bibliografia produzida pelos fenômenos migratório brasileiro, observamos que a partir do fim do governo Vargas o conceito de assimilação cultural será aos poucos incorporado, criando assim uma tendência de análise que privilegia a idéia da assimilação e encaminhando à elaboração de trabalhos preocupados com o

⁶⁶ - O artigo de Olívia Cunha (1999) deixa bem clara a medida do esforço despendido pelo Estado Novo para demonstrar que estaria afinado com essa concepção. Nesse texto, a autora demonstra o quanto a intelectualidade esforça-se no sentido de recuperar a contribuição cultural da população negra brasileira durante o Estado Novo, pois como parte da tríade fundamental de nossa nacionalidade, esta deveria de toda forma ser cultuada como base constitutiva da nação brasileira.

tempo e a forma do processo assimilatório. Essa nova perspectiva fará despontar estudos realizados no contexto dos estudos migratórios, como os dos cientistas sociais Emílio Willems (1940), José Arthur Rios (1958) e Eunice Durham (1960). Tais trabalhos exemplificam posições nas quais a perspectiva racial será completamente abandonada, em favor de abordagens que se afinavam com a idéia de que a sociedade brasileira seria permeável a novos elementos, os quais estariam permanentemente dando contribuições à cultura brasileira e ao mesmo tempo deixando de lado suas características étnicas. Essa tendência faria desaparecer a fragmentação étnica em nossa sociedade, criando assim, com a ajuda das contribuições dos grupos migrantes, uma sociedade homogênea na qual não haveria sentido afirmar a existência de etnicidades⁶⁷.

Com isso, os estudos destinados a demonstrar a persistência de manifestações étnicas ou, em outras palavras, demonstrando como dentro dos grupos migrantes seriam criadas posições que posteriormente seriam denominados de “etnicidade”, não encontravam espaço no contexto da tradição analítica brasileira, pontuando que fenômenos que marcam a persistência das manifestações étnicas ou até mesmo de processos de criação de sentimentos étnicos dentro de sociedades complexas seriam formas úteis e exclusivas para as explicações relativas a outras realidades sociais. A peculiaridade das relações étnicas brasileiras, segundo a abordagem da

⁶⁷ - Sobre o conceito de etnicidade nos estudos migratórios, ver capítulo I.

assimilação cultural, explicita uma distinção na relação com outras organizações sociais com história social diversa, surgindo sempre como contraponto máximo ao modelo assimilatório brasileiro a sociedade norte-americana.

Deixando o espaço do debate estritamente conceitual sobre etnicidade e assimilação, levantamos a seguir alguns problemas de pesquisa, levando em consideração a necessidade de introduzir questões que serão oportunamente aprofundadas nos próximos capítulos. Com isso, tentaremos uma primeira aproximação com o tema de tese, colocando no centro de nossas preocupações a questão da etnicidade para os estudos migratórios brasileiros.

A imigração italiana para o Brasil, no geral, e para São Paulo, em específico, são objetos de reflexão das Ciências Sociais brasileiras desde o início do fenômeno imigratório de massas no final do século XIX. A tradição analítica destes estudos sempre acompanhou as questões colocadas pelo debate público sobre o fenômeno : suas causas e conseqüências econômicas, mensuração do grau de assimilação, contribuição dos mais variados grupos para o desenvolvimento e modernização do Brasil, como já foi discutido neste capítulo.

Nos últimos anos, algumas obras colocam novas questões para a reflexão desse fenômeno. Sem dúvida podemos citar Giralda Seyferth, com sua obra "*Nacionalismo e Identidade Étnica*" (1982), como uma das primeiras na bibliografia a utilizarem o conceito de etnicidade como base para a compreensão do fenômeno migratório e, principalmente, das relações entre o grupo migrante e a sociedade receptora.

É dentro deste espírito que os estudos sobre o grupo migrante italiano no Brasil se renovam. Boa parte da bibliografia acerca do assunto trata-o como fruto das condições econômicas da segunda metade do século XIX, quando a lavoura cafeeira procurava uma alternativa para a escassez de mão de obra escrava e o seu conseqüente aumento de custo. O ponto central destas análises não é o grupo migrante, mas o próprio sistema econômico agro-exportador brasileiro. Quando estão centrados no próprio grupo, entendem-no como o núcleo embrionário do proletariado na nascente sociedade industrial brasileira. Em outras palavras, o determinismo econômico perpassa boa parte das análises, relegando ao segundo plano as relações de bases étnicas.

Retomando a afirmação inicial desta conclusão, essas análises justificam-se pelas questões presentes no debate público e acadêmico sobre o assunto. Quando os grupos migrantes são uma realidade na socie-

dade brasileira nas primeiras décadas deste século e começam a participar do processo de urbanização do estado de São Paulo, o debate volta-se para os conflitos típicos do trabalho assalariado urbano. O imigrante, no geral, e o italiano, em específico, tornam-se uma fonte de preocupação para a elite, que arquitetava a entrada de estrangeiros para suprir a necessidade de mão de obra na lavoura cafeeira. O imigrante começa a trilhar um caminho não previsto na concepção inicial do fenômeno, engendrada pela elite que financiava a imigração.

Todo o processo imigratório fora bancado pelo capital originado do sistema agro-exportador, fato impulsionado pela decisão de introduzir imigrantes para estruturar o trabalho assalariado no centro da economia brasileira, em detrimento da população nativa. Portanto a imigração fora concebida como uma solução para a continuidade do modelo econômico baseado na produção de bens primários. A trajetória do imigrante rumo às cidades não seria encarada com naturalidade pela elite paulista. Portanto, ao se tornarem proletários e, conseqüentemente, organizarem-se em sindicatos em torno de seus interesses enquanto classe, o grupo imigrante passava a representar dois problemas aos olhos da elite: 1. significavam um desvio nos objetivos iniciais da imigração; 2. tornavam-se fonte de preocupação, ao estruturarem movimentos sociais que se contrapunham aos interesses da nascente burguesia industrial.

Boa parte da bibliografia que analisa a imigração para o Brasil coloca estas questões como pano de fundo da análise. Aquela que trata do imigrante nas lavouras cafeeiras preocupa-se em entender como o sistema econômico herdado de estruturas coloniais renovou-se e garantiu sua perpetuação no momento da introdução do trabalho assalariado no Brasil (Ianni, 1963; Hutter, 1972 e 1982 e Martins, 1973). Enquanto isso, a bibliografia que estuda a situação dos imigrantes e sua participação no nascente movimento operário brasileiro preocupa-se em entender de que maneira nascem as relações típicas do capitalismo industrial, no seio da sociedade brasileira (Maram, 1979). Portanto, de fato, para esses estudos, a imigração seria um objeto capaz de elucidar questões estruturais da sociedade brasileira. Questões internas aos grupos sempre foram deixadas de lado ou analisadas sob o prisma da assimilação.

Conforme o projeto concebido pelos “arquitetos” do fenômeno imigratório brasileiro, a introdução de trabalhadores estrangeiros teria dupla função. Substituir a mão de obra escrava, como já foi dito, e alavancar uma transformação no seio do “povo brasileiro”. Sem dúvida, como mostra a bibliografia, durante o processo de entradas de imigrantes, uma das preocupações centrais era a “qualidade” dos mesmos. O imigrante ideal era aquele que colaboraria para o processo de modernização econômica do país e para a formação de uma nação moderna.

Modernidade, desenvolvimento e composição racial, ao final do século XIX e início do XX, eram fenômenos correlatos. Como construir uma nação moderna com a composição racial brasileira? Retomando uma idéia anteriormente exposta, negros, índios e mestiços não estavam aptos a participar do processo e teorias científicas colaboravam para essa certeza. O longo caminho até a modernidade precisaria ser trilhado em companhia de elementos populares, os quais até a abolição da escravatura, pelo menos, não faziam parte dos horizontes da elite cafeeira. A abolição e a proclamação da república representavam, sem dúvida, que a elite brasileira almejava estruturas que criassem no país as condições essenciais para sua modernização. Entretanto o povo brasileiro teria condições psico-sociais de participar dessa empreitada?

A avaliação dominante era que não, como já foi exposto. Os imigrantes poderiam ser os elementos necessários para dotar a população brasileira dessa capacidade. Discussões sobre quais imigrantes atrair para o Brasil estavam presentes na imprensa, nas instituições políticas e entre aqueles que refletiam sobre o país, sempre que algum grupo estrangeiro tornava-se significativo dentro do fenômeno imigratório brasileiro. O imigrante ideal seria o branco europeu, que com o processo de miscigenação dotaria a população de condições psico-sociais fundamentais para a modernização.

Esta maneira de entender o processo imigratório deixaria, sem sombra de dúvida, suas marcas nas análises realizadas pelas Ciências Sociais sobre o processo. O conceito de assimilação se faria presente nos estudos imigratórios. Muitas vezes a bibliografia⁶⁸ mostrar-se-ia preocupada com os graus e os modos como a assimilação ocorreria, nos mais diversos grupos de imigrantes. A marca assimilacionista sem dúvida impossibilitou a análise na qual os grupos imigrantes eram tratados como grupos étnicos, cujas relações com a sociedade receptora se davam sobre bases étnicas. A leitura da bibliografia tradicional oculta a existência de clivagens étnicas na sociedade brasileira, como se o processo de construção da identidade nacional solapasse a multiplicidade étnica, criando um ser homogêneo – o “brasileiro”.

Outra vertente que encontramos na bibliografia relacionada ao fenômeno migratório é aquela produzida de ‘dentro’ dos grupos migrante. Neste tipo de obra, surge uma marca muito específica : o conceito de assimilação não é central nas descrições, apesar de estar presente no pano de fundo, já que as mesmas são centradas na peculiaridade cultural de cada grupo, realçando a perpetuação das manifestações étnicas em solo brasileiro. A primeira impressão que essa leitura nos suscita é de que esse tipo específico de bibliografia estaria, de certa maneira, tratando da questão da

⁶⁸ - Entre outros podemos destacar as obras de Alvim (1986), Carelli (1988), Cecchi (1957, 1959 e 1967), Cenni (1975), Constantino (1986), Diegues Jr. (1964), Durham (1960), Holloway (1984), Hutter, (1972 e 1982), Ianni (1963), Klein (1989) e Rios (1958).

etnicidade no Brasil, porém uma leitura mais minuciosa revela um equívoco na concepção deste conceito.

A etnicidade, nas obras nascidas no interior do grupo não é compreendida como fenômeno historicamente construído dentro de um processo social de relacionamento (muitas vezes tenso, contraditório e paradoxal) entre o grupo migrante e a sociedade receptora. As manifestações étnicas são tratadas como imutáveis no tempo histórico, fazendo parte da peculiaridade do grupo frente à sociedade receptora, desde o momento da fixação em solo brasileiro.

Para concluir este capítulo, gostaríamos de apontar que os dados de nossa pesquisa, os quais serão trabalhados nos próximos capítulos, serão tratados dentro de uma perspectiva analítica na qual a etnicidade será compreendida como um fenômeno histórico construído na intersecção do grupo migrante com a sociedade receptora (Barth, 1998), portanto dentro do contato de um grupo social que realiza manifestações étnicas, em busca de uma identidade para si mesmo. São pois manifestações que fazem parte de um longo processo no qual a própria etnicidade é construída, afastando-nos assim da perspectiva que as entende como simples marca distintiva e peculiar do grupo.

É importante enfatizar que esse processo é determinado por múltiplas idas e vindas e que muitas vezes é construído dentro de uma perspectiva do conflito com a sociedade receptora, com quem o grupo busca negociar⁶⁹ uma identidade comum, criando espaços socialmente legítimos para a expressão dos laços étnicos que, em alguns momentos, criam a idéia de coesão para esse grupo social.

⁶⁹ - No sentido colocado por *Lesser, 2001*.

CAPÍTULO III

SER ITALIANO EM SÃO PAULO (1922/1945)

“(...) *É mesimo una perdiçó,
Ista bunita intaliana,
Che faiz alembirá os gagnó
Da guerre tripolitana.
(...)*”

(Sunetto Futuriste, Bananére, 1966:18)

Para dar continuidade à construção de nosso objeto de estudo, começaremos a expor, nesta parte do texto, alguns dados de nossa pesquisa documental. O objetivo deste capítulo é construir um panorama da realidade cotidiana em que nosso grupo estava inserido e para isto utilizaremos basicamente duas fontes: a bibliografia específica sobre italianos fixados na cidade de São Paulo e parte dos dados exclusivos desta pesquisa – notícias selecionadas no periódico *Fanfulla* sobre alguns eventos importantes para o nosso grupo.

Analisando o conjunto dos documentos diplomáticos levantados em nossa pesquisa⁷⁰, deparamo-nos com os preparativos de eventos que se realizariam no Brasil sob financiamento e apoio do governo italiano. No geral, tais documentos davam ciência ao ministro das relações exteriores brasileiro – portanto, o poder executivo brasileiro – da intenção de al-

⁷⁰ - A descrição da metodologia de pesquisa utilizada para a construção da base documental deste capítulo e de toda a tese encontra-se na introdução.

guma instituição italiana⁷¹ de promover em solo brasileiro alguma atividade, geralmente de cunho cultural, científico e esportivo. Com isso, decidimos determinar uma possível fonte de pesquisa que nos concedesse mais subsídios sobre o desenrolar dessas atividades no Brasil. Sendo mais específico, estaríamos procurando um meio de aproximação e entendimento dos objetivos desses eventos e sua repercussão dentro do grupo migrante paulistano.

Uma boa e reveladora fonte que demonstra a importância desses eventos para a coletividade italiana de São Paulo podemos encontrar na obra de João Fábio Bertonha (1998), principalmente no capítulo 3 da tese onde descreve toda a amplitude da rede de propaganda italiana e sua ação nas comunidades italianas. Em seu texto, o autor destaca a importância desses eventos para o regime fascista, iniciando a seção *As grandes manifestações* da seguinte forma:

“ Já é um senso comum o fato dos movimentos totalitários – e os fascismos em particular – dedicarem um cuidado especial às grandes manifestações de massa e à uma coreografia particular, com vistas a legitimar simbolicamente sua visão de sociedade e seu sistema de poder. No caso da ação fascista em São Paulo, não foi diferente.

De fato, todas as grandes datas do calendário fascista e italiano eram efusivamente comemoradas nas sedes dos fasci all'estero, dos Dopolavoro, dos consulados, das associações, etc e uma profusão de camisas negras, desfiles, saudações, cantos de guerra como a ‘Giovinezza’ estavam sempre presentes, como vários exemplos retirados

⁷¹ - Importante destacar que toda bibliografia sobre o fascismo italiano afirma que durante a existência deste regime não havia espaço para a criação de instituições (políticas ou não) sem ligação direta com *Partito Nazionale Fascista* (PNF) e que, com o passar dos anos, essa organização política passou a ser confundida com o próprio estado italiano. Cf. Bertonha, 1998; Trento, 1993, Cannistaro, 1975 e Paris, 1993 entre outros.

da documentação de época e a iconografia do período podem demonstrar” (Bertonha, 1998:101)

Para reforçar essa idéia, tomamos emprestada a própria voz do condutor do fascismo, Benito Mussolini, em 1923:

“Boa ou má que seja a emigração, é uma necessidade fisiológica do povo italiano. Somos quarenta milhões presos em nossa adorável península que não pode nutrir a todos. E então se compreende como o problema da expansão italiana no mundo é um problema de vida e de morte para a raça italiana. Digo expansão: expansão em todos os sentidos: moral, política, econômica, demográfica. Declaro aqui que o governo italiano intende tutelar a emigração italiana; esse não pode mais desinteressar-se daqueles que atravessam os montes e se dirigem ao lado de lá do Oceano; não pode desinteressar-se porque são homens, trabalhadores e sobretudo italianos...É onde quer que haja um italiano lá está a bandeira tricolor, lá está a Pátria, lá está a defesa do governo para esses italianos.” (in Bertonha, 1998:18)

Com isso, nossa tarefa imediata é a de construir o panorama no qual o grupo migrante estava inserido e onde os eventos acima listados desenvolveram-se, arquitetados por um regime político específico que entendia o problema migratório italiano segundo as intenções reveladas pelo fragmento de discurso acima exposto.

I. SÃO PAULO: CIDADE ITALIANA

Já faz parte do senso comum brasileiro que São Paulo é uma cidade com fortes influências italianas. Inúmeras vezes, os meios de comunicação fazem questão de ressaltar a preponderância dos migrantes italianos em meio da diversidade étnica da megalópole paulistana. Principalmente no que diz respeito às suas influências no modo de vida dos ha-

bitantes da cidade, que perpassam, segundo esta análise superficial, desde a maneira do paulistano falar até seus hábitos alimentares.

Sem dúvida, o senso comum está embasado numa certa percepção da história da cidade que homogeneiza seu passado ao levar em consideração quase que somente o alto número de migrantes provenientes da península itálica, fixados na cidade no início do século XX. Somando-se o fato de ressaltar algumas das características mais visíveis de um determinado grupo social da cidade, chega-se à conclusão de que São Paulo foi uma quase cidade italiana e que este fato deixou suas marcas na cidade até a atualidade, a ponto de determinar a peculiaridade paulistana frente aos outros tipos que compõem o mosaico brasileiro de cores e jeitos. Em outras palavras, essas visões do passado e do presente colaboram para a elaboração de uma maneira peculiar de compreender nossa história, pois ao mesmo tempo em que se cria um estereótipo, este é utilizado para 'compreender' a própria história da cidade.

A preponderância quantitativa dos migrantes italianos para a cidade de São Paulo pode ser constatada pelas Tabelas V e VI:

TABELA V
GRUPOS MIGRANTES ENTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1886-1920)

| GRUPOS | % SOBRE TOTAL DE MIGRANTES |
|-------------------|-----------------------------------|
| Italiana | 44,7 |
| Espanhola | 19,2 |
| Portuguesa | 15,4 |
| Outras | 20,7 |
| Total | 100,0 |

Fonte: Trento, 1988:107

TABELA VI
ITALIANOS NA POPULAÇÃO PAULISTANA
CENSO DEMOGRÁFICO DE 1920

| | POPULAÇÃO | PORCENTUAL |
|----------------------------|-----------|------------|
| Cidade de São Paulo | 579.033 | 100,0 |
| Estrangeiros | 205.245 | 35,4 |
| Italianos | 91.544 | 15,8 |

Fonte: Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - **Recenseamento de 1920** - Volume IV, 1ª parte e 2ª parte, tomo II -.

Um dos objetivos deste trabalho é justamente criar uma interpretação do fenômeno migratório paulistano que se afaste desse senso comum, pois muitos trabalhos acadêmicos alimentam e se alimentam⁷² dessa peculiar compreensão da cidade de São Paulo. Para que isso seja possível, nada melhor do que caracterizar o contexto histórico onde o grupo italiano atuava socialmente.

Ao pensarmos no objeto de estudo deste trabalho, observamos que o problema temporal assume relevância pois, sem dúvida, não podemos tratar o grupo italiano como algo coeso e imóvel dentro de um período tão grande da história. Levamos em consideração que o período histórico a que estamos nos referindo abrange três décadas distintas (parte de 20, a de 30 inteira e o início de 40) pois, como sabemos, o governo fascista perdurou mais de vinte anos da história italiana, de 1922 até 1944. Compreendemos ser de suma importância a demarcação das diferenças, tanto do

⁷² - Sem citar nenhum em especial, há um certo tipo de trabalho dentro dos estudos migratórios que, de fato, não interpreta o significado dos fatos sociais gerados pelos grupos migrantes, pois dedica todo esforço na simples descrição do grupo e de suas peculiaridades frente à sociedade brasileira. Esse tipo de trabalho aceita a etnicidade como uma 'verdade' incontestável e não como fruto de um processo histórico onde os grupos estão inseridos. Um bom exemplo desses estudos são aqueles produzidos por indivíduos ligados aos próprios grupos de origem, seja institucionalmente ou, até mesmo, emocionalmente. Para maiores detalhes desta questão, vide capítulo 2 deste trabalho.

palco histórico onde o grupo atuava, como das peculiaridades que marcavam internamente o grupo imigrante nesse espaço de tempo.

Antes de iniciarmos nossa tarefa, é importante lembrar um dos parâmetros teóricos de nossa abordagem. Como já foi frisado no capítulo I, os estudos migratórios devem contemplar todo um processo que se inicia no momento da saída dos migrantes de sua terra natal relacionando-o com o contexto onde será inserido (na sua 'nova' pátria) (Sayad, 1999). Portanto, um de nossos passos será contextualizar a cidade de São Paulo dentro do período histórico nacional e também internacional.

Com esta ressalva feita, observamos que a realidade política, econômica e social nacional passará durante esse período por eventos decisivos para a conformação do processo histórico brasileiro. Entre 1922 e 1942, o Brasil passará por momentos altamente conturbados e significativos para sua formação como estado moderno, e São Paulo, a unidade federativa e a sua capital, será um ator histórico importantíssimo dentro desse mesmo processo.

Destacaremos de maneira sucinta os principais movimentos desse teor : o tenentismo (que em 1924 promoverá na cidade de São Paulo durante o mês de julho o desenvolvimento de uma guerra campal); a Coluna Prestes; o fim da Iª República e a Revolução de 30 (principalmente o

início do varguismo na política nacional); a Revolução de 32; o processo constituinte de 1933 (que culminará com a constituição de 1934 que estabelecerá cotas para a entrada de migrantes estrangeiros); o nascimento do Integralismo; a Intentona Comunista de 1935; o golpe do Estado Novo em 1937; as medidas restritivas de 1938 (na qual a diversidade étnica de São Paulo e do Sul do país receberia uma atenção especial) e por fim a entrada do Brasil na IIª Guerra Mundial, ao lado dos aliados, em agosto de 1942.

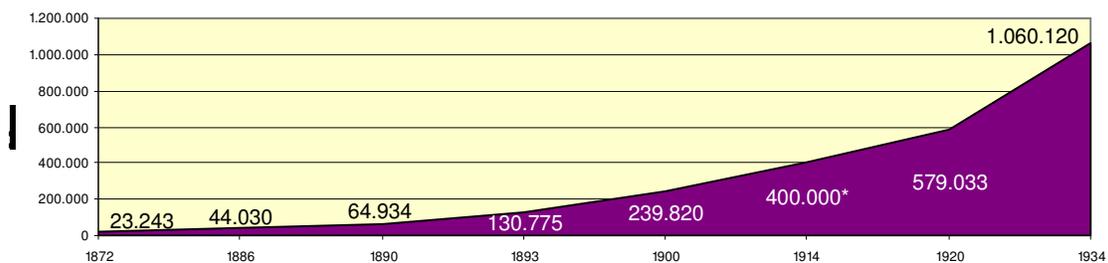
A partir deste balizamento histórico, propomo-nos primeiro a elaboração de uma reflexão sobre o papel da cidade de São Paulo inserida nesse contexto, num primeiro momento, partindo em seguida para a análise de nosso grupo, a partir do detalhamento do desenrolar dos eventos ‘italianos’ já citados.

Em primeiro lugar, gostaríamos de desmistificar a visão homogênea da cidade de São Paulo, operada pelo senso comum, pois é nesse período histórico que São Paulo prepara suas engrenagens para assumir, como força motriz, a dianteira econômica e demográfica entre os centros urbanos nacionais, criando condições estruturais para, na segunda metade do século XX, tornar-se a megalópole nacional, sendo uma de suas características centrais, justamente, a diversidade cultural e étnica. Portanto, não faz sentido buscarmos na história da cidade suas características de homogeneização; ao contrário, quanto mais que nos afastamos do senso

comum, mais nos deparamos com a história de uma cidade que solidifica a imagem da diversidade como sua característica central e, para muitos, até mesmo vital.

Com isso, ao retornarmos para o nosso período de estudo, observamos que São Paulo era a cidade em movimento que tão bem Nicolau Sevcencko retratou na obra com o sugestivo título de “*Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*” (1992). Metrópole na qual, sem dúvida, a multiculturalidade já então se revelava como marca indelével, embora naquele momento a idéia dessa condição ainda não existisse. O movimento populacional explodia a cidade para além de seus tímidos limites entre rios, as várzeas começavam a ser ocupadas, locais ainda não urbanizados tornavam-se palco para novos atores sociais num país e num estado que ainda tinham seu eixo dinâmico centrado na economia primária. Os primeiros passos da nascente metrópole podem ser acompanhadas pelos dados demográficos da cidade de São Paulo, apontados no gráfico abaixo:

GRÁFICO II
CRESCIMENTO POPULACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO



* - Número aproximado; Fonte: Trento, 1988:123

Como podemos observar pelos dados, São Paulo, no início de nosso período, era uma cidade com mais de meio milhão de habitantes e que, nos 50 anos anteriores, passara por um processo histórico que incluía mudanças tão drásticas quanto podemos imaginar para um crescimento populacional da ordem de 2.391%. Uma das possíveis perguntas que esses dados suscitam é: quais tipos humanos habitavam essa cidade em plena expansão?

Entendemos que uma boa pista, entre muitas possíveis, para elaborarmos uma resposta a essa questão podemos encontrar no movimento intelectual que parte da elite paulistana estruturava e que eclodiria justamente em 1922 - a Semana de Arte Moderna.

Como sabemos, há um certo consenso que nesse movimento havia elementos que embasavam a busca por uma produção artística e intelectual genuinamente brasileira, rompendo com um paradigma de arte que, de certa maneira, somente reproduzia, sem criticar, as manifestações da alta cultura européia. Sem dúvida, os modernistas pregaram durante suas apresentações no Teatro Municipal, de uma maneira peculiar e que chocou a sociedade paulistana da época, a possibilidade de uma arte autenticamente brasileira, a partir da crítica e da reelaboração dos princípios das escolas artísticas européias de vanguarda, consideradas assim a partir

das particularidades da realidade brasileira. Mas qual é a relação entre o modernismo e o crescimento populacional da cidade de São Paulo?

Sem dúvida, a realidade que embasava as obras de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Pagu, Anita Malfati, Vila Lobos, Menotti del Pichia, Cassiano Ricardo, entre outros, era a de um Brasil que se construía dentro de parâmetros completamente novos⁷³. Surgia uma metrópole multicultural onde brasileiros entravam em contato com novas maneiras de viver e com tipos humanos dos mais variados, à qual migrantes chegavam em número elevado para compor um novo mosaico que, na visão do próprio modernismo, não poderia ser retratado pela arte brasileira que somente transpunha princípios elaborados num outro contexto histórico, sem um sentido crítico.

Parece-nos muito sintomático que um movimento construído nessas bases seja produzido em São Paulo no período histórico referido; qual outra localidade brasileira passava por processos demográfico, cultural e social semelhantes? Seria possível o modernismo nascer em outro lugar?

⁷³ - Entendemos que exemplos de como a introdução de trabalhadores estrangeiros em São Paulo era uma das questões que habitavam as mentes dos modernistas estão presentes em várias obras modernistas. Destacamos como tais exemplos dois fatos literários: 1- O encontro de Macunaíma com um migrante italiano, quando da sua visita à cidade de São Paulo, na famosíssima obra de Mário de Andrade (1ª edição em 1928). 2 - A publicação em 1926 da obra "*O Estrangeiro*" de Plínio Salgado. Esses dois parecem-nos extremamente simbólicos de como o modernismo via a migração como um fenômeno constitutivo da sociedade moderna brasileira.

Nossa resposta é : obviamente não. Somente São Paulo possuía os elementos necessários para uma produção artística nos moldes modernistas: uma elite econômica que educava seus filhos dentro dos padrões europeus e uma cidade em turbulência social que incorporava uma massa de migrantes e seus descendentes⁷⁴ (Sevcencko, 1992). Aspectos que geraram a questão central do movimento modernista; o Brasil não era mais o país colonial de outrora; surgiam em São Paulo tipos humanos e fatos sociais que credenciavam o país a encaixar-se nos trilhos da modernidade. Com isso, esse novo Brasil deveria libertar-se das amarras do tradicionalismo e tornar-se agente de sua própria história. E era São Paulo que demonstrava pela primeira vez a concretude dessa possibilidade.

Os tipos humanos que habitavam a cidade transformavam os parâmetros da sociedade tradicional. Até a língua falada no cotidiano paulistano era um sinal da incorporação de novos elementos por sua sociedade. Para demonstrarmos essa mudança, pedimos a ajuda de um 'pré-modernista', que não integrou o time de intelectuais que conduziu o movimento de 1922, mas cuja obra exprimiu magistralmente as mudanças que ocorriam no cotidiano da cidade. Além de adiantar o mal-estar entre arte erudita e realidade turbulenta, que a Semana de Arte Moderna tão bem incorporou em seus trabalhos.

⁷⁴ - Conforme boa parte da bibliografia sobre o fenômeno migratório, os migrantes que se fixaram na cidade de São Paulo, geralmente, não tinham esse destino na chegada ao país. As migrações no Brasil tinham por objetivo a lavoura cafeeira e toda uma estrutura foi montada para isso. A fixação em São Paulo, como bem demonstram os dados demográficos, ocorreu na virada do século, trinta anos após o início do fluxo.

Alexandre Ribeiro Marcondes Machado assinava Juó Bananère e notabilizou-se pela linguagem utilizada em seus poemas, publicados na década de 20, no periódico “*O Pirralho*”⁷⁵, introduzindo na literatura brasileira princípios da arte de vanguarda como o dadaísmo e o cubismo, fato que, para alguns, abriria as portas para a mudança de paradigmas que o modernismo proporia alguns anos depois (Fonseca, 2001). Seus textos reproduziam a língua falada nas ruas de São Paulo, produzida pela diversidade de migrantes advindos da península itálica, misturando o padrão popular do português com os mais diversos dialetos dos migrantes peninsulares. Essa nova linguagem ficou conhecida como o português macarrônico e foi utilizada pelo escritor para retratar, por meio das transformações ocorridas na língua, a realidade mutante da cidade e de seus habitantes, transformando-a em paródias que muitas vezes utilizavam a tradição literária brasileira como ponto de partida. Exemplo disso é o texto que segue, no qual Bananère (1966:14) reescreve o famoso poema de Gonçalves Dias “*Minha Terra*”.

⁷⁵ - Revista semanal fundada por Oswald de Andrade. Os poemas de Bananère foram reunidos na obra “*La Divina Incrência*”, que teve sua primeira edição em 1924.

"MIGNA TERRA"⁷⁶

*MIGNA terra tê parmeras,
Che ganta inzima o sabiá.
As aves che stó aqui,
Tembê tuttós sabi gorgeá.*

*A abobora celestia també,
Che tê lá na mia terra,
Tê moltos milliô di strella
Che non tê na Ingraterra.*

*Os rios lá sô maise grandi
Dus rios di tuttas naçó;
I os matto si perde di vista,
Nu meio da imensidó.*

*Na migna terra tê parmeras
Dove ganta a galigna dangola;
Na migna terra tê o Vap'relli*,
Chi só anda di gartolla."*

Como podemos observar, sem dúvida, haviam fenômenos sociais relacionados com o grupo migrante, que tornavam São Paulo uma cidade única no país. Conforme os dados expostos no Gráfico II, a pequena cidade dos idos de 1872 (ainda durante o Império e no início do processo migratório) só amealhou condições para tornar-se o centro do desenvolvimento econômico brasileiro a partir do momento em que os trabalhadores estrangeiros foram incorporados ao seu contingente populacional⁷⁷, como bem demonstra a Tabela VII, ao expor a evolução do peso demográfico da cidade em relação ao Estado de São Paulo. E o poema de Juó Bananère oferece-nos um pequeno indício de quão profundas foram as marcas deixadas pelos migrantes na cidade, pois evidencia a importância dos migran-

⁷⁶ - Numa 'tradução' livre os versos assumem a seguinte forma:

"Minha terra tem palmeiras, que em cima canta o sabiá. As aves que estão aqui, também sabem gorjear. A abóbora celeste também, que tem lá na minha terra, tem muitos milhões de estrelas que não tem na Inglaterra. Os rios lá são maiores do que os rios de todas as nações; e a mata perde-se de vista, no meio da imensidão. Na minha terra tem palmeiras d'onde canta a galinha d'angola; na minha terra tem o Spencer Vampré, que só anda de cartola."

* - Professor Spencer Vampré, membro da Academia Paulista de Letras e Lente Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo; autor de vastíssima obra no direito brasileiro nas décadas de 20 e 30, com destaque para "Memórias para a História da Academia de São Paulo" (1924) e "Tribunal de Justiça de São Paulo" (s.d)

⁷⁷ - Importante destacar que uma parte dos migrantes fixados em São Paulo constituíram a base da nascente mão de obra industrial paulistana, como bem demonstra a bibliografia sobre o nascimento do movimento operário brasileiro, na qual podemos destacar o livro de Sheldom Maram (1979) ou mesmo as obras já citadas sobre o fenômeno migratório italiano.

tes italianos para o cotidiano da cidade ao levar a língua falada nas ruas para as páginas impressas de um periódico importante.

TABELA VII
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO PAULISTANA NO CONTINGENTE POPULACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

| | CIDADE | ESTADO | CIDADE/ESTADO |
|-------------------|------------|------------|---------------|
| Censo 1872 | 23.243 | 837.354 | 2,78% |
| Censo 1920 | 579.033 | 4.592.188 | 12,61% |
| Censo 2000 | 10.434.252 | 37.032.403 | 28,18% |

Fonte: Trento, 1988:123; IBGE, 1987:32 e IBGE, 2001.

Como podemos perceber, na leitura desta tabela a cidade de São Paulo ganha destaque populacional no Estado de São Paulo, no decorrer do século XX. No início da década de 70 do século XIX a população da cidade representava menos de 3% da população total da unidade da federação. Já em 1920, quando o fluxo de europeus para a lavoura cafeeira iria diminuir para aumentar o peso do contingente de migrantes japoneses (Sakurai, 2000), este percentual subia para a casa dos 12% e por último, somente para fins comparativos, atualmente essa relação encontra-se em quase 30% da população do estado.

Mas apesar do maior peso quantitativo dos migrantes italianos, precisamos ter cuidado nas generalizações, já que o fenômeno migratório é profundamente complexo e muitas vezes dados quantitativos encobrem a realidade. Em linhas gerais, devemos dividir esse fenômeno em duas fases distintas. A primeira inicia-se na década de 70 do século XIX es-

tendendo-se até o fim dos anos 20, quando há predominância de trabalhadores de origem européia no contingente de migrantes direcionado ao Brasil e, conseqüentemente, ao Estado de São Paulo. A segunda fase será a que se inicia com a mudança do perfil dos migrantes, na qual haverá uma maior diversidade de origens, com o contingente italiano deixando de ser o mais numeroso, posição que será assumida pelos migrantes japoneses (Sakurai, 2000).

As Tabelas VIII e IX demonstram como a mudança no fenômeno migratório foi também de caráter quantitativo, com a década de 30 do século XX tornando-se um marco divisório. Como podemos ver pelo conjunto de dados abaixo expostos, há uma sensível diminuição no fluxo nesta década, fato que, sem dúvida, marcará profundamente a cidade de São Paulo.

TABELA VIII
ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL POR PERÍODO
(1884-1945)

| PERÍODO | NÚMERO DE MIGRANTES |
|----------------|----------------------------|
| 1884-1888 | 277.950 |
| 1889-1900 | 1.301.281 |
| 1901-1910 | 671.351 |
| 1911-1920 | 797.744 |
| 1921-1930 | 840.215 |
| 1931-1940 | 288.607 |
| 1941-1945 | 18.430 |
| Total | 4.195.578 |

Fonte: Sakurai, 2000

TABELA IX
MÉDIAS ANUAIS DE ENTRADAS DE MIGRANTES NO BRASIL
(POR GRANDES PERÍODOS)

| PERÍODO | MÉDIA ANUAL | EVOLUÇÃO |
|-----------|-------------|----------|
| 1884-1930 | 82.735 | |
| 1931-1945 | 20.469 | -304% |

Fonte: Tabela VIII

Com isso, podemos inferir que, durante o nosso período de estudo, o grupo migrante italiano fixado na cidade de São Paulo não seria formado majoritariamente por indivíduos recém-chegados da península itálica (primeira geração), mas por indivíduos de segunda ou terceira geração, como se padronizou a denominação dos descendentes na bibliografia especializada. Esta afirmação deve-se a dois elementos: 1- o grande fluxo de migrantes italianos ocorreu durante os primeiros quarenta anos do processo migratório (Trento, 1988; Cenni, 1975 e Alvim, 1986, Truzzi, 1990); 2- as trajetórias dos trabalhadores migrantes dentro do Estado de São Paulo começavam como braço assalariado na lavoura cafeeira para num segundo momento, depois de alguns anos ou já na geração posterior, ocorrer a fixação em centros urbanos. (idem)

Portanto, a cidade de São Paulo durante as décadas de 20 e 30 era um ponto de fixação de migrantes que, de certa maneira, traziam consigo uma história construída em seu país de imigração ou o berço de nascimento das gerações posteriores aos primeiros imigrantes. Este fato é de

suma importância para os fins deste trabalho, pois se pensarmos no processo de formação de etnicidade, temos que ter claro que uma boa parte do contingente do grupo era formado por indivíduos já nascidos no Brasil, com a Itália sendo somente uma imagem ou uma origem utópica dada pelas relações de consangüinidade.

E para fins deste capítulo, é importante esclarecer que a maioria daqueles que participavam dos eventos ‘italianos’ selecionados para nossa análise, muito provavelmente são descendentes dos migrantes advindos da península itálica. Em outras palavras; nossos eventos seriam organizados pelas autoridades fascistas italianas com o intuito de chegar ‘aos corações e mentes’ de uma massa de migrantes composta de número muito alto de indivíduos que não conheciam sua ‘terra natal’, a não ser por relatos familiares. Ressaltamos que esta característica será muito importante para a análise do desenrolar de nossos eventos.

II. – A CONSTRUÇÃO DA ‘ITALIANIDADE’

Com o contexto paulistano parcialmente montado, podemos tentar uma aproximação com os eventos selecionados em nossa pesquisa. Mas antes de descrever e analisar individualmente cada episódio através de nossos dados de pesquisa, gostaríamos de expor os eventos ‘italianos’ selecionados, a partir da documentação do Arquivo do Itamaraty.

NAVE ITALIA

Em 30 de abril de 1923, o Ministério das Relações Exteriores no Brasil, pasta comandada na época pelo Sr. Felix Pacheco, recebia um ofício da representação brasileira em Roma, comandada pelo embaixador Oscar de Teffé, comunicando que as autoridades italianas reconheciam oficialmente a constituição do "*Ente Morale*", que seria presidida pelo Senador Pallerano, entidade que organizaria um 'cruzeiro' para divulgar as artes e a cultura italiana na América Latina. O documento ainda frisa que Mussolini cederia o navio denominado "*Nuova Italia*" e que o programa de atividades e de viagem seria elaborado pelo poeta Gabriele D'Annunzio. Por fim, dava ciência de que a partida estava marcada para setembro, com um roteiro de seis meses.

Em 7 de setembro de 1923, o Itamaraty recebia outro documento oficial da embaixada brasileira em Roma sobre o mesmo assunto. Nesse ofício, Oscar de Teffé envia recortes do jornal "*Il Messagero*" sobre a viagem do navio italiano pela América Latina, fazendo questão de frisar que a iniciativa era patrocinada pelo governo de Mussolini e que este enviava sinais para aquela representação diplomática de que via com simpatia a acolhida do navio pelos portos brasileiros.

VISITA DO PRÍNCIPE HERDEIRO

Em 1 de julho de 1924, a embaixada brasileira confirma a expedição de telegramas sobre as despedidas ao príncipe-herdeiro italiano, Umberto II, que embarcara para a América Latina com visita agendada ao Brasil. No documento há uma referência ao não repasse de verba para a organização de uma recepção em honra ao príncipe-herdeiro. Com isso, o embaixador limitou-se a apresentar votos de boa viagem para S.A. Real, o Príncipe de Piemonte, em nome do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores, no embarque para Nápoles, de onde o primeiro partiria com destino ao Brasil.

RAID DE PINEDO

Em 27 de março de 1927, ocorre o envio de um ofício para o Ministério das Relações Exteriores relatando a boa impressão causada no governo italiano pela recepção dada no Brasil ao aviador De Pinedo durante sua travessia Europa/América. Nesse documento, encontramos a transcrição de um telegrama do próprio Mussolini, além de um resumo da carta do Gal. Balbo, sub-secretário da Aeronáutica, recebida pela representação brasileira. O embaixador retribuiu as cortesias italianas com um banquete oferecido ao governo italiano, evento que não contou com a presença de Mussolini, que enviou desculpas pessoais pela ausência, segundo o mesmo documento.

RAID ORBETELLO - RIO DE JANEIRO

Em 20 de janeiro de 1931 o ministério das Relações Exteriores recebia de sua representação em Roma diversos recortes de jornais italianos que publicavam as repercussões sobre a travessia área comandada por Italo Balbo. Importante destacar que durante o decorrer do mesmo ano, o aviador assumiria relevância dentro do governo fascista, pois em 14 de julho de 1931 o governo brasileiro era comunicado da reformulação ministerial que Mussolini promovia naquele momento⁷⁸ e Italo Balbo assumia então o Ministério da Aeronáutica.

A análise desses acontecimentos dentro de nosso grupo parte das seguintes premissas analíticas. O discurso proferido pelo fascismo italiano, desde do movimento de insurgência, que significou o início das duas décadas do governo de Benito Mussolini, reivindicava um lugar de destaque entre as nações que comandavam os principais movimentos das relações internacionais do período.

Sem dúvida, Mussolini e seus pares traçavam ações para firmar a Itália no centro dos principais movimentos da política europeia e mundial, e uma destas ações passava pela consolidação (ou mesmo, para alguns, a realização completa) do processo de unificação política da península itálica. Fato que nos remeterá diretamente à diáspora italiana, defla-

⁷⁸ - Nesta data, o governo brasileiro recebia um ofício da embaixada de Roma que comunicava a mudança.

grada desde meados da segunda metade do século XIX, pois sem dúvida, seus integrantes seriam um dos alvos de políticas que visavam a construção da italianidade no mundo.

Com isso, propomos pensar a realização de tais eventos dentro dessa perspectiva; em outras palavras, suas realizações devem ser entendidas como parte de uma ampla rede de ações que visavam transformar os migrantes em italianos de fato. Mais do que isto, para o governo italiano a questão da nacionalidade, naquele momento histórico, perpassava por uma maneira peculiarmente ideológica de entender a nação e a pátria italiana.

Como já destacado neste texto, há consenso na bibliografia sobre o fenômeno fascista italiano que o governo Benito Mussolini criou a partir do binômio Itália=Fascismo, com a questão nacional transfigurando-se, também, numa questão ideológica. Para as autoridades italianas, seria impossível imaginar a afiliação nacional de um indivíduo ou de um grupo sem a opção ideológica fascista. Isto fica bastante claro na análise de Bertonha (1999) sobre o fenômeno anti-fascista no Brasil, ao destacar o discurso e a ação das autoridades italianas (diplomáticas ou não) que descaracterizavam os argumentos democrático liberal, socialista, comunista e anarquista com acusações de traição e de anti-patriotismo.

Portanto o contexto onde os eventos transcorreram estava composto com os seguintes elementos: 1) uma cidade em constante transformação com o ideal da modernidade presente no seu cotidiano, onde o fenômeno migratório assumia a característica de uma das forças motrizes presentes no processo histórico; 2) a forte presença quantitativa do migrante italiano nesta cidade, ressaltada a importância no grupo da preponderância de migrantes de segunda e terceira geração (ou mesmo de primeira, mas já com uma trajetória própria⁷⁹ dentro da sociedade receptora); 3) uma pátria de origem que ainda trilhava caminhos em direção da formação de um sentimento unificador fundamental para a consolidação de uma nação; 4) um contexto internacional altamente conflituoso entre as nações européias, com a Itália fascista construindo um discurso que reivindicava centralidade no concerto das nações; 5) para o governo de Benito Mussolini a criação da italianidade naquele momento histórico significava, em última instância, uma conversão ideológica das massas de migrantes provenientes da península que encontravam espalhadas por todos os continentes ao fascismo.

Este último ponto necessita de uma explicação mais aprofundada, para que nossos eventos sejam entendidos dentro de uma estratégia global do governo fascista italiano.

⁷⁹ - Como já exposto neste texto, a trajetória padrão do migrante que se fixou nos centros urbanos em terras paulistas começava com a inserção na lavoura cafeeira para depois, por motivos diferentes, deslocar-se em direção às cidades.

O discurso fascista, ao construir certa verossimilhança para suas ações, tentava criar uma ligação direta (ao menos simbolicamente) entre o governo fascista e o antigo Império Romano. Encontramos em diversas fontes documentais, principalmente nos próprios discursos do *duce* (Mussolini, 1934), várias invocações que delegam ao fascismo a tarefa de recolocar a península itálica no centro político e cultural do mundo, recorrendo à grandiosidade passada do Império Romano como o parâmetro para tal empreitada. Em outros momentos encontramos referências diretas a uma linha ‘evolutiva’ dentro da história da península, que ligará o próprio Império ao Renascimento Cultural e Artístico do século XV e à emergência do fascismo como uma nova era na realidade moderna daquela região do mundo.

Sem dúvida nossa abordagem não tentará demonstrar o quanto tal discurso não estava baseado em dados históricos; nosso interesse é demonstrar o quanto esse discurso resultou na elaboração de uma imagem peculiar da Itália do período e do próprio regime político que o elaborava. Pois ao colocarmos tais dados como pano de fundo para nossos acontecimentos, as ações fascistas junto ao grupo migrante fazem mais sentido. Portanto o que queremos destacar é que o fascismo tentará, simbolicamente, criar laços ‘históricos’ entre os feitos do antigo Império, a grandiosidade da arte renascentista e os feitos do governo de Benito Mussolini.

III – NAVE ITALIA. ARTE, INDÚSTRIA E ITALIANIDADE

Com isso, passemos à análise dos eventos propriamente ditos, iniciando com a visita de um navio italiano denominado ‘*Nuova Italia*’ à costa brasileira, com a intenção de realizar exposições culturais, artísticas e comerciais em diversas cidades brasileiras. Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis e Porto Alegre são as cidades visitadas entre fevereiro e maio de 1924, com ampla e minuciosa cobertura do jornal “*Fanfulla*”.

Como indicamos no início deste capítulo, a primeira pista em nossa pesquisa da importância desse evento ocorreu quase um ano antes, com a troca de documentos oficiais entre a embaixada brasileira em Roma e o Ministério das Relações Exteriores. Como já foi destacado, a representação brasileira entrava em contato com o poder executivo a pedido das autoridades italianas, solicitando autorização e atenção especial ao cruzei-ro marítimo cultural. Sem dúvida, pelas circunstâncias da política interna italiana, tal iniciativa seria levada a cabo como uma ação oficial do governo italiano.

Ao analisar a documentação diplomática, vemos que a organização dessa empreitada cultural estaria sob supervisão de uma entidade

(provavelmente com o aspecto jurídico próximo das atuais fundações) denominada de *'Ente Morale'*, presidida pelo Senador Pallerano, com o programa de viagem elaborado pelo famoso poeta Gabriele D'Annunzio. Entendemos que somente estas informações já nos dão uma pista sobre a relativa importância que o governo fascista dava à trajetória desse navio pela América do Sul.

Como podemos observar pela leitura do jornal *Fanfulla* e como era natural de se esperar, ao imaginarmos o que significava algo do gênero no início da década de 20, a viagem não se restringiria ao Brasil, com paradas programadas no Uruguai e, principalmente, na Argentina. Ao refletir sobre a questão migratória para além das fronteiras brasileiras e também sobre a questão da construção da italianidade para toda a diáspora espalhada pelo mundo, vemos que o investimento do governo italiano na constituição de um navio/museu logicamente não estaria dirigido somente ao grupo fixado no Brasil ou em São Paulo.

Cruzando as informações bibliográficas e o material de pesquisa, podemos inferir que esse cruzeiro cultural tinha um objetivo bem específico: demonstrar a grandiosidade do progresso e da cultura italiana, tentando despertar nos migrantes do Cone Sul algum sentimento positivo em relação às suas origens étnicas.

Sentimentos positivos são basilares para refletirmos sobre processos de construção de etnicidades⁸⁰. Demonstrar a grandiosidade da Itália seria uma ação para despertar orgulho na diáspora, principalmente nas dimensões da vida social, onde origens étnicas são trunfos fundamentais. Ao levarmos em consideração que, nesse grupo, esses tipos de sentimentos ainda não estavam alicerçados numa sólida noção de pátria italiana, comecemos a encontrar um sentido nas ações das autoridades fascistas.

Tais atos, integrantes de uma estratégia global, tinham pois por objetivo agregar indivíduos advindos de origens sócio-econômicas ligadas às camadas sociais mais baixas por meio de laços étnicos. Como bem destaca toda a bibliografia sobre o processo imigratório, seja italiano ou de outra qualquer etnia, a origem dos indivíduos que engrossam as estatísticas migratórias no período são tradicionalmente atrelados a grupos sociais que não se encaixam em complexos processos de transformação da realidade social. No caso italiano, como já foi destacado neste trabalho⁸¹, tratava-se de agricultores de subsistência, que eram expulsos pelos primeiros espasmos da grande transformação que significou a construção da moderna sociedade industrial na península itálica.

Mas para atingir esse difícil objetivo, a empreitada necessitava de ampla repercussão nos diversos grupos espalhados pelos principais pa-

⁸⁰ - Esta questão foi discutida de maneira mais complexa no capítulo I deste trabalho.

⁸¹ - Vide capítulo I.

íses do Cone Sul; em outras palavras, o sucesso desse evento só aconteceria se o mesmo mobilizasse as massas migrantes, bem ao gosto de um regime político como o fascista, onde manifestações de massa tornavam-se a seiva vital para a difusão de seu ideário e para a consolidação de um regime ainda debutando no centro do poder. A partir desta afirmação, devemos atentar para a data de realização do evento, início do ano de 1924, pouco mais de um ano após a Marcha sobre Roma, fato que reforça nossa idéia de que os grupos espalhados pelo mundo eram fundamentais dentro da estratégia fascista de construção da italianidade.

É significativo pois retomar uma citação já utilizada neste trabalho e que traduz a intenção do regime fascista através das palavras do próprio *duce*, ao declarar textualmente em 1923 que “(...) **o governo italiano intende tutelar a emigração italiana; esse não pode mais desinteressar-se daqueles que atravessam os montes e se dirigem ao lado de lá do Oceano; não pode desinteressar-se porque são homens, trabalhadores e sobretudo italianos...É onde quer que haja um italiano lá está a bandeira tricolor, lá está a Pátria, lá está a defesa do governo para esses italianos.**” (Bertonha, 1998:101). O único reparo que podemos fazer é sobre a identidade desses ‘aventureiros’ que, naquele momento, começam a imaginar a possibilidade de se identificarem com a pátria italiana, mas a quem dificilmente poderíamos chamar de italianos de fato.

Este fragmento de discurso revela outro aspecto importante da política externa italiana e da política para os grupos migrantes, relacionando-se também de alguma maneira com o nosso evento; sem dúvida, toda a bibliografia sobre qualquer aspecto do regime italiano expõe o que Mussolini define como *tutela* nesta passagem. A Itália fascista elaborava um discurso revelador sobre suas intenções expansionistas⁸² (e/ou belicistas, em momentos mais agudos de suas relações internacionais) no período, e a diáspora italiana revelava-se parte importante desse ideal de expansão territorial.

Devido à sua peculiaridade histórica a península itálica só iria minimamente credenciar-se como um Estado-nação unificado para participar da disputa imperialista, que marca as relações internacionais durante a segunda metade do século XIX até às vésperas do primeiro conflito mundial, na década de 10 do século XX, no mínimo cem anos depois das outras potências. Com isso, a Itália unificada, mesmo que desconsideremos a fragilidade inicial do processo unificador e a extrema instabilidade política que marcou as primeiras décadas do estado unificado italiano⁸³, encontrava um mundo retalhado pelas outras grandes potências do período.

⁸² - Entendemos ser muito importante relativizar o significado dessas intenções. Ter objetivos expansionistas no período entre guerras não tem o mesmo impacto da atualidade, já que estes eram o centro das discussões sobre política internacional. As grandes potências do período sempre reivindicavam o 'direito natural' de expansão para as potências, e a Itália de Mussolini mostrava essas mesmas intenções, fazendo-se candidata a esse *status* no cenário internacional.

⁸³ - De fato, a ascensão do próprio fascismo ao poder italiano pode ser interpretada como o desfecho da permanente instabilidade que marcou a política interna italiana durante os aproximados 50 anos que separam a unificação política e territorial da insurreição fascista, em 1922.

do: Inglaterra, França, EUA, Rússia (depois URSS) e até mesmo a pequena Holanda.

Por fim, é fundamental enfatizar que a intenção expansionista italiana não era exclusividade do regime de Benito Mussolini, pois uma possível interpretação às razões para a entrada da Itália na Iª Grande Guerra foi justamente a intenção de ver recompensado seu esforço bélico com algum ganho territorial para o reino italiano. A crise política pela qual a Itália passava nas primeiras décadas do século XX iria ganhar contornos mais dramáticos e radicais quando os governos italianos pré-fascismo vêem frustradas essas intenções no imediato pós-guerra e com as assinaturas dos diversos armistícios que marcaram o fim do conflito (Hobsbawn, 1995). Tal crise semearia uma insatisfação para a qual o regime totalitário fascista apresentava-se como panacéia.

Para finalizar, a relação entre ideal expansionista e a diáspora italiana, percebemos que o fascismo via os migrantes como uma possibilidade (entre outras) para a tão realizada expansão territorial. As autoridades italianas entendiam que, em lugares com alto índice de migrantes italianos, um possível movimento de expansão do 'império' ocorreria com mais facilidade, pois poder-se-ia construir alguma legitimidade para tal perante a comunidade internacional. Importante frisar que o Brasil não era o alvo preferencial dos italianos, mas uma possibilidade existente pois, dentro desta lógica, em outros lugares como a Argentina por exemplo, essa

tarefa seria menos árida devido à altíssima incidência de migrantes naquela sociedade (Newton, 1992). Para que isto fosse possível, porém, seria fundamental criar relações étnicas entre os migrantes peninsulares e conseqüentemente solidificar as relações entre migrantes e a pátria italiana.

É portanto dentro desta perspectiva que devemos entender a série de eventos levados a cabo pelas autoridades diplomáticas e representantes comunitários durante a visita do *Nuova Itália*, no início de 1924. Eventos que se prolongaram por mais de dois meses em diversas cidades brasileiras, com ampla e minuciosa cobertura da imprensa étnica.

Em nossa pesquisa, detectamos nas páginas do *Fanfulla* uma infinidade de notícias que cobriam, desde os preparativos, ainda na Itália, do cruzeiro cultural até as mais inusitadas curiosidades sobre as atividades do navio/museu em solo brasileiro, passando por muitos relatos biográficos dos integrantes e dos organizadores de tal empreitada. Em nossa leitura dos exemplares correspondentes ao período da visita, selecionamos 104 títulos entre as muitas centenas de matérias publicadas no jornal em torno desta visita. Essa seleção deu-se para fins analíticos, pois seu conjunto poderia aproximar-nos da atmosfera das festividades que aconteciam em todas as cidades onde o *Nuova Italia* realizava alguma parada, mesmo que rápida.

Em 13 de março de 1924, o *Fanfulla* anunciava, na primeira página e com o devido destaque, a chegada do navio no primeiro porto brasileiro. A chamada anunciava aos leitores “**L’arrivo della R. Nave ‘Italia’ nel Porto di Belem**”⁸⁴. Naquela data, o *Fanfulla* dava continuidade à uma crescente cobertura jornalística iniciada em 15 de fevereiro, com uma detalhada descrição do navio e de suas intenções ‘artísticas e culturais’ em terras sul-americanas. Cobertura que sempre destacou o caráter oficial da missão, fato que ganha destaque ao observarmos que, em todas as matérias publicadas sobre a viagem, o adjetivo **real** acompanhava a denominação da embarcação. Com isso, demarcamos o caráter oficial da viagem, fato significativo para nosso argumento de que essa missão integrava uma rede de ações do governo italiano com a finalidade de ‘conquistar os corações e mentes’ do grupo italiano.

O destaque dado à visita pelo periódico parece-nos sinal inequívoco do significado de tais atos do governo italiano no seio da comunidade ‘italiana’. No dia 14 de março, o *Fanfulla* dedicou a primeira página inteira ao navio e às atividades que se seguiram à sua entrada no porto paraense. Essa seria a tônica da abordagem do jornal com respeito à visita do navio/museu; grande estardalhaço para cada movimentação da embarcação pelos portos brasileiros, para os preparativos das próximas cidades

⁸⁴ - Cf. Florenzano & Jardim Jr., 1998. A abreviação **R.** do título da matéria é *Reale* ou *Regio*, que significa em português Real ou Régio, portanto, **relativo ou pertencente à realeza ou ao rei** (*Houaiss et ali, 2001*).

que receberiam a ilustre visita e uma cobertura minuciosa sobre cada evento interno ao navio e as manifestações de figuras proeminentes e entidades do grupo em cada cidade.

A leitura do conjunto de matérias selecionadas levou-nos às seguintes conclusões: 1) essa ilustre visita cumpria plenamente seus objetivos: por um lado, impressionar o grupo migrante fixado no Brasil e, por outro, estreitar as relações de amizade entre o Brasil e a Itália; 2) durante a estada do navio em portos brasileiros, houve intensa mobilização de uma infinidade de associações e entidades étnicas de migrantes para receber com honras as autoridades italianas que representavam o governo italiano; 3) a íntima relação entre fascismo e ‘progresso e cultura italiana’, que os eventos faziam questão de demarcar; 4) o enorme sucesso da empreitada, conseguindo reunir uma massa considerável de visitantes para as exposições, bem ao gosto do regime fascista, vale a pena enfatizar, segundo as matérias publicadas pelo *Fanfulla*. Tais conclusões estão embasadas, como já foi dito, pelo material selecionado para leitura e alguns exemplos são necessários para demonstração da linha de raciocínio adotada.

Durante as estadas do navio nas cidades portuárias brasileiras, o *Fanfulla* sempre noticiava a movimentação das associações e entidades ligadas ao grupo migrante, sediadas no próximo ponto do roteiro,

em torno da preparação das festividades para melhor receber seus passageiros, ou seja, as autoridades que nele seguiam viagem.

Por exemplo, quando o navio estava ancorado em Salvador, por volta do final de março de 1924, o *Fanfulla* noticiou toda a movimentação na capital da República em torno da recepção que se organizava para a ‘*R. Nave Italia*’, festividades que teriam início em 3 de abril de 1924, data da chegada do mesmo ao porto do Rio de Janeiro. Outra pequena amostra do quão foram significativas essas visitas às cidades anfitriãs no geral é a publicação, em 31 de março do mesmo ano, da tradução para o italiano⁸⁵ de um artigo, publicado pelo *Jornal do Brasil*, naqueles dias assinado pelo famoso poeta brasileiro Coelho Neto⁸⁶ e intitulado ‘*La Nave*’. O que sem dúvida denota que tais eventos extrapolaram o grupo migrante, vindo atingir em cheio alguns dos dos objetivos traçados pelos idealizadores da empreitada, qual seja, marcar posição internacional na qual a Itália e o Fascismo assumissem a tarefa de dar continuidade à grandiosidade da cultura peninsular, que tivera início ainda no Império Romano e cuja preservação e reprodução estariam entre as principais preocupações do novo governo italiano.

⁸⁵ - Como já citado neste trabalho o *Fanfulla* era um jornal todo publicado em italiano.

⁸⁶ - “**Coelho Neto (Henrique Maximiano C. N.), professor, político, romancista, contista, crítico, teatrólogo, memorialista e poeta, nasceu em Caxias, MA, em 21 de fevereiro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 1934. É o fundador da Cadeira n. 2 da Academia Brasileira de Letras.**” Cf. ABL, 2002a. Segundo este material, disponível na página da Internet da Academia Brasileira de Letras, o poeta Coelho Neto fora eleito pelo periódico ‘Malho’ o Príncipe dos Prosadores Brasileiros em 1928.

Outros exemplos interessantes para nosso argumento encontramos na visita ao Estado de maior concentração de população de origem peninsular, São Paulo. Em 14 de abril de 1924, a ‘*R. Nave Italia*’ aportará em Santos para realizar uma série exaustiva de eventos na cidade, com as autoridades italianas que viajavam no navio visitando, como era de se esperar, a cidade de São Paulo, e até mesmo o interior do estado nos poucos dias em que estiveram ancorados no porto de Santos. A embarcação trazia, entre seus passageiros, uma figura importantíssima para os objetivos daquela missão: o embaixador extraordinário e plenipotenciário Giovanni Giuriati que, segundo Cervo (1992), tinha um objetivo bem definido nessa visita.

“O cruzador *Italia*, que o trouxe (Giuriati), visitou os portos brasileiros de Belém do Pará ao Rio Grande, em março e abril de 1924, com uma exposição industrial móvel dos produtos italianos. Giuriati foi recebido em grande estilo, trocou como o presidente da República (Arthur Bernardes) e o ministro do Exterior (Félix Pacheco) os maiores elogios e demonstrações de confiança no futuro grandioso reservado para o Brasil e a Itália. A ostentação era política: a missão veio para demonstrar a eficiência do regime e os efeitos de progresso que em dois anos produzira. O chanceler brasileiro interpretou o fascismo como a fórmula política adequada para substituir a ineficiência da democracia e a demagogia das esquerdas por uma ordem nova, cheia de vitalidade, capaz de impulsionar o progresso espiritual, moral e material da nação. Os governos esperavam da missão um impulso para frente na via da cooperação econômica e cultural.” (Cervo, 1992:98)

O embaixador Giuriati tinha por missão difundir a imagem da Itália pelos países que o navio visitaria, bem ao gosto do embaixador italiano no Brasil desde 1919, o Conde Alessandro De Boscari, como bem apontou Cervo (1992). Mas sem dúvida tinha como o objetivo principal di-

fundir o binômio Fascismo/Itália ainda num momento inicial do regime, em que a diplomacia italiana ainda não estava fascistizada, como tão bem apontou Bertonha (1998), ao descrever a atividade diplomática italiana no Brasil:

“ O corpo diplomático italiano era, tradicionalmente, formado por pessoas pertencentes às elites italianas, as quais, apesar de certas simpatias pelo fascismo, certamente não se prestariam a ser simples instrumentos do regime e de suas diretrizes para a política externa. Foi necessária, então, uma reforma na estrutura do Ministero degli Affari Esteri.

Tal reforma, conduzida entre 1925 e 1929, afetou não apenas as funções do corpo diplomático (que teve que sair de suas funções meramente burocráticas e administrativas para assumir o caráter de veículo de propaganda e vigilância política desejado pelo fascismo), como também sua composição. De fato, pouco a pouco, inúmeros fascistas foram sendo alçados para posições de destaque dentro do MAE, enquanto eram abertas novas vagas e os cônsules passavam a ter imunidades e as prerrogativas do pessoal diplomático. Essa expansão também permitiu a entrada de muitos militantes fascistas na estrutura do Ministério, aproximando-se do regime.” (Bertonha, 1998:37-38)

Essa posição explicita-se em todas as 104 matérias selecionadas; a Itália, naquele momento histórico, reivindicava centralidade no política internacional e reassumia, pelo menos em discurso, o papel de guardiã de alguns dos pilares da cultura ocidental ao refazer simbolicamente uma ligação entre nação contemporânea e Antigo Império Romano, construindo uma nova linha do tempo na qual a arte renascentista ocupava lugar fundamental. O conjunto de matérias selecionadas evidenciam que o navio não trazia somente em seu interior uma **‘exposição industrial móvel dos produtos italianos’**, mas também uma exposição cultural da arte italiana, como esclarece um anúncio publicado em 16 de abril com o título

'La Pintura Decorativa', que dava ciência da realização de mostra dessa natureza no interior do navio, durante sua estada em Santos.

Outras notícias, que podemos encontrar nas edições dos dias subseqüentes, mostram que a exposição industrial era somente uma parte da bagagem do navio

No dia 17 encontramos uma matéria que discorre longamente sobre a relação entre patriotismo e expressão artística e cultural, intitulada significativamente **'Giornata di rinnovata fede patriottica e di affermazioni artistiche'**. Em 18 de abril encontramos outra matéria bastante significativa das intenções de nossa empreitada : nessa edição, o Fanfulla publicava um artigo sob o título **'Belleza e forza a bordo della Nave Italia'**, cujo texto evidencia claramente as intenções da visita, ao mesmo tempo em que reivindica à Itália o papel de guardiã e reprodutora da arte clássica, querendo demonstrar que isso significava, no início daquela década, um grande impulso no desenvolvimento técnico e industrial. Daí a razão de misturar, numa única exposição, os últimos feitos da indústria italiana e da expressão artística e cultural daquele momento pois, para o fascismo, essas duas facetas da realidade italiana estão intimamente relacionadas. No discurso do fascismo, o regime autoritário criava as condições para um novo Renascimento, no qual as expressões não estivessem

restritas a apenas uma das esferas, equiparando em importância a produção artística e o progresso industrial da península⁸⁷.

Essa mesma ligação entre cultura e progresso ficará muito clara em outras notícias sobre a estada do navio em São Paulo; além de uma cobertura minuciosa de todas as suas atividades, algumas autoridades desempenharam a tarefa de difundir esta íntima relação que tanto o fascismo intentava difundir. Enquanto o embaixador Giuriati viajava até a capital e o interior de São Paulo, fazendo contatos com lideranças de associações étnicas e divulgava o discurso fascista entre as autoridades consulares, como bem demonstram as notícias publicadas em 24 e 25 de abril, que cobriam o deslocamento desse representante oficial do *PNF*, ainda no dia 16 o pintor Giulio Aristide de Sartorio⁸⁸, um dos integrantes da comitiva, visitava o Fanfulla, o qual, em seguida, no dia 28, publicaria um extenso artigo sobre a arte deste pintor.

Com isso e para concluir nossa análise sobre as festividades em torno da '*R. Nave Italia*', vale retomar a imagem positiva que se construía acerca da moderna pátria italiana (como um dos berços da civilização ocidental), pois esse mesmo instrumental seria de alguma maneira mani-

⁸⁷ - Esse assunto será retomado no capítulo IV deste trabalho, onde demonstrarei a fixação que o fascismo tinha por abrigar uma série quase interminável de encontros, seminários e colóquios técnicos-científicos.

⁸⁸ - Colaborador da Revista "Il Banchetto" junto com Gabriele D'Annunzio, pintor romano que viveu entre 1860 e 1932. Dono de um estilo que pode ser entendido como uma retomada dos princípios renascentistas.

pulado pelas autoridades diplomáticas dentro do processo de construção da italianidade em terras paulistanas, no específico, e no Brasil, em geral. Portanto, como demonstramos no capítulo I, a criação de uma imagem positiva para a pátria italiana seria condição *sine qua non* para a construção do imaginário de um grupo que não mantinha fortes laços étnicos com a Itália unificada.

Sem dúvida, o processo de construção dessa mesma imagem, relacionada com a série de eventos que dela participavam como agentes ativos, criaria a positividade que seria manejada individualmente pelos integrantes do grupo em momentos da vida social nos quais a etnicidade torna-se a marca distintiva, fundamental para o sentimento de pertença a um grupo e até mesmo para que este atue como tal. Por fim, a imagem da pátria italiana unificada e caminhando a passos largos em direção a centralidade política e cultural no Ocidente, fórmula que o fascismo repetiu à exaustão, tornar-se-ia, aos poucos, o elemento aglutinador para que, com o passar dos anos, a própria sociedade brasileira e, sem dúvida, os descendentes dos migrantes enxergassem a existência de um grupo coeso e ligado à Itália, criando assim algum sentido para a denominação *colônia italiana* (ou comunidade italiana), tipo social que será largamente manejada pelo senso comum para dar algum sentido à formação histórica e social da moderna e contemporânea sociedade paulistana, como destacado foi na segunda seção deste capítulo.

IV – A FRUSTRADA VISITA DO PRÍNCIPE HERDEIRO

O nosso segundo evento foi escolhido não por sua repercussão dentro do grupo italiano, já que na realidade não chegou a realizar-se, mas por encaixar-se perfeitamente em nosso argumento. Nada seria mais significativo simbolicamente do que a apresentação do herdeiro do trono italiano à diáspora italiana fixada no Cone Sul naquele momento. Depois do estrondoso sucesso da exposição artística/industrial, com a devida mobilização de massas – no melhor estilo do regime fascista –, a visita do Príncipe Umberto II, Príncipe do Piemonte, com toda certeza era encarada como a continuação e o desfecho glorioso para uma ação minuciosamente calculada. Tal acontecimento haveria de impressionar positivamente o grupo migrante e solidificar a idéia basilar do evento anterior, qual seja, demonstrar a grandiosidade da pátria italiana para interlocutores que só tinham uma imagem idílica de suas origens.

Umberto II nasceu em 1904 e faleceu em 1983. Era filho de Vittorio Emanuele III, vigésimo quinto Duque de Savóia (denominação de sua casa real), quarto e último Rei da Itália; assumiu o trono com a abdicação de seu pai, ocorrida em 9 de maio de 1946 mas, em menos de um mês, vê-se obrigado a partir para o exílio, devido ao resultado do plebiscito realizado entre 2 e 3 de junho e que estabelecia a república como sistema de governo na Itália do pós-guerra.

A saída 'voluntária' do trono por parte de seu pai pode ser entendida como uma última e desesperada tentativa de manter a monarquia na Itália, no desfecho do conflito mundial, já que Vittorio Emanuele III travara intensas e íntimas relações com o regime de Benito Mussolini. Importante lembrar neste momento que, durante toda a vigência do regime fascista, a Itália manteve-se como uma monarquia, com Vittorio Emanuele III sendo seu chefe de estado, assistindo e apoiando os atos do chefe do governo italiano, representado por Benito Mussolini. Mesmo que no final da IIª Guerra, obrigado pelas circunstâncias e, principalmente, pelas forças aliadas que desembarcaram no sul da península, seguindo a estratégia de retomada do continente europeu, o rei declarasse guerra contra a Alemanha nazista, sem dúvida sua imagem e a de toda a aristocracia italiana fora intensamente marcada pela cor negra das camisas do fascismo italiano.

Esse cenário sombrio para os monarquistas italianos e para a Casa de Savóia somente delineou-se após o aniquilamento, no campo de batalha, das forças do Eixo, mas em 1924, sem dúvida alguma, as circunstâncias eram bem mais favoráveis à monarquia italiana. Durante o mês de junho daquele ano, o Príncipe do Piemonte movimentava a corte italiana com os preparativos para uma viagem pelos países do Cone Sul, a fim de coroar o sucesso da *Regia Nave Italia* e de suas demonstrações do

poderio ou das pretensões do reino italiano naquele momento da história, segundo nossa interpretação.

Em nosso levantamento nos documentos do Itamaraty, como já foi exposto, foram localizadas correspondências que davam ciência ao governo brasileiro dos preparativos dessa viagem, que tinha no roteiro alguns portos brasileiros. A partir da leitura desses documentos, realizamos o mesmo procedimento adotado para o evento anterior, ou seja, um levantamento minucioso do jornal “*Fanfulla*”, em busca da cobertura jornalística daquele órgão da imprensa étnica peninsular para a visita do príncipe.

Ao longo dessa leitura, deparamo-nos com um episódio da história da cidade de São Paulo e do Brasil, que se desenrolava dramaticamente, inviabilizando a estada do príncipe herdeiro em nossas terras. Em 3 de junho, quando ainda o periódico publicava as repercussões da visita da *R. Nave Italia*, encontramos a notícia ‘***Il principe ereditario nell’America Latina***’. O *Fanfulla* anunciava todos os preparativos para a viagem do Príncipe Umberto II, com início marcado para o final daquele mês; tanto que, na edição do dia 26, encontramos publicado um artigo que anunciava a partida do navio do futuro rei da Itália com destino ao Rio de Janeiro⁸⁹.

⁸⁹ - A notícia foi publicada com a seguinte chamada – ‘**La partenza del Principe Ereditario per RJ**’.

Nas páginas seguintes do periódico, encontramos a razão para o fracasso da empreitada : enquanto o navio estava em alto-mar. direcionado para cumprir um roteiro que incluía alguns portos brasileiros, a política brasileira encontrava-se em plena ebulição.

No dia 5 de julho de 1924 explode na cidade de São Paulo uma rebelião militar comandada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, pelo Major Miguel Costa (comandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública do estado) e pelo tenente Joaquim Távora, que ocupou e travou batalhas nas ruas da cidade no decorrer daquele mês. A intensidade do conflito fora tamanha que, alguns dias depois do início do levante militar, o governador de São Paulo, Carlos de Campos, fora obrigado a fugir da capital do Estado. E, como sabemos, até pelo menos o dia 28 de junho, quando as tropas de Isidoro decidem abandonar a cidade em direção ao Paraná, onde juntar-se-iam a outros militares revoltosos sob o comando de Luis Carlos Prestes, o caos tomou conta da cidade, fruto de inúmeras batalhas contra as tropas do governo, que culminaram com o bombardeio da cidade pelas tropas do governo federal (*Corrêa, 1976*).

Sem dúvida este não era o cenário ideal para a visita de um príncipe herdeiro e o próprio Fanfulla cobria em detalhes o desenrolar

dramático do cotidiano da cidade⁹⁰, dominada por tropas contrárias ao governo federal, comandado naquele momento por Hermes da Fonseca. A turbulência política e social brasileira inviabilizaria a visita do príncipe italiano como seria de se esperar, mas uma curiosidade ou peculiaridade daqueles tempos chamaram nossa atenção.

O roteiro foi modificado após a viagem já ter sido iniciada e somente em 1º de julho o Fanfulla dava conta aos seus leitores das mudanças no roteiro original, anunciando que o Brasil deixava de ser um dos destinos do cruzeiro real. Publicava-se uma notícia com a seguinte chamada: ***‘La Crociera del Principe Umberto nel Sudamerica’***, em que era anunciada a inviabilidade para tal visita acontecer num país que passava por momento político tão explosivo. Vale destacar que essa mesma notícia fora publicada quatro dias antes das tropas de Isidoro Dias Lopes levarem à frente a idéia de uma insurreição militar contra o poder central brasileiro, numa edição em que o assunto predominante era justamente a crise política e militar do governo brasileiro e seus graves reflexos no cotidiano da cidade que mais abrigava ‘súditos’ do futuro rei da Itália em solo brasileiro.

⁹⁰ - O fato da cobertura jornalística do Fanfulla concentrar-se na política brasileira demonstra o quanto grave era o quadro político institucional à época; os assuntos brasileiros sempre foram secundários dentro do periódico, detentor de uma linha editorial preocupada em trazer a realidade da península itálica para o grupo migrante.

A seleção de um evento não realizado dentro de nosso trabalho deve-se mais à percepção de um discurso encontrado nas entrelinhas de toda literatura e, principalmente, das matérias jornalísticas da imprensa étnica, do que a fatos concretos. Pois como já dito no início desta seção do capítulo, a arquitetura bem como a realização de uma visita ao Cone Sul do príncipe herdeiro italiano, naquele momento da história, parecem-nos muito significativas.

Com quase dois anos de governo de Benito Mussolini, o fascismo já demonstrava ser um regime com 'grandes pretensões' dentro do contexto italiano. Sem dúvida, já em 1924 podemos observar, pela história política da Itália, que o fascismo e seus camisas negras preparavam as condições para iniciar a construção de uma organização estatal ímpar dentro da tradição política ocidental e que, naquele momento histórico, haveria de seduzir muita gente ao redor do mundo.

O ano de 1924 representara, dentro da história da Itália, o momento em que Mussolini, em conjunto com o *PNF*, desfecha o golpe final no Estado liberal italiano, o qual ainda mantinha algumas de suas estruturas, apesar do fascismo ter ascendido ao poder quase dois anos antes. Para exemplificar esta posição recorreremos à cronologia estruturada por Renzo De Felice (1965, 1966, 1968, 1974, 1981, 1996a, 1996b, 1997), um dos mais importantes historiadores italianos do período: 1921-1925 -,

processo histórico de conquista do poder por Mussolini; 1925-1929 - organização do Estado corporativo fascista; 1929-1936 - período de relativa estabilidade e aparente legitimidade do regime fascista; 1936-1940 - pleno funcionamento do Estado totalitário fascista.

Portanto, ao mesmo tempo em que o príncipe herdeiro visitava alguns países com alta incidência de migrantes italianos na América do Sul (Argentina e Uruguai), o contexto político interno da Itália configurava-se no sentido de consolidação do fascismo como regime de governo da península itálica.

Para expor os detalhes da história política italiana, devemos ao menos enfatizar que em 1924 ocorre um fato político extremamente significativo do modo de fazer política adotado pelos seguidores de Benito Mussolini tanto quanto do momento político vivido na Itália do mesmo período.

Nesse ano, o líder socialista italiano Matteotti é assassinado pelas milícias fascistas⁹¹, episódio cuja crise resultante prolongar-se-á por meses⁹² a fio, culminando no discurso proferido por Benito Mussolini em 3

⁹¹ - Grupos paramilitares que deram sustentação e apoio, de forma peculiar e violenta, nos primeiros anos do governo de Benito Mussolini; no final de 1924 essas milícias paramilitares prestaram juramento ao rei da Itália e foram incorporadas às forças armadas italianas. Esse fato será posteriormente indicado pela bibliografia como um dos elementos que demonstram a força do fascismo e sua consolidação como regime político na Itália daquele momento histórico (De Felice, 1966; Gallo, 1966; Gentile & De Felice, 1988; Paris, 1993).

⁹² - O corpo do deputado socialista Giacomo Matteotti só foi achado num bosque em *Riano Flaminio* dois meses depois de seu sumiço (10 de junho de 1924) e as repercussões deste crime dominaram a cena política italiana durante todo o segundo semestre daquele ano.

de janeiro de 1925, no qual os atos das milícias contra o líder anti-fascista são justificados. Tal declaração entra para a história do fascismo como a confissão do envolvimento direto de Mussolini no episódio (*De Felice, 1966 e Trento, 1993*). O assassinato de Matteotti é atribuído a integrantes de milícias fascistas, comandadas nesse episódio por Giuseppe Donati⁹³ em resposta ao discurso proferido pelo deputado contra o regime de Benito Mussolini. O deputado havia proferido palavras contrárias ao regime, no exercício de suas funções legislativas. Em seguida, em pronunciamento violento, Mussolini conclama os fascistas italianos a darem uma resposta. É a partir desse discurso de seu líder que um grupo de integrantes dessas milícias paramilitares tramam o assassinato do deputado. Importante lembrar mais uma vez que, com o passar do tempo, o próprio Mussolini deixaria claro o seu envolvimento direto neste evento (*De Felice, 1966*).

A bibliografia analítica sobre o fenômeno fascista italiano demarca, como já foi anteriormente apontado, o desenrolar desse episódio como ápice da consolidação desse regime de governo. As idas e vindas do posicionamento de Mussolini ao longo do ano de 1924 e a inclusão em seu governo de figuras originárias de outros espectros políticos que foram em seguida alijadas de seus cargos naquele mesmo ano, indicam extrema centralização do poder a partir do PNF. Sem dúvida, com o desfecho desse episódio político, o regime fascista limpava o campo de atuação política para

⁹³ - Mais tarde será condenado pelo crime, mas passará pouco tempo na prisão, revelando o quanto o regime fascista envolveu-se diretamente no episódio.

emergir no final da década de 20 como a única opção de poder dentro da política italiana⁹⁴.

Portanto, o início da viagem do príncipe Umberto II ocorria durante uma época extremamente turbulenta da política interna italiana, mais ainda, para alguns, desenrolavam-se episódios decisivos para emergência de um estado totalitário que se consolidaria até o final da década de 20, para na seguinte iniciar uma política externa com fins imperialistas muito mais explícita.

Não desejamos apontar o príncipe hereditário como um simples objeto de manobra de Mussolini, segundo os interesses do fascismo. Temos certeza de que, naquele momento da história, a pretensão de demonstrar a grandiosidade da Itália para a diáspora italiana espalhada pelo mundo não seria objetivo somente do fascismo. Sem dúvida, a casa real italiana poderia entender aquele momento histórico como propício para mostrar aos migrantes e seus descendentes que a Pátria italiana não os esquecera, tentando demover assim um intenso sentimento que perpassava todo grupo migrante, desde o primeiro momento da deslocamento populacional da península itálica, ainda no século XIX: o abandono dos migrantes pelo estado italiano (*Alvim, 1986; Ianni, 1963 e Trento, 1988*).

⁹⁴ - Importante explicitar que essa falta de alternativas políticas naquele momento da história deve-se, fundamentalmente, ao início de política ostensiva de eliminação física de todo e qualquerpositor ao regime fascista (De Felice, 1966; Gallo, 1966; Gentile & De Felice, 1988; Paris, 1993).

Desde o início do processo migratório italiano, os grupos italianos fixados no interior de São Paulo e em outros lugares do Brasil ressentiam-se de uma rede consular/diplomática que atendesse a suas carências na nova terra (*Alvim, 1986; Ianni, 1963 e Trento, 1988*). Inúmeros trabalhos acadêmicos apontaram para essa característica do relacionamento entre país de origem e migrantes para o caso italiano, fato que justificaria muito as características do próprio grupo e de suas ações junto à sociedade receptora. Por exemplo, Tânia Regina de Luca (1988) aponta essa como uma das razões para o rápido e intenso movimento associativista italiano em São Paulo, afirmando que o abandono dos migrantes em São Paulo, tanto por parte das autoridades italianas como das brasileiras que os haviam atraído com muitas promessas, levou os migrantes a criar rapidamente alternativas associativistas, visando assim a preservação de alguns de seus direitos básicos e até mesmo alguma proteção em terra estrangeira. Destacamos que a idéia expressa por Luca não é contestada em nenhum momento por toda a bibliografia pertinente, tornando-se, com isso, idéia corrente entre todos os estudos migratórios. Ainda sobre o associativismo étnico, é pertinente lembrar, dentro dos propósitos deste trabalho, que foi fortemente marcado pela clivagens regionais peninsulares, confirmando, segundo nossa interpretação, a idéia de um baixo sentimento de pertença étnica à pátria Italiana entre os migrantes desse grupo.

Com isso, arriscamo-nos a cruzar essa idéia com as intenções daqueles que arquitetaram a ‘visita’ do príncipe herdeiro Umberto II. Uma interpretação possível seria a de que a casa real italiana teria uma ‘dívida’ com a diáspora italiana, que tanto se ressentia de ter sido abandonada às mais duras condições de vida, durante as primeiras décadas do grande fluxo migratório. Portanto, nada melhor que a visita de um representante da casa real italiana para mostrar simbolicamente que, apesar de tudo, os migrantes ainda ‘eram’ seus súditos. Nesta interpretação, a visita seria encarada como um afago simbólico da realeza aos ‘súditos’ do outro lado do Atlântico, num momento político de maior estabilidade política, apesar dos distúrbios políticos internos, pois o governo Mussolini já apresentava uma maior solidez se comparado à política liberal que marcou o contexto peninsular desde a unificação.

Aproveitamos para imputar tal interpretação, que de fato não encontramos literalmente na bibliografia consultada, como uma consequência possível para interpretações que estudam o fenômeno migratório sem levar em conta a especificidade do italiano.

É muito comum encontrarmos trabalhos sobre a migração italiana que pouco se preocupam, ou desprezam por completo, o contexto da unificação italiana como um elemento que afeta o processo migratório e as

representações sociais geradas pelo grupo espalhado pelo mundo⁹⁵. Alguns trabalhos de cunho oficial⁹⁶, ou com pretensões oficiais, esquecem-se de refletir sobre o papel do Estado italiano ou pelo menos sobre sua flagrante incipiência no momento inicial do fenômeno, como um de seus elementos estruturantes.

Ou ainda, tratam o Estado quase que como um dado da natureza, esquecendo-se de que o processo de formação nacional, como nos alerta Eric Hobsbawn (*1984 e 1991*), é uma ação coletiva, fruto do desenrolar da história no qual a conquista de ‘corações e mentes’ através de um jogo simbólico é fundamental. Em outras palavras, muitos estudos migratórios entendem o Estado italiano como um dado imóvel da natureza da península itálica, não relacionando dois processos históricos da mesma : o processo de construção política, econômica, social e cultural da nação italiana e o fenômeno migratório.

A nosso ver, a referida interpretação seria no mínimo incompleta, pois qual legitimidade teria o trono italiano para um grupo de ‘súditos’ que, ainda na sua pátria de origem, antes mesmo de emigrarem, teriam dificuldade em imaginar um centro de poder (estado) italiano de fato?

⁹⁵ - A maior parte dessa bibliografia não ganha destaque entre a bibliografia acadêmica, ficando restrita ao interior do grupo migrante, mas podemos apontar pelo menos um autor que, no nosso entender, apresenta essa falha conceitual : Franco Cenni (*1975*). Entendemos ter esse destaque certa relevância, pois tal obra foi usada como referência em estudos acadêmicos sobre o fenômeno italiano durante um longo período, pelo menos até a publicação da obra de Angelo Trento (*1988*), com raras exceções, como a obra de Michael Hall.

⁹⁶ - Principalmente aqueles trabalhos que tenham alguma ligação com as representações consulares/diplomáticas espalhadas pelo mundo.

Monarquias utilizam-se, em maior medida, da tradição e do costume como centro vital de sua legitimidade. Como bem demonstra Max Weber (1944), esse tipo de Estado fundamenta sua legitimidade justamente na crença nas tradições e no costume. Característica que com certeza não podemos reivindicar ao trono italiano, que só emerge como centro de poder da península itálica na segunda metade do século XIX, período em que justamente inicia-se o fluxo migratório. Portanto, no nosso entender, seria muito frágil a interpretação do afago na diáspora. Com isso, uma maior verossimilhança encontraríamos ao procurar entender essa visita como parte integrante de uma estratégia de invenção do Estado Nacional italiano, para além do território peninsular.

Portanto acreditar que os 'súditos' fixados no Cone Sul veriam legitimidade real no príncipe do Piemonte parece-nos uma simplificação do processo de unificação italiana. Como bem demonstra Hobsbawn (1984 e 1991), os processos de formação nacional são complexos e longos e o simbolismo é parte integrante e vital dos mesmos. Ao transportar esse processo para um contexto transnacional e desterritorializado como o migratório, a complexidade e a morosidade características de invenção de uma nação ganham novos elementos, potencializando-as. E é dentro desse contexto que analisamos a 'visita' do príncipe herdeiro.

Numa Itália que ainda caminhava dentro de seu processo de formação nacional, o discurso fascista, como bem demonstramos na análise da visita do navio/museu, colocava para o próprio regime tal consolidação como uma de suas tarefas principais. Com isso, entendemos que esse mesmo contexto deva ser levado em conta na análise das pretensões dessa visita. Sem dúvida, apresentar o príncipe herdeiro para a diáspora pode ser entendido num contexto mais amplo, que une as intenções da casa real italiana com as do governo Benito Mussolini, num momento em que não só a consolidação do Estado Nacional italiano completava-se mas também o fascismo demonstrava suas reais intenções dentro da conjuntura política italiana. Intenções essas que são mais marcantes quando nos damos conta de que essa ‘visita’ ocorreria logo após o estrondoso sucesso do evento anterior. Com isso, a conquista de ‘corações e mentes’ continuava naquele momento histórico e o pano de fundo que contextualiza essa ação direcionava-se para a conjunção entre Fascismo=Itália, que se tornaria muito mais nítida em anos e décadas posteriores.

V – OS RAIDS AÉREOS – ITÁLIA / BRASIL

Na última seção deste capítulo, apresentaremos os dados de pesquisa relativos a um tipo de evento a que o fascismo, aparentemente, dedicava especial atenção – o *Raid* Aéreo. Para melhor compreensão desses

eventos, faz-se necessário enfatizar a importância dos *raids* no final da década de 20.

Em 21 de maio de 1927, Charles Lindbergh realiza o tão famoso vôo Nova York / Paris, tornando-se, para a maioria das fontes, o primeiro aviador a realizar a travessia do Atlântico. Vale a pena destacarmos aqui que o ineditismo do feito de Lindebergh é muito contestado por especialistas em aviação, principalmente fora dos Estados Unidos da América. Em 28 de abril de 1927, portanto quase um mês antes de Lindbergh, o aviador paulista João Ribeiro de Barros, a bordo do hidroavião *Jahú*, realizou uma travessia sobre o atlântico, partindo de Cabo Verde com destino a Fernando de Noronha repetindo a rota realizada por Francesco De Pinedo pouco mais de um mês antes (final de fevereiro de 1927). A diferença entre a travessia de Lindebergh e dos outros aviadores é que este partiu de uma grande cidade norte-americana e terminou seu feito numa congênera européia, fato que, segundo relatos, atraiu grandes multidões consagrando esse aviador, enquanto que o brasileiro e o italiano realizaram uma rota entre dois pontos que mais aproximam um lado ao outro do Atlântico. (*Nanne, 1997; Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991*).

Não é nosso intuito entrar na discussão sobre qual aviador foi o pioneiro na travessia do Atlântico, mas somente demarcar a importância dos *raids* para o final da década de 20. A partir da bibliografia consultada,

podemos afirmar que, no final daquela década, havia uma grande corrida para a realização de tal feito e inúmeras iniciativas semelhantes ganhavam destaque nos meios de comunicações, atraindo multidões para os acontecimentos que cercavam estas viagens⁹⁷ (Bertonha, 1998; Segre, 1990; Nanne, 1997 e Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991). Tal fato que sem dúvida atrairia a atenção das autoridades fascistas, como veremos adiante.

Em nossa pesquisa, levantamos dados sobre a realização de dois *raids* realizados por figuras ligadas ao governo italiano em direção ao Brasil e que mobilizaram a atenção de todo grupo migrante objeto de

FOTO I



Foto da esquadilha Balbo sobre a Baía da Guanabara (Janeiro de 1931)
<http://web.tiscali.it/aeronauticamilitare/storia/storia.htm>

nosso estudo. Como foi apontado neste texto, em março de 1927 e janeiro de 1931 o Brasil era um dos destinos dos *raids* aéreos promovidos por importantes figuras da península itálica. Em 1927, o aviador De Pinedo⁹⁸,

⁹⁷ - Ainda com o intuito de demarcar a visibilidade destes eventos julgamos muito relevante a extrema popularidade alcançada por Charles Lindbergh, pessoa que gozou em vida dessa condição, sendo muitas vezes alçado pela imprensa e fontes norte-americanas, à condição de herói americano.

⁹⁸ - Segundo biografia publicada no *site* do Ministério da Defesa do governo italiano (Ministero della Difesa, 2002), De Pinedo foi um dos principais aviadores da Aeronáutica italiana na década de 20, tendo iniciado sua carreira na Marinha italiana, em 1917 e tornando-se aviador militar, em 1924,

como já foi dito, realizava a travessia do Atlântico a partir de Cabo Verde, indo atingir Fernando de Noronha, para depois, como apontaremos mais adiante, seguir viagem pelo Brasil e por todo continente americano, impressionando os diversos grupos migrantes fixados neste continente e sendo sempre muito bem recebido por eles. Enquanto isso, em 1931 Italo Balbo⁹⁹ comanda uma esquadrilha aérea que realiza outro *raid*, agora entre Orbetello (Toscana) e o Rio de Janeiro, o qual sem dúvida - e como aponta nossa fonte na imprensa étnica brasileira - causou grande impacto no grupo migrante fixado no Brasil.

Podemos imaginar o quão positiva foi a impressão deixada por esses aviadores no seio do grupo migrante, principalmente se levarmos em conta o que significaria, à época, a visão de uma esquadra aérea nos céus do Rio de Janeiro em 1931, cena registrada pela fotografia exposta neste texto (Foto I).

Nossa análise desses dois eventos será realizada em conjunto e não será muito extensa, pois o prisma analítico onde ambos estão inseri-

quando assume a chefia do Estado Maior do *Comando Generale di Aeronautica* Em 1925 realiza o *Raid Sesto Calende-Melbourne-Tokyo-Roma* no hidroavião "Gennariello", em 1927 realiza o *Raid delle Due Americhe* (cujo roteiro o Brasil integra) a bordo do hidroavião Santa Maria (este foi substituído pelo Santa Maria II depois de um acidente durante a viagem pelos Estados Unidos da América), em 1928 participa da *Crociera del Mediterraneo Occidentale* Nesse mesmo ano assume a subchefia do *Stato Maggiore della R. Aeronautica*, entre 1929 e 1932 ocupa o cargo de adido aeronáutico na embaixada de Buenos Aires e falece em 1933, em um acidente durante um *raid* em Nova York.

⁹⁹ Italo Balbo, um dos criadores das milícias fascistas, foi *Ministro dell'Aeronautica* entre 1929 e 1933. Portanto o *raid* para o Brasil tinha como um de seus objetivos a visita oficial de um dos membros do governo de Benito Mussolini. Em dezembro de 1934 torna-se *Governatore della Libia*, cargo que ocupou até sua morte, em 1940, durante operações militares no norte da África. Realizou uma série de *raids* importantes - Mediterrâneo Ocidental em 1928, Mediterrâneo Oriental em 1929, America del Sud 1930/31 e America del Nord em 1933 (*Segre, 1990*).

dos está exposto na interpretação dada aos eventos anteriores. Mas sem dúvida vale a pena destacar, principalmente no caso do segundo *raid*, a íntima relação dos comandantes dessas empreitadas aeronáuticas com o regime de Benito Mussolini.

De Pinedo tornar-se-ia o primeiro aviador a realizar a travessia do Atlântico Sul, sendo elevado ao status de herói italiano e, com certeza, entusiasmava o grupo migrante, como bem o demonstra o artigo publicado no *Fanfulla* em 28 de fevereiro – ***L'eroe Italiano***. Pelo menos em três oportunidades, o principal jornal 'italiano' da cidade de São Paulo registrava em suas páginas as repercussões diretas do *raid* no grupo : nos dias 24 de fevereiro, 3 e 4 de março de 1927 são publicados artigos com os mesmos títulos – ***L'entusiasmo delle collettività italiane*** – os quais contêm relatos minuciosos acerca da agitação entre as principais lideranças do grupo e a série de eventos organizados em torno da chegada do aviador italiano.

Desde o início de fevereiro de 1927 encontramos matérias jornalísticas cujo tema é a referida travessia e um fato que nos chamou muito a atenção nessa cobertura, revelador do impacto desse acontecimento sobre o grupo migrante foi a quantidade de edições que dedicam a primeira página ao *raid* De Pinedo.

Entre os dias 13 e 21 daquele mês encontramos todas as primeiras páginas das edições diárias dedicadas exclusivamente ao feito de De Pinedo¹⁰⁰. Isso ainda durante os preparativos da aventura, pois a chegada do avião a São Paulo somente ocorreu no dia 28 de fevereiro. Tal fato é revelador da intensidade com que grupo migrante acompanhava, nos mínimos detalhes, o desenrolar da empreitada aeronáutica, a mesma que seria coberta de glórias, tanto em terras brasileiras como nos outros destinos, especialmente naqueles onde o contingente de oriundos da península itálica ganhava destaque numérico. Portanto entendemos que dificilmente o grau de mobilização do grupo seria menor de um grupo para outro e para isso basta observar as imagens de multidões recepcionando De Pinedo em Buenos Aires, Nova York, Chicago¹⁰¹ e em outros destinos do mesmo *raid*¹⁰².

Ainda sobre o *raid* de 1927, vale a pena enfatizar que encontramos, nas edições do *Fanfulla*, várias propagandas anunciando a exibição de filmes sobre a travessia do avião italiano. Para exemplificarmos, as edições dos dias 4 e 5 de março, entre outras, anunciavam sessões onde seriam exibidos filmes sobre a aventura de De Pinedo.

¹⁰⁰ - Encontramos em outras edições diárias, mesmo após a chegada de De Pinedo ao Brasil, o mesmo espaço dentro do *Fanfulla*.

¹⁰¹ - Nas próprias páginas do *Fanfulla* temos um bom indício de como transcorreria a recepção ao *raid* em outras cidades do continente. Em 4 de março é publicada na primeira página do jornal uma matéria com o título **Concorde entusiasmo in Argentina per De Pinedo**, onde há um relato minucioso de como Buenos Aires preparava-se para receber o 'herói' italiano.

¹⁰² - Para maiores detalhes desse *raid*, o próprio De Pinedo (1928) publicou seu diário de bordo.

Entendemos que esse era um ótimo momento para a afirmação da etnicidade italiana em São Paulo, já que esse evento, como os outros já descritos, criava momentos nos quais havia positividade em reconhecer-se originário da península itálica. E sem dúvida o fascismo propiciava esses momentos, importante lembrarmos, posto que esse era o objetivo do regime de Mussolini: atrair adeptos para o fascismo através da identificação étnica. Um evento com repercussão mundial, como o *Raid delle Due Americhe*, encaixa-se perfeitamente dentro desse projeto, ainda mais se lembrarmos o contexto da política interna italiana. Como já foi explicitado anteriormente no evento anterior, no final da década de 20, o estado fascista organizava-se como a única alternativa política possível para a nação italiana. E portanto seria impensável o não envolvimento do Estado italiano nos bastidores de eventos dessa amplitude. A Itália poderia assim demonstrar sua grandiosidade ao mundo e, indo mais além, conseguir adeptos ao fascismo entre os grupos migrantes espalhados pelo mundo, em especial no continente americano. Ressalta-se aqui mais uma vez que o *raid* de De Pinedo tinha em seu roteiro as grandes cidades do continente, especialmente aquelas com grandes contingentes de migrantes peninsulares. Como não imaginar o fascismo atribuindo a si e à especificidade da cultura italiana a responsabilidade pelo sucesso do herói-aviador?

Neste ponto, vale fazer uma ressalva extremamente importante para este trabalho – apesar das intenções fascistas, no nosso entender,

somente parte desse objetivo realizar-se-á. A opção ideológica fascista em São Paulo assumirá uma forma difusa (*Bertonha, 1998*), mas a consolidação da etnicidade italiana começará a difundir-se como base para o senso comum que, a partir da década de 20, passará a enxergar alguma coesão étnica no grupo migrante, idéia que será transmitida para as gerações posteriores.

Essa forma de fascismo será fundamental para o processo descrito, pois sem dúvida o próprio grupo migrante criará um filtro que selecionará elementos que se tornarão fundamentais para a sociabilidade dentro da sociedade paulistana. Essa seleção reforçará os elementos positivos do fascismo, principalmente aqueles que criam, pela primeira vez na história, um profundo sentimento de pertença a uma nação ou pátria, através da positividade transmitida por esses eventos, por exemplo. Mas dificilmente essa opção ideológica se completará totalmente, pois apesar de sentimentos étnicos consolidados serem importantes para os migrantes, a realidade cotidiana e política a qual estes estavam inseridos os distanciavam completamente de todas as implicações que essa opção ideológica lhes queria impor.

Feita tal ressalva, podemos ao menos citar o segundo *raid* realizado por Italo Balbo no início da década de 30. Dentro do espírito do *raid* de 1927, este teria por objetivo impressionar ainda mais o grupo migrante

com uma esquadra de aviões comandada por uma das principais figuras do regime de Benito Mussolini, como já foi destacado. A grande diferença entre os dois *raids* é que Balbo comandava uma esquadra de doze hidroaviões e 5 caça-torpedeiros e tinha por destino final a capital da república brasileira. Sem dúvida essa nova aventura também levantou grande interesse entre o grupo migrante, e mais uma vez despertou o fascismo difuso do grupo, auxiliando assim na gradativa consolidação da etnicidade italiana em solo brasileiro e paulistano.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA, RELAÇÕES EXTERIORES E ETNICIDADE: 'ITALIANIDADE' EM SÃO PAULO (1922/1935)

“Não se trata somente de um litigio de fronteiras, da defeza e da segurança das suas colonias na Africa Oriental, mas da necessidade de expandir-se, de uma reivindicação, de justiça historica. Ella não teve, em Versalhes, na victoria, a parte a que se julgava com direito, entre os vencedores, pelos sacrificios da guerra, que o seu Governo não soube então pleitear com vigor. Como os outros, aspirava um lugar ao sol. A peninsula não lhe basta para conter a população de quasi 42 milhões, que cresce todos os annos, nem a Lybia, no Norte africano, offerece ao braço italiano as terras ferteis de que necessita para trabalhar. Ha tambem uma missão civilisadora, de tradição secular a cumprir, que lhe deixou o Imperio romano. E, além de tudo, a lembrança dolorosa da derrota de Adua, que foi uma carnificina, onde Menelick, em 1895, destroçou as forças do General Baratieri. Eram uma columna de 14.000 soldados contra 90.000 abysinios. Agora soou, com Mussolini, a hora da reparação pelas armas italianas.” (Oficios, Roma – 21/08/1935:2)

A escolha da epígrafe deste capítulo final foi determinada pela busca de algum fragmento nos documentos pesquisados que demonstrasse com alguma ênfase a posição da Itália de Mussolini no concerto das nações, no período de nosso estudo. Com isso, o texto acima, além de oferecer-se como um breve intróito para o material de pesquisa exposto nesta etapa do trabalho, expõe a questão crucial para o discurso da diplomacia fascista, qual seja, a necessidade intrínseca da península itálica de buscar mecanismos para atender as necessidades de sua população, elemento usado como justificativa para suas pretensões imperialistas no período entre guerras.

O referido fragmento foi retirado de um documento reservado do governo brasileiro, no qual o embaixador brasileiro na Itália, Sylvio

Rangel de Castro, deixa transparecer, de um lado, sua admiração pelo regime de Benito Mussolini e, principalmente, sua concordância com as pretensões expansionistas do governo italiano, pelo menos na questão específica da Absínia; de outro, a questão exposta acima, a qual julgamos central, e que, durante toda nossa pesquisa em fontes diplomáticas, esteve insistentemente presente no discurso e na ação da diplomacia italiana.

Será a partir da análise do relacionamento diplomático entre Brasil e Itália que concluiremos nossa discussão sobre o processo de formação da italianidade no Brasil, no geral, e em São Paulo, em particular. Pois no desenrolar desta tese já analisamos alguns eventos ocorridos na cidade patrocinados pelo governo italiano, como foi descrito no capítulo anterior. E como tem sido demonstrado, tais eventos, dentro do grupo migrante fixado na cidade, devem ser entendidos em todas as suas dimensões, entre as quais a diplomática, merecedora de destaque.

Seria ingênuo entender que os acontecimentos - ocorridos no seio do grupo migrante italiano e descritos no capítulo III - não fizeram parte de uma ação estatal direcionada. Portanto, para compreendermos todas as dimensões daqueles eventos, nossa abordagem do tema neste capítulo terá como objetivo central a análise das bases para o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália, posto que a formação da etnicidade ita-

liana nas diásporas, como já discutido, era uma das preocupações centrais do governo italiano no período.

Desde já queremos enfatizar que a etnicidade italiana era entendida de forma instrumental pelo governo italiano do período, pois os diversos grupos dessa nacionalidade espalhados pelos mais diversos lugares do globo terrestre eram vistos como possíveis ‘portas de entradas’ para as pretensões imperialistas da Itália, naquele momento histórico. Portanto, o processo de formação da etnicidade italiana em solo paulistano torna-se central entre as ações diplomáticas, a partir do momento que as relações de bases étnicas no seio dos grupos migrantes começam ser compreendidas como meio para atingir o objetivo primordial da política externa italiana no período – a expansão do reino italiano. Fato que dota de maior significado a epígrafe deste capítulo.

I. ETNICIDADE E DIPLOMACIA

Como já foi anunciado na introdução desta tese, a fonte utilizada para nossa reflexão sobre o caráter das relações entre Brasil e Itália, a partir da premissa de que a questão étnica assume centralidade, foi a documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, dentro da qual selecionamos os *Ofícios* remetidos pela embaixada de Roma para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, no período entre 1922

e 1935¹⁰³. Importante lembrar que esta documentação foi o alicerce para a definição de nossa outra base documental, analisada no capítulo anterior – a cobertura jornalística para determinados eventos patrocinados pelo governo italiano em solo paulistano.

Para demonstrar o quão rica em informações é essa série documental (Ofícios), retomamos sua definição apresentada em nossa introdução, com o fito de apresentarmos sua consistência como fonte para a análise do relacionamento diplomático entre Brasil e Itália, objetivo central deste capítulo. Os *Ofícios* são o principal meio de comunicação direta entre o embaixador de uma missão diplomática e o ministério das relações exteriores e, na realidade, assumem o formato de cartas detalhadas, sobre os mais variados assuntos do cotidiano da missão.

O conteúdo dessas cartas assume as mais diversas formas. Uma boa parte refere-se ao trabalho administrativo da embaixada e do ministério¹⁰⁴, mas também encontramos um extenso material além do burocrático – referimo-nos aqui a cartas contendo extensos relatos sobre encontros com autoridades italianas, balanços do comércio exterior e da política externa italiana, análises sobre política interna italiana, além de encontrarmos, como parte das análises, aconselhamentos e balizamentos pa-

¹⁰³ - Os motivos para a seleção desse tipo de documento e a escolha do período entre 1922 e 1935 estão expostos em detalhes na Introdução desta tese.

¹⁰⁴ - Por exemplo, cartas confirmando o recebimento de documentos e telegramas, solicitações de aditamentos ao orçamento da missão diplomática e prestações de contas.

ra as ações ministeriais. Reproduzimos aqui alguns desses ofícios, para exemplificar as características gerais desse documento¹⁰⁵.

“ Roma, 2 de abril de 1927

**Reservado.
N.40
Mentalidade fascista
sobre a emigração**

Senhor Ministro,

Em meu Officio nº. 34 de 25 de Março ultimo tive a oportunidade de referir-me a um artigo publicado na revista “La Terra”, numero 2 do Anno III – Fevereiro de 1927 – Anno V da revolução fascista.

Não me tendo sido possível obter outros exemplares desse numero fui constrangido a fazer copial-o para remetter a Vossa Excellencia uma duplicata e conservar no archivo desta Embaixada outra copia.

Esta revista é o órgão officioso da “reconstrucção italiana”e da “expansão e colonização italianas”.

O autor do referido artigo “Verso i trattati di colonizzazione” é o Senhor Lorenzo Ratto, Vice-Director Geral do Ministerio da Viação.

Dada a posição do autor, a importancia da revista cujo numero figura um artigo do Senhor Giuriati, Ministro dos Trabalhos Publicos, a transcendencia do assumpto e os conceitos externados, apresso-me em offerecer á leitura de Vossa Excellencia esse artigo, permittindo-me alguns commentarios a respeito.

Doutrinario e escolastico no fundo, as idéas e pretenções manifestadas traduzem integral e lucidamente o pensamento, orientação e a mentalidade dos dirigentes da politica fascista.

Em resumo, o articulista defende a these do direito que assiste aos paizes europeos de superpopulação ás terras incultas, aos grandes latifundios dos territorios de reduzida densidade de população.

Não só lança suas vistas sobre as colonias e protectorados dos francezes e portuguesezes, cujas metropoles são parcas em população, mas nega o direito de autonomia e propriedadde dos territorios pouco povoados das grande Republicas sul-americanas.

Sustenta a necessidade e o dever que teria a Italia de constituir nesse territorios nucleos de italianos e novas Italias dependentes e subordinadas a Roma.

Ousada, temeraria e sonhadora pretensão esta que por citar a Argentina como exemplo das condições que pareceram ao author justificar a sua these, mereceu de parte do Embaixador argentino aqui acreditado um energico protesto e o pedido de confiscação do numero da revista.

¹⁰⁵ - Nas citações literais dos documentos, serão preservados a ortografia e as regras gramaticais originais.

Não julguei de bom aviso adherir á representação do Embaixador Perez, primeiro por não ser de utilidade pratica a minha collaboração, já que o objectivo alcançavel, a confiscação, era certo pelo protesto argentino, e em segundo logar pelo coveniencia que nos assiste de reservar esses protestos para incidentes e circumstancias mais graves e que mais directamente digam respeito ao Brasil.

Como tive a honra de salientar e como Vossa Excellencia terá a bondade de verificar pela sua leitura, quer-me parecer que este artigo revela o modo de ver e pensar da Italia moderna e sob esse aspecto devemos encarar toda e qualquer negociação que possamos desejar entabolar como o Governo fascista no que respeita a emigração italiana.

O conceito que acabo de externar encontra sua plena confirmação no discurso pronunciado hontem na Camara dos Deputados pelo Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, Senhor Dino Grandi, com o pretigioso apoio de um 'aparte' dado pelo presidente Mussolini:

'Assim pois, o Fascismo dever ter a coragem de afirmar que a emigração quando feita como hontem e hoje, para paizes que não estão sob a soberania da Italia, é um mal (Apoiados). A guerra exacerbou todos os nacionalismos, e os homens e os grupos, principalmente os pertencentes ás camadas sociaes menos cultas e mais humildes destinadas a viver na orbita de outros povos são fatal e violentamente assimilados por estes e por elles absorvidos.'

(Aparte do Presidente Mussolini) - 'Perdemos mais de um milhão em cinco annos'.

Grandi - 'Porque deve o nosso povo ser ainda considerado 'um viveiro humano', destinado a alimentar a estrutura mais ou menos organica de outras Nações? (Applausos) É a realidade de todos os dias que se deve ter a coragem de dizer-se.

'Em alguns paizes fomenta-se o antifascismo com o fim de drenar nas massas italianas emigradas condições favoraveis á obra continua de desnacionalisação.

'O Fascismo não deseja pois encorojar uma emigração que tende a diminuir a força da raça e do Estado.'

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia, Senhor mInistro, os protestes de minha respeitosa consideração.

(a) Oscar de Teffé

A SUA EXCELLENCIA

O SENHOR DOUTOR OCTAVIO MANGABEIRA

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES" (Oficios, Roma - 2/4/1927)

É inegável a riqueza de dados que se pode constatar na leitura de um documento como este. No exemplo acima, o embaixador Oscar de

Teffé¹⁰⁶ envia ao ministro Octávio Mangabeira¹⁰⁷ uma longa carta, na qual reporta a posição do governo italiano sobre o problema migratório e realiza uma breve análise sobre a questão, além de remeter um exemplar de uma revista italiana em que fora publicado artigo sobre a posição fascista sobre o assunto.

Entre os *Ofícios*, portanto, encontramos uma grande diversidade de informações: desde análises e dados bastante detalhados até comunicados mais rápidos ou cartas de cunho mais burocrático, que acompanhavam farto material remetido ao ministério originado da imprensa italiana, detalhes da legislação italiana ou análises aprofundadas da situação internacional que envolvia diretamente o governo italiano.

Nos *Ofícios* produzidos pelas mesmas autoridades durante o mesmo período podemos vislumbrar outros exemplos do teor desse modelo documental:

“Roma, 24 de maio de 1927

***N.62
Diffusão da cultura italiana
no estrangeiro.***

Senhor Ministro,

***Por Decreto de 26 de Novembro de 1925 o
Governo italiano instituiu o ‘Ente Nacional’ ‘L’Italica’, destinado á difusão da cultura italiana no exterior.***

O Parlamento acaba de aprovar esse Decreto que entra em vigor com as sanções legais.

¹⁰⁶ - Embaixador brasileiro em Roma de janeiro de 1923 e março de 1931.

¹⁰⁷ - Ocupou a pasta das Relações Exteriores brasileiras entre novembro de 1926 e outubro de 1930.

Em anexo tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia o texto da lei, cuja applicação, desenvolvimento e effeitos são dignos de attenção sobretudo para paizes como o Brasil, que estão particularmente visados como campo especial de acção pela propaganda italiana.

Aproveito para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha respeitosa consideração

(a) Oscar de Teffé

**A SUA EXCELLENCIA
O SENHOR DOUTOR OCTAVIO MANGABEIRA
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES** (Ofícios, Roma – 24/5/1927)

“Roma, 8 de maio de 1928.

**N.64
Relações italo-brasileiras**

Tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia recortes do ‘Giornale d’Italia’, desta capital, contendo uma interessante noticia sobre as relações economicas e commerciaes entre o Brasil e a Italia.

2. O articulista refere-se a um discurso pronunciado diante da colonia italiana em São Paulo pelo Embaixador Attlico e, em torno delle, borda varios commentarios que merecem ser levados ás vistas de Vossa Excellencia.

3. O embaixador italiano assignala em sua oração que a corrente emigratoria deste paiz dirigida ao Brasil cessou quase de golpe no principio deste seculo e que o numero de italianos actualmente existentes na Republica não vae alem de quatrocentos e cincoenta mil.

4. As relações economicas, commerciaes e financeiras entre as duas nações latinas não devem, porem, ser descuradas, estabelecendo este Governo novas repartições consulares em territorio brasileiro, com o encargo de procurarem desenvolver cada vez mais a expansão do commercio do Reino, bem como criando novas camaras de commercio e instituindo uma ‘consulta comercial’ junto a cada Consula, que deve ser composta de commerciantes e homens de negocio com interesses locais.

5. Tenho a honra de renovar a Vossa Excellencia os protestos de minha respeitosa consideração.

(a) Oscar de Teffé

**A SUA EXCELLENCIA
O SENHOR DOUTOR OCTAVIO MANGABEIRA
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES** (Ofícios, Roma – 8/5/1928)

A partir destes três exemplos, pode-se refletir sobre a importância desse tipo de fonte para nosso objetivo fundamental – analisar o processo de formação da etnicidade italiana em solo paulistano.

Nesses documentos, encontramos subsídios indiretos¹⁰⁸ para acompanhar os principais movimentos da diplomacia italiana. Entre os conteúdos dos ofícios, deparamo-nos inicialmente com a primeira reação das autoridades brasileiras frente aos atos do governo italiano para com o grupo migrante fixado em São Paulo, em específico, e no Brasil, de modo geral. Portanto, o farto material depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty coloca-nos frente aos principais movimentos das diplomacias dos dois países, no âmbito da intenção da nossa pesquisa de selecionar os mais significativos para nossos objetivos.

Para tanto, torna-se fundamental a fonte ser brasileira e não a italiana (origem natural para quem se propõe a analisar as ações políticas do governo italiano), pois nos conteúdos de tais documentos encontramos os atos efetivamente relevantes para o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália. Entendemos que nas palavras do embaixador está aquilo que seria fundamental para o relacionamento entre Brasil e Itália (do ponto de vista brasileiro), pois é natural que este, ao se reportar ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro, leve as demandas mais importantes,

¹⁰⁸ - Estas informações tornam-se indiretas para nossa pesquisa, por utilizarmos uma fonte brasileira para analisar atos e intenções do governo italiano.

selecionando aquelas que se relacionam diretamente com as diretrizes do governo a que representa em terras estrangeiras.

Partimos do princípio de que as ações de representantes diplomáticos têm um caráter intrínseco de seletividade, indo além da simples reação a demandas burocráticas, apesar das embaixadas exercerem também atividades de cunho cartorial, exercidas pelo corpo funcional da representação diplomática, pelas quais o embaixador é, em última instância, responsável. A seleção dos assuntos a serem tratados diretamente com o Ministro das Relações Exteriores leva em consideração uma perspectiva importante das atividades dos embaixadores, bem como as impressões pessoais do embaixador oriundas de sua proximidade física com a chefia de governo de um determinado país.

Entendemos que muitas ações da diplomacia, além do trabalho burocrático, advêm de encontros reservados do embaixador com chefes de governos, participações em eventos oficiais, recepções e banquetes, atividades que recheiam o cotidiano diplomático, por meio das quais o embaixador constrói toda uma rede de relacionamento pessoal que embasa sua atuação enquanto representante de um governo estrangeiro e a partir da qual constrói suas interpretações e análises, que serão oferecidas ao governo ao qual serve. Esta perspectiva do trabalho diplomático será ex-

pressa justamente nos Ofícios remetidos pelo embaixador, pessoalmente, ao ocupante da pasta das Relações Exteriores.

A partir destes princípios, foi definido que o Itamaraty, através de seu arquivo histórico, seria nossa fonte de pesquisa principal, escolha esta que se mostrará acertada no decorrer do trabalho de pesquisa, já que a consulta aos documentos demonstrou que a temática migratória era um dos centros do relacionamento diplomático entre os dois países, como exposto nos documentos citados.

Portanto, entre os temas tratados pelos representantes diplomáticos, o fenômeno migratório teria destaque, principalmente no que se refere às posições oficiais italianas sobre o assunto, transmitidas pelo embaixador ao ministro, acompanhadas do debate em torno de como os governos brasileiros deveriam se posicionar frente às ações e ao discurso da chancelaria italiana, órgão do governo italiano que tinha como um de seus objetivos primordiais atingir o grupo migrante fixado em terras brasileiras, como veremos no decorrer deste capítulo.

Podemos observar assim, através dessa fonte de dados, que iniciamos a construção de uma nova perspectiva analítica para as relações diplomáticas entre Brasil e Itália entre os anos de 1922 e 1935, perspectiva esta na qual as relações étnicas dentro do grupo migrante fixado no

Brasil eram entendidas e tratadas como primordiais para os objetivos italianos no Brasil. Importante demarcar que tal perspectiva está embasada no exame das ações da chancelaria italiana durante o período no qual - não só na península itálica - era estruturado um regime político totalitário.

No Brasil, essa forma de governo, como apontado no capítulo II, encontrava muita simpatia nas hostes governamentais, principalmente após a ascensão através da Revolução de 30 e a conseqüente consolidação do regime político de 30 de Getúlio Vargas nos anos posteriores. O encanto pelo regime fascista encontrado em muitas autoridades governamentais brasileiras, entre as quais muitas das que compunham o corpo diplomático brasileiro¹⁰⁹, também marcaria o relacionamento entre os dois países. Mas chamamos atenção para o fato de que, mesmo com admiração, quando a diplomacia italiana desenvolvia uma política no sentido de “conquistar corações e mentes”¹¹⁰ dos migrantes e seus descendentes, criava-se um mal-estar no relacionamento entre os dois países. De certa maneira, esse objetivo poderia ser encarado como uma forma de intervenção de uma potência estrangeira no processo assimilatório arquitetado pelas autoridades brasileiras. Portanto, a admiração nutrida pelo governo de Benito Mussolini encontraria um limite nas ações perpetuadas pela diplomacia italiana, já que a conquista do imaginário do grupo imigrante pelas idéias fascis-

¹⁰⁹ - Como exemplo dessa simpatia pelo regime fascista, podemos citar inúmeros Ofícios onde os embaixadores do período teciam elogios tanto ao regime fascista como ao seu líder supremo, Benito Mussolini, como podemos ver na epígrafe deste capítulo.

¹¹⁰ - Como podemos observar na análise dos eventos realizados na cidade de São Paulo, patrocinados diretamente pelo governo.

tas=italianas¹¹¹ poderia alterar os rumos traçados pela política étnica brasileira.

O aceite e a admiração pelo regime fascista entre as autoridades brasileiras estiveram muito centrados no modelo político centralizador do Estado e na conseqüente relativização da democracia representativa de bases liberais¹¹². A idéia de construção de uma ‘democracia corporativa’ agradava muito a Getúlio Vargas e seus colaboradores, que a viam como um possível alicerce para a construção de um novo regime político que colocasse um fim na política oligárquica a que a Revolução de 30 se opunha desde o início do movimento, ideal este que seria perseguido com afínco, principalmente após a estruturação do Estado Novo, num momento histórico imediatamente posterior ao nosso período de estudo (Carneiro, 1995 e Pandolfi, 1999).

Mas como já destacado anteriormente, essa admiração não representaria aquiescência à política externa italiana, no que se refere a construção de laços étnicos com os grupos fixados no Brasil, primeiro por aparentemente chocar-se com as políticas étnicas brasileiras calcadas

¹¹¹ - Importante lembrar a estreita relação criada pelo discurso fascista entre a idéia do regime de governo e a nacionalidade, expressa pelo binômio Itália=Fascismo, já discutido no Capítulo III.

¹¹² - Como tão bem demonstra Eric Hobsbawn (1995), a simpatia pelo regime fascista italiano não era exclusividade das autoridades brasileiras. Sem dúvida, podemos afirmar que, no final da década de 20, potencializado pela crise econômico-financeira mundial do início da década de 30, o modelo autoritário/totalitário do regime italiano exerceria certo fascínio em várias partes do mundo. Principalmente por se apresentar como alternativa ao modelo democrático-liberal na sustentação da sociedade capitalista, em contrapartida ao discurso revolucionário dos movimentos mais à esquerda no espectro ideológico.

num ideal assimilacionista¹¹³ e principalmente por apresentar-se como um meio para o governo italiano aproximar-se de seu objetivo principal na política externa : o de estruturar vias para a expansão imperialista italiana.

A análise deste mal-estar entre as relações Brasil e Itália trará pistas de como, de fato, o grupo migrante reagiu e se portou em relação ao “jogo étnico” perpetuado pelos dois países. Conflito de interesses aparecem claramente na documentação diplomática, pois nessa fonte encontramos muitas vezes análises, não só de políticas abstratas, mas da realidade do grupo fixado na cidade de São Paulo, fato que a torna importantíssima para leituras preocupadas com questões étnicas.

II – IMPERIALISMO E DIPLOMACIA; A ETNICIDADE COMO MEIO

Para iniciar a análise do mal-estar, comentado na seção anterior, refletiremos sobre a questão central emersa da leitura de nossa base documental – o desejo expansionista do reino italiano durante o domínio fascista e sua intenção de tutelar o fenômeno migratório e os grupos migrantes espalhados por várias localidades do mundo. Em seguida, demonstraremos o quanto esses objetivos não lograram êxito, ao não configurarem o grupo migrante como uma possível porta de entrada para a expansão italiana. Fato é que a política externa italiana criaria consequências inesperadas ao procurar insuflar sentimentos étnicos no grupo mi-

¹¹³ - Como demonstrado no capítulo II.

grante, os quais seriam utilizados como trunfo no contato com a sociedade receptora, devendo gerar uma ligação umbilical com a pátria italiana e, por conseguinte, com o regime fascista de Benito Mussolini.

Na esteira dessa reflexão, utilizaremos alguns pontos já levantados nesta tese, com o fito de analisar os documentos sobre o I^a Conferência Internacional de Emigração, realizada em 1924 em Roma¹¹⁴, acontecimento relevante para as relações diplomáticas entre Brasil e Itália, na fase inicial do governo de Benito Mussolini.

Esse evento realizou-se em Roma durante o mês de maio de 1924, tendo exigido muitas movimentações diplomáticas para sua organização. Pudemos inferir sua importância pela quantidade de correspondências trocadas entre o embaixador Oscar de Teffé e o ministro das Relações Exteriores, Sr. Félix Pacheco, acerca do assunto.

Dentro de nossa base documental estão registrados 17 ofícios que versam sobre tal evento, na sua maioria comunicações sobre seus preparativos, nos quais a Itália deixava transparecer a importância que lhe era atribuída no contexto de suas relações exteriores, devido à extrema relevância dada à conferência por suas autoridades. Outro indicio do valor desse evento para as mesmas autoridades diplomáticas é a produção de

¹¹⁴ - Como já esclarecido, esses documentos fazem parte do acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty.

um relatório de trabalho, preparado por Affonso Bandeira de Mello, sobre a atuação da delegação brasileira, remetido ao ministro das Relações Exteriores brasileiro, Félix Pacheco.

Um ponto a se destacar é que esse tipo de documento era excepcional na rotina do ministério e das representações diplomáticas, pois durante todo o período consultado há muito poucas referências a estudos mais aprofundados sobre quaisquer temáticas. Entre 1922 e 1935, somente em duas oportunidades encontramos no Arquivo Histórico do Itamaraty relatórios referidos explicitamente nos ofícios: a primeira referência desse tipo fora feita em relação à conferência realizada em Roma; a outra dizia respeito a um estudo sobre o comércio internacional italiano em 1934.

Um bom exemplo de como essa documentação é importante para nosso argumento pode ser vislumbrado na transcrição abaixo de um excerto das conclusões do representante brasileiro:

“Todas as propostas apresentadas pela delegação italiana, aparentemente de interesse geral, eram concebidas com arrière pensée e tinham por fim intervir nos negócios internos dos países de imigração.

O fim visado por essa política nacionalista, é manter sempre vivo nos Italianos que residem no estrangeiro o espírito da italianità, de maneira a neutralizar a acção absorvente dos países de imigração.

A Conferencia de Roma foi pois uma cilada hábilmente empresendida, para tomar de surpresa e envolver em compromissos simplesmente theoreticos¹¹⁵, os incautos delegados dos países de imigração.”

(Relatório I^a Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924)

¹¹⁵ - Grifo no original.

Affonso Bandeira de Mello, Deoclecio de Campos, Philomeno Padula e Octavio Tarquinio de Souza eram os representantes brasileiros enviados à mesma conferência, conforme ofício remetido em 26/06/1924 por Oscar de Teffé, onde este confirmava o recebimento do telegrama postado por Félix Pacheco, que comunicava a composição da delegação brasileira. Essas pessoas foram enviadas pelo governo brasileiro mais como observadores do que com poderes reais pois, como o próprio relatório ressaltava, o discurso italiano ressaltava o caráter técnico da conferência, onde as principais questões sobre políticas exteriores não seriam discutidas ou colocadas em xeque. Portanto, tinham por objetivo a reunião de subsídios para os governos partícipes tratarem de acordos bilaterais, em outros fóruns no futuro.

Um dos objetivos italianos era a criação de um organismo internacional que cuidasse da questão migratória mundial, principalmente no que se referisse ao fluxo originário da Europa para outros continentes, com especial atenção para a América, destino preferencial do fluxo europeu desde o século XIX. Para tanto, uma passagem do relatório depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty parece-nos bastante esclarecedora:

“Tendo sido dejoué o plano dos países de emigração, o Sr. De Michellis, presidente da Conferencia e chefe da delegação italiana, por vias indirectas, fez o delegado espanhol propor um projecto de resolução tendente á constituição de um Comitê de direcção com séde em Roma, na qualidade de organismo permanente de emigração, e bem assim a convocação de uma segunda Conferencia internacional de emi-

gração e imigração para 1927” (Relatório Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 15)¹¹⁶

O projeto de resolução que a delegação italiana intentava aprovar nessa conferência seria fruto de um acordo entre os países de emigração, costurado anos antes dentro de um organismo multilateral europeu fundado em 1921¹¹⁷. Naquele ano ocorrera, ainda na Itália pré-fascista, um encontro de países exportadores de mão de obra, com a finalidade de afinar as políticas emigratórias européias. Importante é destacar que, com a chegada de Benito Mussolini ao poder, o controle desse organismo, sediado na capital do reino italiano, seria um dos objetivos da política externa fascista, intenção essa que podemos vislumbrar no discurso do próprio Mussolini, citado na introdução do relatório de Affonso Bandeira de Mello:

“Ao presidir a primeira reunião, em Roma no Palácio Chigi, do Comitê Permanente, o Sr. Mussolini, presidente do Conselho e ministro das Relações Exteriores, pronunciou um discurso, em que, entre outras coisas, disse o seguinte:

‘Os países que se apresentam no jogo da economia mundial como países exportadores de trabalho, têm por essa mesma característica uma evidente comunhão de interesses não torna consciencia e vontade capazes de encontrar os instrumentos idoneos para defender os interesses de cada um, mediante uma tutela coordenada dos interesses de todos?

A Conferencia de Roma (1921) não tem sido obra falaz. Constantemente animada de um espirito de mutuo entendimento, a Conferencia foi uma revelação de que a solidariedade de interesses entre os países de emigração, não é só um facto, é tambem um sentimento. Hoje essa idéa tem no Comité (organismo multilateral) a sua expressão organica, isto é, o instrumento que a traduz em acção.

Os países que por privilegio da natureza, dispõem da materia prima, demosntraram saber defender energicamente os seus privilegios. Os

¹¹⁶ - Grifo do autor do relatório.

¹¹⁷ - Os governos participantes do encontro dos países de emigração ocorrido nesse ano e que originou o referido organismo multilateral foram: Áustria, Bulgária, Tchecoslováquia, Grécia, Polônia, Romênia, Iugoslávia e Hungria. Os governos da Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica, Portugal, Suécia e Noruega foram convidados, mas não enviaram representantes. Cf. *Relatório Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 1.*

paizes de emigração devem saber fazer outro tanto. Elles põem a sua riqueza de trabalho á disposição dos paizes que necessitam de mão de obra. Elles têm pois o direito de exigir que os seus nacionaes encontrem nos paizes de immigração um tratamento adequado á importância da contribuição que trazem ao desenvolvimento economico desses paizes. Ora, essa valorisação dos emigrantes será tanto maior quanto melhor fôr coordenada a acção dos diversos paizes de emigração.” (Relatório I^a Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 2)¹¹⁸

Através destas citações, pode-se entrever a elevada importância dada pelo governo fascista italiano ao fenômeno migratório e o quanto central era sua intenção de tutelar o fluxo migratório originário de sua península, garantindo para si o papel de líder mundial para assuntos relativos a movimentação populacional mundial, principalmente aquela originária do continente europeu. Algumas pistas merecem destaque.

Em primeiro lugar, surge o apoio incondicional para a continuidade e o fortalecimento desse organismo internacional sediado em território italiano, fundado a partir da política exterior do governo deposto pelo movimento liderado pelo *PNF*. Destacamos que a manutenção de políticas originárias de governos anteriores não seria comum no bojo de um movimento radical e ‘revolucionário’ como fora o fascista.

Esse apoio incondicional teria por objetivo futuro - como ficou explicitado na citação sobre a tentativa de aprovação de uma resolução na conferência de 1924 - a criação de um organismo multilateral de âmbito

¹¹⁸ - Grifo do autor do relatório.

global que se preocupasse com as questões migratórias mundiais, fórum que deveria ser liderado pela própria Itália, a qual assim reuniria tanto os países fornecedores de mão de obra como os receptores, já que, como o próprio Mussolini destacava, a questão migratória deveria ser discutida no âmbito desse mesmo órgão internacional, onde tanto os interesses dos países emigrantistas como os imigrantistas deveriam ter garantido espaço para debate e deliberações.

Outro ponto que merece ênfase é que, entre a chegada ao poder de Benito Mussolini e a realização da conferência de 1924, podemos inferir a partir das citações, uma intensa mobilização da política externa italiana em relação a seus vizinhos europeus, igualmente fontes de movimentos emigratórios, no sentido de construir certo consenso sobre o assunto, política exterior essa que começava a ser construída a partir do próprio líder supremo do movimento fascista, que assumira, além da chefia do governo do reino, a pasta das relações exteriores.

Sem dúvida muitas das ações preferenciais de Benito Mussolini situavam-se no plano externo. Como já foi destacado anteriormente e podemos comprovar ao acompanhar as notícias vindas da embaixada brasileira em Roma, nossos representantes diplomáticos chamavam a atenção, durante os momentos mais agudos do regime fascista, para a extrema

importância dada aos negócios internacionais ao dar relevo ao papel exercido pelo próprio *duce* na condução da política externa italiana.

Portanto, vemos que, no início de seu governo, Benito Mussolini ocupava a pasta ministerial das relações exteriores, posição que somente seria abandonada, segundo os documentos depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, em 1929, quando este concentrou o poder em suas mãos na chefia do governo italiano e empreendeu uma reforma ministerial¹¹⁹. A mesma pasta ministerial voltaria para o domínio pessoal de Benito Mussolini depois de outra reforma ministerial, ocorrida em janeiro de 1935, segundo anexo de ofício remetido em 28/1/1935.

Entendemos esses dois períodos em que o próprio *duce* comandou o Ministério dos Negócios Exteriores italiano como agudos para o regime fascista, pelos seguintes motivos: 1- primeiro período (1922/1929), pela radicalidade e violência das reformas implantadas pelo movimento fascista, pois que essa etapa engloba os anos iniciais do fascismo, fundamentais para o futuro e a conseqüente consolidação do regime (De Felice, 1966 e 1968); 2- as circunstâncias políticas que antecederam a invasão da Etiópia em 1935 e davam uma maior centralidade à condução da política exterior italiana.

¹¹⁹ - Cf. Ofícios, Roma – 21/9/1929.

Destacada a importância dada pelo governo fascista à realização da conferência de 1924, parece-nos importante expor a conclusão geral de Affonso Bandeira de Mello sobre os trabalhos ocorridos em Roma naquele ano:

“A presente moção tem em vista fazer de Roma, o centro da política mundial de emigração, cuja suprema orientação ficaria obrigatoriamente entre ao Sr. De Michelis, que representa no Comité a Italia, paiz da maior importancia emigratoria e portanto suspeito para servir de séde do Comité.

Semelhante instituição é inteiramente contraria aos interesses dos paizes de immigração, porque vem submeter o phenomeno de emigração á rigida disciplina de um systema de direcção que não póde praticamente dar resultados, em vista dos conflictos diplomaticos que eventualmente terá que suscitar. Outrosim, os paizes de immigração não tem nenhuma vantagem em que o phenomeno da emigração venha a ficar sujeito a um regimen de direcção e de contrôle, maxime em um paiz que é parte principal em uma questão que diz respeito á diferentes nações com interesse antagonicos.” (Relatório ¹²⁰ Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 16)¹²⁰

Como o próprio relatório pontua, a estratégia italiana de ser o centro do debate e das deliberações sobre o fenômeno migratório mundial, sem dúvida não se limitava a seus interesses econômicos mais imediatos. O próprio autor do relatório faz questão de ressaltar em seu texto o maior objetivo do governo Mussolini, para o qual dedica uma seção de relatório cujo texto passamos a transcrever, citação um tanto longa, mas que contém palavras fundamentais para os objetivos deste trabalho:

“O ESPIRITO DA ITALIANITÀ

Com o advento politico do Fascismo, que despertou, com tanta violencia, no povo italiano, o sentimento nacionalista, abafado pela desordem socialista post-bellem, foram as sociedades privadas italianas nos paizes estrangeiros utilizadas pelo Gabinete de Roma, como instrumento de politica fascista que pretende levar aos mais longi-

¹²⁰ - Grifo do autor do relatório.

quas regiões, onde existem nucleos de italianos, o sentimento da italianità, de maneira a manter sempre presente nos italianos de além mar e seus descendentes, a idéa da Patria italiana, os seus costumes e tradições, afim de preserval-os contra os elementos absorventes do meio em que vivem.

A Danti Alighieri, a Italiaca Gens, a Opera Bonomelli, são os principais elementos dessa politica nacionalista, poderosamente assistida pela acção dos consules e dos inspectores de emigração, que operam nos paizes de immigração. Foi instituido em Roma um Comité com o fim de oientar a actividade das delegações das colectividades italianas no estrangeiro, com séde em todos os paizes de immigração.

Essas entidades são apoiadas pelo Commissariado Geral de Emigração, que, com a criação do Instituto de Credito ao Trabalho Italiano no estrangeiro, completa o aparelhamento dessa politica de penetração nacionalista.

Em 1922 foi creado em S. Paulo, uma Sociedade Anonyma com o capital de 200 contos, equivalendo a mais de 700 liras, denominada "Cultura Italiana", com o escopo de diffundir com o livro, a cultura e a lingua italiana entre os italianos e os brasileiros.

O 'Centro Italiano de Instrusione' tem igual intento.

A sociedade Danti Aligheri está hoje ramificada em quase todo o Brasil, e possui uma bibliotheca de cerca de 25.000 volumes.

Eu não creio, entretanto, que essa politica nacionalista de além mar, possa neutralisar nos filhos de italianos a acção poderossissima e ubiqua dos elemntos absorventes do meio americano.

Não obstante, a campanha vigorosa desses agentes nacionalistas, os descendentes italianos, são bons e leaes brasileiros.

As theses relativas a acção das sociedades privadas apresentadas pela delegação italiana, á Conferência de Emigração, tinham em vista essa politica que se esforça por manter o espirito da Italianità, nos italianos de ultra mar." (Relatório Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 22/23)

Como podemos observar, havia uma preocupação na diplomacia brasileira em demonstrar que as questões 'técnicas' levantadas na conferência de 1924 escondiam outros objetivos. Tanto que o alerta acima exposto seria um dos pilares para as conclusões das recomendações ao governo brasileiro, tiradas pelos representantes brasileiros presentes à reunião. Nelas podemos perceber o desestímulo em aceitar as resoluções da conferência, já que os países de imigração (caso brasileiro) foram 'surpreendidos' por propostas já acertadas pelos países emigrantistas antes da reunião em Roma. Nessas mesmas propostas, como podemos constatar

com a leitura da íntegra desse relatório, os países de emigração liderados pela Itália de Mussolini pretendiam aprovar princípios que norteariam as relações diplomáticas e o direito internacional sobre o fenômeno migratório mundial nos quais, sem dúvida, os países fornecedores de mão de obra teriam preponderância sobre os países receptores (como pudemos constatar em todo o relatório da delegação brasileira). Tal fato certamente terminou por gerar certa tensão entre os países participantes da conferência, já que os países de imigração não referendaram as teses colocadas pelos países de emigração.

O mesmo mal-estar perdurou no período posterior à conferência, pois a intenção italiana de organizar uma segunda edição do encontro em 1927 (intenção que seria modificada posteriormente para 1928), com sede num país receptor de migrantes¹²¹, culminou com a não realização desse segundo evento, devido à atuação de países que, como o Brasil, não viam interesse nesse tipo de conferência.

Em nossa documentação, fica muito claro o boicote brasileiro em dar prosseguimento às discussões iniciadas com a Conferência de Roma nos termos ditados pela Itália, pois nos anos posteriores encontramos uma série de comunicações entre a embaixada de Roma e o Ministério das Relações Exteriores, muitas vezes forçadas pelas autoridades italianas e

¹²¹ - A proposta inicial era de que essa segunda edição fosse sediada em Havana, Cuba.

pelo próprio Benito Mussolini, sobre a continuidade das negociações para a constituição, de fato, de um organismo multilateral de caráter global em torno da questão migratória. Mas a posição do governo brasileiro sempre foi de boicotar tais iniciativas do governo Mussolini, o que causava grande irritação em autoridades italianas como, por exemplo, o Sr. De Michelis, que tentava de todas as maneiras lograr êxito na realização da segunda conferência, levando conversações que quase levaram a termo essa intenção do governo fascista¹²².

Com isso, pudemos acercar-nos da maneira com que a Itália fascista começava a constituir sua política externa em relação aos países que mantinham grupos migrantes originários da península itálica em seu território, destacando a posição primordial que o fenômeno migratório ocupava dentro das relações exteriores italianas, no geral, a qual ganhará maior destaque quando analisamos as relações bilaterais Itália/Brasil.

III. A 'GESTÃO POPULACIONAL' COMO QUESTÃO DIPLOMÁTICA

O centro do argumento deste capítulo ancora-se na idéia de que, no período estudado (1922/1935), as relações exteriores entre Brasil e Itália constituíram-se em torno de um problema aparentemente insolú-

¹²² - A segunda edição dessa conferência quase aconteceu em Havana, em 1928, mas o boicote de vários governos, entre eles o do Brasil, impediram sua realização. Como pudemos observar em ofícios remetidos pela embaixada brasileira em agosto de 1927 e 1928, o Brasil recusava-se a colaborar com a organização do evento, sonogando contribuições à ordem do dia, como era solicitado pelo comitê organizador, presidido pelo Sr. De Michelis. (Ofícios - Roma, 28/8/1927 e 28/2/1928)

vel. De um lado haveria uma necessidade intrínseca, segundo o ponto de vista do governo italiano, de criar e consolidar laços étnicos com os grupos migrantes fixados em território brasileiro¹²³, onde sem dúvida a cidade de São Paulo teria destaque. Por outro lado, a posição brasileira criava resistência às políticas italianas ao perpetuar a consolidação da nacionalidade brasileira, principalmente durante o governo Vargas, segundo o ponto de vista no qual os migrantes italianos teriam uma posição de destaque nesse processo, como já foi demonstrado no capítulo II deste trabalho.

Essa contradição tornou-se ainda mais acirrada quando os diplomatas demonstraram ao governo brasileiro os objetivos de longo prazo das ações da chancelaria do governo de Benito Mussolini. Muitos relatos de nossa diplomacia sobre as questões políticas italianas (internas e, principalmente, externas) demonstravam que o regime fascista, por trás de sua política étnica voltada para a diáspora, tinha objetivos maiores e mais pretensiosos. Os embaixadores brasileiros declaravam que a política externa italiana era permeada por um objetivo de longo prazo que deveria preocupar o governo brasileiro, do qual já demos um breve exemplo na epígrafe deste capítulo : ou seja, a necessidade expansionista da península itálica.

Dentro dos objetivos deste trabalho, queremos explicitar, como questão central deste capítulo final, o lugar dos grupos migrantes dentro

¹²³ - Dentro desses objetivos, os eventos analisados no capítulo III são de fundamental importância.

desses objetivos expansionistas. Para tanto, buscamos em nossa documentação material para alicerçar este argumento e no qual pudemos constatar a importância dada pelas autoridades diplomáticas e governamentais italianas daquele período à colaboração dos grupos migrantes espalhados pelo mundo, para satisfazer a necessidade ‘natural’ de expansão do reino de Vittorio Emanuele III.

Parece-nos bastante significativo que, já em abril de 1923, portanto, somente cinco meses após a insurreição fascista de novembro de 1922, o embaixador brasileiro em Roma, Sr. Oscar de Teffé, tenha remetido ao ministro Felix Pacheco recortes do periódico ‘*Messagero*’ com discursos de Mussolini sobre o problema da expansão italiana (Ofícios, Roma – 16/4/1923).

Em nossa base documental foram selecionadas diversas análises sobre as posições da chancelaria italiana¹²⁴, entre as quais aquela em que o governo italiano reivindicava seu ‘direito natural’ à expansão territorial. Entendemos que, em todas as grandes questões colocadas pela chancelaria italiana durante o período estudado, essa problemática era de alguma forma citada e colocada como o objetivo final das ações diplomáticas do reino italiano. Dentre essas ações, gostaríamos de pontuar seus macrotemas, tratados no plano internacional pelo corpo diplomático italiano no

¹²⁴ - Os documentos selecionados sobre essa temática estão reunidos em nosso banco de dados sob a palavra-chave ‘POLÍTICA ITALIANA’.

período de nosso estudo: 1) a frustração italiana com os armistícios que cessaram a Iª Guerra Mundial (Hobsbawn, 1995); 2) as questões relativas ao problema migratório travadas, principalmente, com os países do Cone Sul (Seitenfus, 1990); 3) o relacionamento com as outras grandes potências européias, no que se refere a pretensões territoriais (Cervo, 1992).

Pelos documentos selecionados, vemos que as autoridades italianas enfatizavam o problema migratório italiano, fundindo-o com a questão expansionista através de análises demográficas sobre a realidade italiana. Bom exemplo das bases desse discurso encontramos nas palavras de próprio Benito Mussolini, transcritas por um jornal de Bologna¹²⁵ em abril de 1923:

“O honorável Mussolini, respondendo ao discurso do Diretor da Escola Nacional Feminina ‘Carlo Tenca’ em Milão, observou: ‘Dizem que o problema da emigração foi deixado sem solução, não se definindo entre o bem e o mal: a emigração é boníssima. Porque quando se debate suas máximas colocam-se a discutir o infinito sem chegar-se a uma conclusão. Boa ou má que seja, a emigração é uma necessidade fisiológica do povo italiano.’ (Anexo, Ofícios, Roma – 16/04/1923)¹²⁶

A partir dessas palavras, ressaltamos o quanto a noção de ***‘gestão populacional’***, demonstrada no capítulo II, é fundamental para compreendermos o relacionamento diplomático entre os dois países durante os anos 20 e 30 e, principalmente, a contradição entre os objetivos dos

¹²⁵ - Infelizmente não foi possível precisar a fonte deste documento,; a citação foi retirada de um recorte de jornal anexo ao ofício, mas na notícia não há nenhuma referência além da data (10/4) e cidade do periódico. Mas, apesar dessa imprecisão, ponderamos que o valor do conteúdo era muito pertinente para nosso argumento para ser suprimido.

¹²⁶ - Tradução livre do autor.

dois países em relação ao grupo migrante italiano fixado em terras brasileiras.

Como ficou claro, a questão migratória no período era entendida através de uma aspiração, por parte das autoridades brasileiras, de construir políticas públicas para controlar a miscigenação e a construção de nossa nacionalidade¹²⁷, na qual o fenômeno migratório seria elemento fundamental (o migrante italiano tinha enorme destaque neste contexto por ser aquele que mais se aproximava 'racial e culturalmente' do tipo utópico forjado pelas elites brasileiras).

Ao cruzarmos esta visão sobre a construção do fenômeno migratório no Brasil¹²⁸ com o discurso preconizado pelas autoridades fascistas e reiterado inúmeras vezes por Benito Mussolini (1934), a idéia de '**gestão populacional**' assume destaque nesse embate de palavras, pois em cada lado do Atlântico as autoridades viam o fenômeno migratório como algo possível de ser tutelado pela ação estatal, como de fato o foi, tanto pelas autoridades brasileiras que construíram todo um aparato para incrementar o fluxo migratório (Trento, 1988; Alvim, 1986 entre outros), como por atos governamentais italianos que ora inibiam a saída de migrantes

¹²⁷ - Como vimos no capítulo II, antes da ascensão de Vargas ao poder, a idéia de tutela estatal para o processo de criação e consolidação da nacionalidade brasileira era, ainda, muito marcada pelo debate racial iniciado no final do século XIX. Com a Revolução de 30 e o desenrolar do governo Vargas, esse debate racial começa a ser deixado de lado para se transformar num discurso, assumido claramente durante o Estado Novo, onde as questões culturais assumiriam centralidade.

¹²⁸ - Vide capítulo II.

com destino aos portos brasileiros¹²⁹, ora tinham a intenção de agir diretamente sobre os grupo migrantes fixados em terras estrangeiras.

Importante é ressaltar neste ponto de nosso argumento, suscitado a partir de nossos dados de pesquisa, uma questão já discutida no capítulo I deste trabalho, gerada na leitura da obra de Abdelmalek Sayad (1999). O fenômeno migratório é uma questão que necessariamente leva os pesquisadores a refletirem sobre as relações entre Estados Nacionais. Sem dúvida, a leitura de “*A Imigração*” (Sayad, 1999) pontua o quanto o fenômeno migratório não é a somatória de trajetórias individuais¹³⁰, com os indivíduos fazendo parte de uma conjuntura na qual seus interesses e vontades particulares pouco contam. Essa obra revela como as migrações¹³¹ são fenômenos essencialmente coletivos, em que as relações entre Estados-Nações são fundamentais para o entendimento de todas as suas implicações, com os indivíduos que as integram com pouco (ou nenhum) espaço de escolha ou de expressão de seus interesses e vontades particulares.

Este ponto, retirado da obra do sociólogo argelino radicado na França, colabora para nossa visão sobre as relações diplomáticas entre

¹²⁹ - Como aconteceu em 1902, antes de nosso período de estudo, com o decreto Pinettri.

¹³⁰ - O fenômeno migratório como fruto da somatória de trajetórias individuais é uma visão muito atrelada ao senso comum, reiterada muitas vezes por meios de comunicação de massa (cinema e televisão), onde o migrante é intimamente relacionado ao tipo aventureiro e desbravador que busca novos horizontes e uma vida ‘cosmopolita’, longe do tradicionalismo das sociedades de origem.

¹³¹ - Definidas por Sayad como um ‘Fato Social Total’ (Sayad, 1999:16).

Brasil e Itália no período estudado, além de reforçar a escolha metodológica do Arquivo Histórico do Itamaraty como fonte de pesquisa. As relações diplomáticas entre Brasil e Itália criavam uma conjuntura onde os interesses nacionais se sobrepunham aos problemas e dilemas enfrentados pelos indivíduos participantes do fluxo migratório.

De um lado, o Brasil entendia a massa populacional representada pelos migrantes italianos como um importante elemento para cristalizar uma velha utopia de suas elites, com o Estado como agente tutelar do fenômeno migratório agindo no sentido de, a partir dos migrantes (com todas suas implicações sociais, políticas e culturais), consolidar aquilo que era entendido como *'espírito nacional'* (Seyferth, 1999). De outro, a Itália, passava por momentos decisivos e dramáticos de sua história e via nessa mesma massa populacional também um elemento fundamental para sua política externa, ao considerar os migrantes como possíveis agentes expansionistas do reino italiano. Em outras palavras, naquele momento histórico o que estava em jogo não eram os interesses individuais dos migrantes, mas os interesses coletivos de dois Estados-Nações, fato que, sem dúvida, aumenta a importância da análise das relações diplomáticas entre Brasil e Itália.

Portanto, vemos nesse período um embate no campo diplomático entre os dois países pelo direito de tutelar o fluxo migratório e, mais

tarde, o relacionamento entre o grupo migrante e a sociedade receptora. Um bom indício de que a questão central dessas relações diplomáticas era justamente o fluxo migratório aparece-nos com a leitura da totalidade de nossa base documental¹³². Num balanço temático, apontamos para duas questões tratadas pelo corpo diplomático dos dois países no período: o comércio bilateral (com o café sendo o centro das atenções, como era de se esperar) e a questão migratória, tal como podemos observar nas afirmações contidas num relatório sobre o problema migratório:

“Uma vez que a Italia se recusa a nos fornecer emigrantes e que o nosso commercio com a Peninsula é relativamente insignificante, fóra dessas duas actividades, as nossas relações com a Italia, tornam-se necessariamente pouco interessantes, limitando-se á simples relações de cortesia diplomatica.” (Relatório Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração, Roma, 18/12/1924, pp. 20)

Em março de 1923, por exemplo, o embaixador Oscar de Teffé, que acabara de assumir a embaixada em janeiro, remetia para o Ministro Felix Pacheco, em um documento reservado, cópia de um longo ofício (nove páginas) enviado em 10 de fevereiro daquele ano para o Presidente do Estado de São Paulo – Washington Luís. O teor desse documento é um balanço sobre a questão migratória entre Brasil e Itália, no qual encontramos pistas da importância da questão para os dois governos.

No documento citado, o embaixador expõe sua posição sobre a possibilidade de São Paulo assinar uma convenção sobre a questão migra-

¹³² - Esta afirmação é válida tanto para o nosso banco de dados que reúne 615 ofícios no período entre 1922 e 1935, como para todos os ofícios enviados pela representação de Roma nesse período, que, como foi exposto, foram lidos na sua íntegra para a composição de nossa base documental.

tória com a Itália e afirma que, naquele país, a visão sobre o Brasil e São Paulo em específico, era um tanto distorcida. Alegava que essas distorções deviam-se a publicações na imprensa italiana de matérias que denegriam a imagem do Brasil. Chama ainda a atenção de Washington Luís para o fato de que o governo italiano tinha a convicção de que a migração italiana era uma necessidade fundamental para o Brasil, afirmando:

“É necessário, portanto, fazer notar á Itália que o Brasil conhece também das suas necessidades e sabe avaliá-las, medil-as e estabelecer o gráo de utilidade para o Brasil e a proporcional de necessidade para a Italia da emigração e reduzir á formula do velho direito do ut des¹³³ as negociações a respeito.(...)

(...)É preciso destruir, de uma vez, o preconceito que fez corrente e tem fôros de axioma na imprensa e até no Parlamento, de que o Brasil não pode prescindir da emigração italiana. Desejamol-a, é certo, por que ella se nos afigura de utilidade; ella não é, entretanto indispensavel como se propala, se apregoa a titulo de propaganda...de má propaganda. É isso que se deve dizer aqui e tão somente isso.” (Ofícios, Roma – 27/3/1923:5)

Para nossos fins, neste documento temos importante indício da seriedade com que o fenômeno migratório era entendido pelo governo de Benito Mussolini. Oscar de Teffé chamava a atenção para o fato de que o próprio duce havia redigido uma contraproposta sobre o tratado entre São Paulo e o reino italiano, ao afirmar:

“De facto em 23 de Janeiro eu remettia a Vossa Excellencia a contra-proposta italiana sobre o caso da emigração e essa contra-proposta era de auctoria, como já tive occasião de declarar no officio anterior, do Presidente Mussolini.

Essa contra-proposta era por sua vez uma reforma – reforma do prejecto que, então, se discutia ainda e de accordo com ella as antigas negociações ficavam destituidas de qualquer valor ou fundamento, pois o Senhor Presidente Mussolini, depois de ter ouvido os combatentes fascistas, que tinham estado no Brasil, resolvia dar outra orientação ao caso da emigração, tractal-a directamente, subordinando-a ás ideas contidas na contra-proposta que tive a honra de

¹³³ - Expressão latina utilizada pelo direito internacional que significa: “Dou para que tu dê.” Norma de contrato oneroso bilateral (Michaelis, 2003).

remetter, em dois exemplares, a Vossa Excellencia, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores.” (Ofícios, Roma – 27/3/1923:3)

Como podemos notar, Benito Mussolini, logo nos primeiros meses de seu governo - período ainda conturbado politicamente (De Felice, 1966) como devemos esperar de um governo que ascende ao poder através de um golpe de Estado¹³⁴ - volta suas atenções pessoais para o problema migratório italiano. Nesse mesmo documento, o embaixador brasileiro em Roma enfatiza as primeiras reformas na estrutura administrativa do Estado italiano que reforçam a importância dada pelo novo governo ao problema migratório, ao apontar:

“De facto, o Senhor Ministro Mussolini, que havia submettido a uma reforma geral a administração do Reino, subordinara o Commissariado da Emigração – até então ente autonomo da sua administração – ao Ministerio do Exterior, nomeara sub-commissario de Emigração o deputado fascista Dino Grandi e avocara as questões pendentes de solução, nesse departamento.” (Ofícios, Roma – 27/3/1923:2-3)

Podemos vislumbrar nestes excertos a importância da questão migratória para o governo fascista pois, já em seus primeiros passos como chefe de governo, Mussolini dava atenção especial ao problema. De próprio punho, refazia as bases de um futuro acordo com um dos destinos mais procurados pelos migrantes italianos. E pelas palavras do representante brasileiro, o governo fascista pretendia firmar um acordo onde o controle do fluxo ficaria a cargo da Itália; podemos até afirmar, a partir do próprio discurso de Benito Mussolini, que essas prerrogativas num possível acordo

¹³⁴ - Golpe político que nascera dentro de um discurso revolucionário, o qual pregava mudanças radicais na estrutura do Estado italiano, mas que defendia que, antes das mudanças radicais, seria necessário um longo período de luta pela hegemonia política em toda península italiana (De Felice, 1965 e 1966).

deveriam servir aos objetivos demográficos da península Itálica e sua necessidade 'natural' de expansão¹³⁵. Importante ainda é destacar que esse controle seria exercido pelo Ministério dos Negócios Exteriores, ao subordinar o Comissariado da Emigração a essa pasta ministerial, exercida pessoalmente por Benito Mussolini, como veremos mais adiante neste capítulo.

Parece-nos clara, portanto, a intenção de Mussolini em tutelar o fenômeno migratório e, como podemos ver, essa mesma intenção chocava-se com os interesses brasileiros que, naquele momento histórico - início da década de 20 - ainda tinha por uma de suas finalidades a atração de migrantes ao país. Em busca de maior precisão histórica, bem como de mais significado para as palavras do embaixador Oscar de Teffé, o governo federal brasileiro¹³⁶ daria apoio aos interesses de uma de suas unidades federativas - São Paulo - de perpetuar o fluxo migratório iniciado ainda em meados do século XIX, para lastrear com o braço migrante a monocultura cafeeira.

São Paulo, que em 1923 ostentava o status de principal estado da federação dentro da política oligárquica característica da Iª República, devido à centralidade da lavoura cafeeira na economia nacional, buscava

¹³⁵ - Por ora, ainda no sentido meramente demográfico. Porém, com o passar do tempo, o próprio governo fascista deixaria claro em seus discursos que essa expansão deveria assumir cunho imperialista.

¹³⁶ - Através da pasta das Relações Exteriores e o conseqüente apoio do corpo diplomático subordinado ao ministério.

alternativas ao braço migrante europeu, que já rareava no porto de Santos. Como bem sabemos, o braço migrante era fundamental para a perpetuação do modelo econômico agroexportador que alçara São Paulo ao posto de unidade federativa mais rica e influente, desde pelo menos a virada do século (Dean, 1971; Cano, 1983; Hall, 1979 e 1989 entre outros). No início da década de 20, os interesses de São Paulo pelo braço migrante europeu começam a encontrar obstáculos no sentido de manter o ritmo do fluxo migratório, fato que emerge também na análise das informações selecionados em nossa base documental.

A Europa - e nela, a Itália em especial - já não disponibilizava mão de obra para o fluxo migratório como o fizera nas décadas anteriores. Tal escassez pode ser melhor compreendida quando constatamos, no início da década de 20, a consolidação das intenções de tutelar as saídas de massas populacionais por parte dos governos europeus, cujo exemplo de maior calibre é o italiano. Esse contexto obrigava São Paulo a buscar outras origens para seu fluxo migratório (Sakurai, 2000), justamente naquele período em que Mussolini começava a arquitetar novas bases para a questão em relação ao Brasil, alicerces esses, que sem dúvida, expandir-se-iam para além de questões meramente demográficas.

IV. CIÊNCIA E CULTURA – A CONSTRUÇÃO DO FASCISMO DIFUSO

“Psicologia do imigrante

A comunidade italiana, quase sem exceção, foi submetida à constante influência da propaganda fascista. A maioria dos italianos foi atraída, porém, não tanto pela ideologia fascista, mas pelo apelo patriótico que foi metodicamente, organizado pelas autoridades consulares, os agentes fascistas etc. A resistência que o fascismo encontrou no início foi sendo, pouco a pouco vencida e a comunidade terminou por identificar, na sua quase totalidade, a Itália e o regime, no que foi induzida pelo que podemos chamar de ‘psicologia do imigrante’. Frequentemente, os próprios companheiros de trabalho dos imigrantes os chamam de nomes que indicam sua nacionalidade: Miguel, o húngaro, José, o espanhol, Nicola, o italiano etc. (...) Conseqüentemente, o italiano é constantemente julgado de acordo com a situação de seu país, o que ocorre também com o espanhol, o português, o russo, etc... O italiano do Brasil foi, por longo tempo, o ‘caramano’ um termo pejorativo cuja origem foi impossível de ser traçada. Ele também era chamado (no interior do estado) de ‘mameluco’, termo que é usado tanto para pessoas mestiças como para aqueles italianos do sul da Itália que tem pele escura (...)

Depois do advento do fascismo, graças à organização de uma potente máquina de propaganda, favorecida pelo ambiente brasileiro, o valor da raça impressionou o Brasil (...) e os brasileiros estavam inclinados a acreditar nos slogans fascistas de ‘milhões de baionetas’ e de ‘aviões escurecendo o céu’. O vôo transatlântico de Balbo foi considerado uma prova disso e levantou entusiasmo nos brasileiros e orgulho nos italianos. Esse entusiasmo se transformou em histeria quando do ‘desafio italiano à 52 países’ e quando a imprensa começou a falar da derrota da Inglaterra por Mussolini, da conquista da Etiópia e da transformação do Rei da Itália em Imperador. Foi então que o ‘caramano’ passou a caminhar pelas ruas de São Paulo e pelos cafezais e terreiros do interior se sentindo o mais importante imigrante no Brasil. Os portugueses, os espanhóis, os alemães, os japoneses, eram nada em comparação a ele... Dessa maneira, a colônia foi unida, o antifascismo reduzido ao silêncio e o amor e a gratidão à Itália foram tristemente confundidos com amor e gratidão ao fascismo.

Isto é, em resumo, a quase uniforme história da comunidade italiana do Brasil. Não é assim espantoso que, não obstante a repugnância pela aliança com a Alemanha, não obstante a vergonhosa intervenção de 1940, não obstante as derrotas, o desapontamento e, finalmente, o espectro da catástrofe, a comunidade italiana continue mostrando, ainda, sinais de intoxicação fascista.” (apud Bertonha, 1998:227)

O texto acima, retirado de arquivos norte-americanos¹³⁷, é utilizado por Bertonha (1998) para exemplificar, entre inúmeras citações de documentos brasileiros, italianos e norte-americanos, como o grupo migrante italiano fixado em São Paulo de certa maneira aderiu ao fascismo. Em seu trabalho, o autor cria o conceito de *fascismo difuso* para definir o grau de adesão ao regime de Benito Mussolini e para medir o quão eficaz foi a propaganda fascista em solo paulistano.

Nesta definição, Bertonha (1998) deixa claro que o fascismo fora muito popular em São Paulo, principalmente a partir de meados da década de 30, quando o reino italiano deu seus primeiros passos em direção à sua expansão, ‘adesão ideológica’ essa que ganhou maior expressão a partir da invasão da Absínia, por este ato de guerra ser a primeira ação concreta do reino italiano em direção à prática expansionista tão anunciada pelo discurso fascista, criador da idéia de uma península itálica forte e poderosa, capaz de rivalizar com as grandes potências do período.

Bertonha (1998) deixa claro o quanto essa popularidade não deve ser entendida numa conversão ideológica total do grupo migrante ao fascismo, relativizando-a a uma simpatia ao regime, algo que não se converteria, de forma alguma, em massas de camisas negras desfilando pela

¹³⁷ - National Archives at College Park / Records of the Office of War Information, RG 208, 208/350/71/12/34, Box 437, relatório “The Italian Community of Campinas” de 23/6/1943.

cidade de São Paulo¹³⁸, fato que desgostaria profundamente as autoridades diplomáticas e governamentais italianas, que haviam arquitetado a conquista de corações e mentes descritas no capítulo anterior com objetivos de criar uma massa de migrantes fiéis ao regime fascista e não um sentimento difuso, que não representava a tão sonhada fascistização da diáspora.

As conclusões elaboradas a partir da análise de nosso material de pesquisa, sem dúvida, apontam para o mesmo sentido. O nível de adesão ao fascismo pelo grupo migrante fixado no Brasil, e em São Paulo em especial, por um lado significava um campo fértil para as autoridades italianas conseguirem abafar o discurso dos grupos anti-fascistas no seio do grupo maior; por outro, não significava uma adesão incondicional ao regime de Benito Mussolini, como desejavam essas mesmas autoridades, que tinham por objetivo final, como demonstram as passagens citadas, sua consubstanciação em uma porta de entrada para as pretensões expansionistas italianas.

Entendemos que Bertonha (1998) constata uma realidade para o grupo fixado no Brasil, mas não avança na discussão das razões para a construção do denominado '*fascismo difuso*'. Para tanto, afirmamos que

¹³⁸ - Conforme alguns relatos encontrados em toda nossa base documental, a utilização de camisas negras ao estilo dos fascistas italianos restringir-se-ia a algumas manifestações e eventos internos ao grupo migrante e não se estenderia a episódios significativos a toda sociedade paulistana, limitada ainda ao pequeno número de participantes desses eventos.

uma compreensão mais ampliada dessas razões, necessariamente, devem levar em conta o contexto brasileiro e como as relações sociais de bases étnicas eram aqui manejadas. Com isso, poderemos aproximar-nos dos motivos que impediram a popularidade do regime fascista de se converter na fascistização¹³⁹ do grupo migrante como um todo.

Esta tese tenta avançar em relação a essa mesma questão, ao colaborar para o debate em torno do processo de construção do *fascismo difuso*¹⁴⁰, pois cria um novo prisma para a reflexão desse fenômeno social. Essa nova perspectiva convida às pesquisas em torno dessa questão a levarem em consideração as relações étnicas entre grupos migrantes e sociedade brasileira, no geral, e paulistana, em específico, como eixo estruturante para suas conclusões. E realiza este objetivo ao propor que as pesquisas abandonem análises exclusivamente políticas ou, mais precisamente, convida-as a entenderem relações políticas de forma mais ampliada, de maneira que no seu bojo haja espaço para a etnicidade como um de seus elementos, principalmente dentro do contexto migratório pois, como resalta Abdelmalek Sayad (1999), nessa conjuntura, as pesquisas devem contar com análises multidisciplinares, devido ao seu caráter intrínseco de fato social total (Sayad, 1999).

¹³⁹ - Como o próprio autor aponta, o nível de adesão ao fascismo pelo grupo migrante fixado no Brasil por um lado significou um campo fértil para que autoridades italianas conseguissem abafar o discurso dos grupos anti-fascistas no seio do grupo, mas por outro não significou uma adesão incondicional ao regime de Benito Mussolini, como desejam estas mesmas autoridades.

¹⁴⁰ - Sentimento que colaborava com a construção da etnicidade italiana em solo brasileiro e paulistano.

Portanto, para compreendermos as razões para a construção do *fascismo difuso* em São Paulo, devemos, necessariamente, refletir sobre as peculiaridades dadas pelas circunstâncias históricas do grupo migrante na sua relação com a sociedade paulistana. Outro ponto de análise fundamental deve envolver o significado do *fascismo difuso* para o próprio grupo migrante e não somente a verificação da realização das pretensões do governo italiano de Benito Mussolini de uma aceitação total do regime fascista pelo grupo e da possibilidade deste tornar-se assim uma ‘*porta de entrada*’ para o expansionismo italiano.

Os dados levantados em nossa pesquisa nos levam a considerar que o *fascismo difuso* era a parte visível de um processo mais profundo : a construção da etnicidade italiana. Como podemos constatar na citação da fonte norte-americana, o que mais chamava atenção do observador era o caráter da admiração do grupo migrante para com o regime fascista, admiração essa que representava, na verdade, a primeira oportunidade histórica dos integrantes do grupo migrante de se orgulharem de suas origens étnicas.

Arriscar-nos-íamos a ir mais além. O fascismo possibilitava pela primeira vez aos migrantes reconhecerem suas origens no estado nacional italiano, pois até então sua relação com a nação italiana era-lhes

imputada pela sociedade receptora e não por meio de ligações étnicas com a Itália, a qual provavelmente fora muitas vezes rejeitada pelos membros do grupo até a emergência do fascismo. O 'italiano', até aquele momento histórico, só surgira no discurso dos arquitetos do fluxo migratório dentro do debate intelectual sobre a seleção dos tipos ideais para entrarem em território brasileiro, ou ainda no cotidiano dos membros do grupo, através do preconceito que ligava o 'italiano' à pobreza, à insalubridade e à proliferação dos cortiços típicos dos bairros operários.

Importante se faz demarcar que o *fascismo difuso* é entendido neste tese como fruto da utilização instrumental do regime de Benito Mussolini pelo grupo migrante fixado no Brasil e em São Paulo, mais especificamente. Pois no âmbito de uma sociedade como a paulistana das décadas de 20 e 30 do século XX, sentimentos étnicos de pertença eram fundamentais para migrantes e seus descendentes¹⁴¹, e o grupo originário da península itálica perceberia a propaganda fascista e as ações da diplomacia italiana em território brasileiro¹⁴² como uma ótima e primeira oportunidade de serem reconhecidos de maneira positiva como um 'grupo homogêneo'. Portanto, o fascismo seria utilizado segundo os interesses do grupo migrante dentro da sociedade paulistana e brasileira, e não do modo como as

¹⁴¹ - Essa importância foi demonstrada no capítulo II desta tese.

¹⁴² - Ações como o patrocínio e a organização de eventos onde a Itália e a italianidade eram ao mesmo tempo construídas e reforçadas, como aqueles descritos no capítulo III.

autoridades italianas haviam arquitetado em seus gabinetes governamentais e diplomáticos.

Como bem demonstra a passagem no início desta seção, o regime fascista configurava-se como a primeira oportunidade do migrante reconhecer sua etnicidade baseada num estado que este (ou seus antepassados) não conhecera em toda a sua plenitude¹⁴³, como podemos ver em Santos (2002), ao examinar o processo de construção da etnicidade em Caxias do Sul:

É importante notar que a Unificação Italiana, ocorreu apenas alguns anos antes da grande imigração para o Brasil, e que não foi de modo algum consensual e nem um movimento único pelo contrário, a Unificação acontece em 1861, mas Veneza é anexada em 1866, Roma em 1870, a região de Trento só foi incorporada a Itália Unificada após a 1ª Guerra Mundial em 1919 e a questão dos Estados Pontifícios arrastou-se por décadas, sendo resolvida apenas em 1929 com a assinatura do Tratado de Latrão, já no governo fascista.

Esta questão aliás, ajuda a entender porque estes imigrantes não se definiam inicialmente como italianos, pois nesta época ser à favor da unificação era ser contra a igreja católica. Em Caxias, existem vários relatos de agressões aos sacerdotes que atendiam a colônia feitas por carbonários¹⁴⁴ e maçons. Não foi à toa que D'Azeglio, um dos mentores da unificação, afirmou: "Nós fizemos a Itália: agora temos que fazer os italianos". (Santos, 2002:2)

Com isso, devemos colocar como questão política central para o regime fascista, a consolidação do processo de 'invenção' (Hobsbawn, 1984) da nação, no qual a criação de laços étnicos de pertença são fundamentais para seus habitantes (fixados ou não em território italiano)¹⁴⁵. Po-

¹⁴³ - Importante lembrarmos que o auge do fluxo migratório entre Itália e Brasil ocorrera durante o processo de unificação política da península itálica.

¹⁴⁴ Carbonários - revolucionários radicais-democráticos do Sul da Itália

¹⁴⁵ - Para o grupo não fixado em território italiano o sentimento étnico de pertença não necessariamente atingiria os objetivos das autoridades italianas, pois, no contexto migratório, esse tipo de

demos até mesmo arriscar-nos a dizer que, antes de pensar numa possível expansão imperialista, a grande obra de Mussolini seria a solidificação desse processo, no qual a diáspora teria um papel primordial. Pois como estruturar um império a partir de um país ainda não consolidado internamente?

Antes de ‘recolocar’ a Itália no epicentro das relações internacionais, o caminho de Mussolini seria longo. Como podemos ver na passagem acima, o regime fascista ainda tabulava negociações para definir seu território, questão herdada do processo de unificação e equacionada somente em 1929. Além das questões territoriais, a Itália necessitava demonstrar ao mundo sua importância por meio de ações que colaboravam para o processo de invenção da nação italiana.

Na documentação consultada, uma série de comunicações entre a embaixada em Roma e o Ministério das Relações Exteriores dão-nos pistas de como esse processo era conduzido pelo regime fascista e de que, sem dúvida, colaboraria para a cristalização do *fascismo difuso* no Brasil. Nos documentos consultados, pudemos vislumbrar a importância dada pelo regime fascista a ações de cunho cultural e científico. Deduzimos a importância dessas ações pela constância das mesmas, durante todo o pe-

sentimento seria manejado num contexto diferente da península itálica, fato que sem dúvida criava espaço para emergência de outros fenômenos, como o caso do *fascismo difuso*.

ríodo de comunicações da embaixada brasileira sobre ações do governo italiano nessas áreas.

Durante toda a pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, chamou-nos muito a atenção a quantidade de notícias vindas da Itália remetidas pela embaixada brasileira, comunicando a realização de congressos científicos ou de cunho cultural na Itália. Muitas vezes deparamo-nos com convites do governo italiano para que o Brasil participasse desses congressos ou apoiasse a intenção italiana de organizá-los. Percebemos que, quanto mais o regime fascista consolidava-se na década de 30, mais o número de comunicações nesse sentido aumentava de intensidade.

Congressos técnicos/científicos pareciam ser uma obsessão do governo de Benito Mussolini. Entre 1930 e 1935 selecionamos 13 convites para as autoridades brasileiras enviarem representantes para algum evento desse tipo a ser realizado em solo italiano, sem contar aqueles congressos para os quais o Brasil não fora oficialmente convidado, mas acerca dos quais o embaixador brasileiro remetia informações ao seu governo, através do Ministério das Relações Exteriores.

Analisando a totalidade de nossa base documental, poderíamos dividir em quatro grandes temas os ofícios enviados para o Ministério

das Relações Exteriores, por ordem de importância: 1- fenômeno migratório, 2- relações comerciais, 3- política italiana, 4- notícias e fatos italianos.

Neste quarto grupo, o destaque será justamente a realização de eventos técnicos/científicos e culturais em solo italiano que, de algum modo interessavam ao governo brasileiro e suas pastas ministeriais. Informações que, para fins de nosso trabalho parecem-nos imantadas por forte carga simbólica pois, se relacionarmos o momento histórico que a nação italiana atravessava com essa mesma disposição de sediar uma infinidade de eventos técnicos/científicos e culturais, poderemos obter mais elementos para reforçar nosso argumento.

Sem dúvida o fascismo tinha por objetivo recolocar a península itálica no epicentro do concerto das nações do período e com isso torná-la capaz de cumprir sua “**missão civilizadora, de tradição secular (...)** **que lhe deixou o Imperio romano**” (Ofícios, Roma – 21/8/1935:2). Nada melhor para esse objetivo do que fazer transparecer à opinião pública internacional a imagem de um país afinado com a modernidade e preocupado com o desenvolvimento científico e cultural.

Dentro de nosso argumento, o fascismo necessitava construir essa imagem por dois motivos: 1- no plano interno, para mostrar-se como único regime capaz de recolocar a Itália nos trilhos da modernidade e do

desenvolvimento e, com isso, reforçar o binômio Itália=Fascismo¹⁴⁶; 2- na dimensão da política externa, para demonstrar ao mundo, especialmente para sua diáspora, que a Itália tornava-se uma potência mundial em todas as dimensões (política, econômica e cultural), com direitos a reivindicações expansionistas.

Como demonstramos no capítulo anterior, esse processo de construção de uma nova imagem para a Itália, comandado pelo regime de Benito Mussolini, perpassava pelo intento de reconstruir simbolicamente um elo entre a Itália das décadas de 20 e 30 do século XX e o Império Romano estruturado durante a antiguidade clássica na península itálica. Os próprios discursos de Mussolini¹⁴⁷, como bem demarcou o embaixador Sylvio Rangel de Castro em seu ofício sobre a invasão da Etiópia¹⁴⁸, recorriam à tradição do Império Romano para justificar as pretensões desenvolvimentistas e expansionistas da Itália fascista.

É justamente o impacto dessas ações nas diásporas italianas espalhadas pelo mundo, em especial a fixada em São Paulo, que interessa ao nosso argumento. A construção de uma 'Nova Itália', fundada no binômio Itália=Fascismo, irá atingir em cheio o grupo migrante fixado na cidade de São Paulo desde o final do século XIX. Trata-se aqui da Itália moder-

¹⁴⁶ - Vide capítulo III.

¹⁴⁷ - Vide capítulo III.

¹⁴⁸ - Vide epígrafe deste capítulo.

na, preocupada com o desenvolvimento científico mundial e detentora da grande herança cultural do Império Romano, um dos pilares mestres da civilização ocidental, idéias que desencadeavam - pela primeira vez no seio do grupo migrante - a positividade de se reconhecerem enquanto indivíduos originários dessa mesma grandiosa nação.

A partir deste raciocínio, devemos relacionar à importância dada pelo governo em organizar eventos de caráter cultural e técnico/científico o processo de construção da etnicidade italiana na diáspora e a emergência do *fascismo difuso*¹⁴⁹. Atribuimos a profusão desse tipo de evento em território italiano durante o regime fascista e a insistência da diplomacia italiana em convidar delegações estrangeiras a dois fatos: 1) criar legitimidade internacional para os eventos; 2) disseminar a idéia do quanto a Itália e o regime fascista eram defensores do progresso técnico, científico e cultural como parte integrante da política de 'invenção' (Hobsbawm, 1984) da nação italiana.

Esses eventos organizados em território italiano teriam repercussões dentro do grupo migrante italiano em São Paulo. A Itália transfigurava-se para a opinião pública internacional num país que tinha um governo zeloso para com o desenvolvimento técnico, científico e cultural do ocidente, confirmando os discursos da liderança fascista. E é a partir des-

¹⁴⁹ - Nas bases colocadas por esta tese, que se diferencia da perspectiva proposta por Bertonha (1998).

sa imagem que o grupo migrante irá se relacionar com um processo que transcorria do outro lado do atlântico. O *fascismo difuso* emergiria a partir da positividade que essa imagem concederia ao migrante em seu relacionamento societário cotidiano num ambiente social onde ser étnico era uma característica importante.

Como já demonstrado anteriormente, a positividade conferida pela imagem internacional da Itália nada tinha a ver com uma completa conversão ideológica ao fascismo, sendo encarada como um trunfo no jogo simbólico dentro de uma sociedade multiétnica como a paulistana, que na décadas de 20 e 30 já contava com uma variedade considerável de grupos étnicos. Nesse período, como sabemos, São Paulo buscava alternativas ao braço europeu, que minguava gradativamente desde da primeira década do século XX (Carneiro, 1995; Lesser, 2001 e Sakurai, 2000), fato que reforçaria a característica multiétnica da sociedade paulistana.

Esse trunfo seria importante tanto para o relacionamento interétnico, como vislumbramos nas palavras do observador norte-americano que abrem esta seção, como para o relacionamento com a sociedade receptora pois, ao recordarmos a centralidade dos aspectos culturais dentro da noção de assimilação que se forjava no Brasil da década de 30, o reconhecimento da Itália como origem nacional e base para a etnicidade do grupo migrante faz crescer em importância as qualidades desse trunfo. Princi-

palmente numa sociedade que privilegiava a miscigenação e assimilação do elemento estrangeiro com o nacional, sem dúvida seu valor aumentava no contexto do jogo simbólico característico do relacionamento étnico (Sayad, 1999). Sobretudo a partir do momento em que as autoridades brasileiras começavam a ver com muito bons olhos o relacionamento com grupos de 'origens étnicas' fundadas em nações que se apresentavam como vanguardas da modernidade e pilares da civilização ocidental, já que, para essas mesmas autoridades, a assimilação seria a maneira de o povo brasileiro incorporar as 'qualidades' morais e culturais dos grupos estrangeiros fixados em seu território.

Não devemos nos esquecer de que, no Brasil da década de 30, a assimilação assumia características especiais, como já demonstrado no capítulo II, posto que o governo brasileiro entendia esse processo como saudável para uma jovem nação que forjava seu '*espírito nacional*' (Seyferth, 1999). Contudo a positividade somente seria atribuída ao relacionamento da sociedade brasileira com grupos estrangeiros se ocorresse com aqueles de 'elevada' qualidade moral e cultural. E a ação do governo italiano, através de sua diplomacia, criava essas características que permeariam o grupo migrante italiano, principalmente a partir do momento em que o próprio grupo começa a aceitar como sua origem geográfica e cultural a nação italiana – berço da civilização ocidental, qualidade (re)criada pelas autoridades fascistas.

Nesse contexto, portanto, o processo de consolidação do binômio Itália=Fascismo representava, na visão do grupo migrante e de certa maneira também para as autoridades brasileiras, um passaporte para uma participação privilegiada no ‘*melting-pot*’ brasileiro, já que, até a emergência do fascismo, o ser italiano no Brasil, no geral, e em São Paulo, especificamente, não era uma qualidade, mas uma categoria, muitas vezes usada pejorativamente, pois ligava o grupo à marginalidade, à pobreza e à insalubridade dos bairros operários.

Assim o *fascismo difuso* surgido no Brasil - e muito possivelmente em outros lugares do mundo - foi um fenômeno gerador de muito sentido no seio do grupo migrante em suas relações sociais no interior da sociedade receptora, mas que quase nenhum sentido gerou quando pensamos numa ligação mais orgânica com o regime fascista de Benito Mussolini e até mesmo com a própria Itália. Afirmamos que esse tipo peculiar de filiação tinha muito mais elementos étnicos do que ideológicos para o grupo migrante, visto que essa adesão o transformava, pela primeira vez na sua trajetória, numa comunidade imaginada baseada no sentimento de pertença e que por sua vez, alicerçava-se numa origem comum aos indivíduos que a compunham. Para finalizar a construção de nosso argumento que relaciona o *fascismo difuso* a sentimentos étnicos, nada melhor do que retomarmos o capítulo III deste trabalho, a fim de demonstrar o quanto

aqueles eventos foram parte integrante de construção desse fenômeno. Forma de filiação ideológica, surgida nas diásporas que, se não atendia plenamente as aspirações das autoridades italianas, criava em solo brasileiro o que atualmente o senso comum denomina de comunidade italiana e/ou colônia italiana. Pois naqueles eventos patrocinados diretamente pelo governo italiano, a imagem da nação italiana, tanto para o grupo migrante como para sociedade receptora, transformava-se radicalmente, criando a positividade necessária para a emergência de um grupo étnico.

Como Barth (1998) afirma¹⁵⁰, a etnicidade só emerge no momento do contato entre culturas e a imagem da 'Nova Itália', um dos berços da civilização ocidental e vanguarda da modernidade, construída através de uma série de eventos científicos e culturais dentro e fora de seu território, criava o ponto de contato entre o grupo migrante e a sociedade receptora. Em outras palavras, os eventos científicos e culturais relatados por nossos diplomatas, somados aos eventos realizados em São Paulo e descritos no capítulo anterior, alcançam somente parte dos objetivos das autoridades italianas que os tinham arquitetado, transformando-se naquilo que Bertonha (1998) denominou com muita propriedade de *fascismo difuso*, fenômeno manejado instrumentalmente pelo grupo, transformando 'filiação ideológica' em algo puramente étnico, com sentido limitado ao interior da sociedade receptora, por ser trunfo fundamental à construção da

¹⁵⁰ - Vide capítulo I.

relação entre esses dois atores sociais, no sentido em que criou um elemento positivo capaz de diferenciar o grupo migrante da sociedade receptora, a partir do momento em que o primeiro começa a entender como legítima sua origem étnica comum.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos este percurso, gostaríamos de novamente enfatizar os principais elementos de nosso argumento, conquanto não pretendamos retomar outros pontos desenvolvidos até aqui. Referimo-nos às noções nascidas do teste de nossa hipótese de trabalho, a qual procuramos, ao longo todo o texto, dispor como a argamassa que une as diversas peças por nós manejadas durante a elaboração desta tese.

Para tanto, é importante lembrar que nosso objetivo neste trabalho não foi esgotar a discussão acerca da influência do regime fascista italiano, no contexto do grupo migrante fixado na cidade de São Paulo, mas criar uma nova perspectiva para a análise desse fenômeno, ao introduzir a questão da formação da etnicidade italiana no mesmo local como um aspecto analítico relevante para a referida questão, ponto de vista inovador frente à bibliografia já consolidada, no que tange ao debate sobre as razões para o sucesso relativo do regime fascista entre indivíduos e diversos sub-grupos que compunham o que se convencionou chamar ‘colônia (ou comunidade) italiana’, denominada nos capítulos desta tese “grupo migrante italiano”.

Essa nova perspectiva analítica determina o quão importante foi a transformação da imagem da Itália que, sem dúvida, o fascismo conseguiu cultivar entre os migrantes advindos da península itálica e radicados na cidade de São Paulo. Desse modo, o mesmo regime de governo logrou instalar, principalmente nos discursos das autoridades italianas, um caráter positivo nessa imagem de nação, fato este muito bem recebido pelos migrantes fixados em território brasileiro, ávidos por essa mesma positividade e que a souberam manejar como trunfo dentro do 'jogo' étnico que se desenrolava numa sociedade multiétnica, como era a paulistana da primeira metade do século XX.

Tal caráter positivo fora um dos objetivos da política externa fascista, como demonstramos no capítulo IV, pelo menos durante o período iniciado com a Marcha sobre Roma, em outubro de 1922, e que se estendeu até 1935, ano da invasão da Abissínia, a mais significativa aventura imperialista italiana antes da eclosão da IIª Guerra Mundial, período coberto por nossa pesquisa.

A referida positividade fora igualmente utilizada de forma instrumental pelo governo de Benito Mussolini, com a intenção de transformar a imagem da península itálica, um dos objetivos primordiais da política externa fascista bem como uma oportunidade efetiva do Estado italiano aproximar-se de sua enorme diáspora (dentro da qual o contingente fixado

em São Paulo ganhava especial relevância, dado seu volume). Essa aproximação emerge dos documentos diplomáticos como uma tentativa de abrir portas para as pretensões imperiais do reino italiano.

Mais do que criar laços com grupos que tinham suas origens datadas do final do século XIX ou que eram compostos majoritariamente por descendentes, seria pois necessário criar nesses locais algo próximo daquilo que Anderson (1989) denominou *comunidades políticas imaginadas*, com um elemento acrescido a esse processo – o da distância territorial existente entre a nação e sua ‘comunidade’.

Tal percurso levou-nos a recorrer ao clássico da Antropologia Social “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” de Frederik Barth (1998), utilizando-o assim como uma das bases teóricas de nosso argumento, visto que a mesma obra permite-nos refletir sobre processos de construções de etnicidades nos quais o contato entre grupos é parte fundante de toda comunidade de base étnica, característica central em todo e qualquer fenômeno de deslocamento populacional de massas, tal como o fora o fenômeno migratório iniciado nos últimos trinta anos do século XIX e que se estenderia até a década de 30 do século XX, palco histórico e social no qual a Itália viria desempenhar um dos principais papéis.

A aproximação da nação italiana de sua diáspora teve algum êxito somente a partir do momento em que o regime de Benito Mussolini soube reinstalar sua península no centro das relações internacionais, pelo menos no nível do discurso e por meio de uma incansável propaganda, a qual sem dúvida manipulava todo um conjunto simbólico específico capaz de azeitar um processo histórico interno que, por décadas, patinara na instabilidade política da península itálica – o contexto de sua unificação.

Esse conjunto simbólico seria especialmente manuseado em relação aos negócios exteriores da Itália, processo no qual ganharia destaque uma série de eventos técnicos, científicos e culturais patrocinados ao redor do mundo pelo governo fascista italiano, com o Cone Sul recebendo atenção especial. Os referidos eventos foram detalhadamente analisados no capítulo III deste trabalho, momento no qual buscamos uma aproximação com o clima de uma São Paulo que não ficaria incólume a tais ações.

A partir de um exame mais minucioso, começamos a compreender que ações desse tipo conseguiram, de algum modo, atingir os objetivos arquitetados pelas autoridades italianas, tocando assim os corações e as mentes ‘italianas’ fixadas em territórios estrangeiros, principalmente ao reforçar o binômio Itália=Fascismo, largamente difundido no interior do território italiano e que, em terras estrangeiras, assumiria uma forma não prevista por aqueles que o administravam. Pois, apesar dos esforços con-

centrados pelas mesmas autoridades, a resposta do grupo migrante fixado em São Paulo não se consubstanciou numa adesão ideológica ao regime, tendo gerado uma simpatia difusa por todo o grupo, o qual utilizava a imagem da Itália fascista como um trunfo em seu contato com a sociedade receptora, como foi demonstrado no capítulo IV.

Ao constatarmos que os corações e mentes de nosso objeto de estudo foram assim atingidos pelas ações das autoridades fascistas, demos um passo à frente, procedendo à análise das relações diplomáticas entre Brasil e Itália com o fito de aprofundar nossa compreensão desses objetivos e de nos aproximarmos ainda mais da perspectiva italiana para o fenômeno migratório.

Assim deparamo-nos com uma noção instrumental do fenômeno migratório, já que o governo fascista - como ficaria claro ao longo de nossa análise da extensa documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty - enxergava a possibilidade de sobrepor a tais ações seus objetivos imperialistas de expansão ao fenômeno migratório, dado concreto e irrefutável quando o fascismo ascende ao poder na península itálica.

Nas próprias palavras de Mussolini e de sua chancelaria, o fenômeno migratório era vital para a Itália, tanto em termos de equilíbrio

demográfico, como e principalmente no sentido de estabelecer uma porta de entrada para a expansão territorial do reino de Vittorio Emanuele III. Ficou-nos pois evidente o quão fundamentais eram as políticas de criação e consolidação da italianidade pelo mundo afora, pois de que outro modo pensar e expressar suas pretensões expansionistas - que utilizavam os grupos migrantes como meio para logrã-las - em locais onde o sentimento de ser italiano ainda era pouco consistente e factível ? Contudo as pretensões fascistas encontrariam uma dificuldade não prevista pelas políticas forjadas para tal fim : o uso instrumental da italianidade pelo grupo migrante fixado em São Paulo.

Sem dúvida nenhuma, o fascismo ganharia adeptos entre os 'italianos' fixados na cidade de São Paulo, contudo não no sentido da conversão ideológica pretendida pelas autoridades ligadas ao *PNF*. O binômio Itália=Fascismo funcionaria assim em terras tropicais a partir de uma perspectiva completamente diversa daquela difundida na Itália, criando a positividade de ser italiano numa sociedade em que, até então, essa categoria era encoberta pelo preconceito e pelo desprezo. Ser fascista, ou pelo menos simpatizante contemplativo do regime, dotava o migrante de um trunfo importante numa sociedade - a brasileira - que valorizava grupos estrangeiros que aceitassem participar de seu processo assimilatório, assunto amplamente discutido no capítulo II deste trabalho.

Portanto, o fascismo credenciava o grupo migrante a reivindicar uma posição de destaque dentro do caldeamento cultural brasileiro, no que foi prontamente atendido em suas aspirações por parte das autoridades brasileiras, que sempre idealizaram o processo assimilacionista de migrantes no Brasil como ocorrendo por meio da miscigenação entre o nativo e elementos com elevada moral e cultura, imagem amplamente apregoada e difundida pelas autoridades fascistas, ao vincularem o regime de Benito Mussolini à tradição do Império Romano, berço da civilização ocidental.

O próprio grupo migrante italiano, a partir daquele momento histórico, começava a fazer questão de conectar-se à nação italiana, e sua adesão, ainda que parcial, ao regime fascista era a única forma capaz de estabelecer uma ponte com a Itália, idéia que a própria propaganda fascista não se cansava de repetir, a fim de consolidá-la nas mentes e nos corações dos indivíduos que compunham esse grupo social de base étnica.

Assim sendo, qual migrante não gostaria de conquistar a 'credencial', dentro do contato étnico cotidiano típico da sociedade paulistana das décadas de 20 e 30, de ser originário de uma pátria que, por exemplo, em 1935, indicava o líder supremo do movimento fascista para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz (Ofícios – Roma, 14/1/1935) ? Ou, pelo menos, de ser identificado com um dos bastiões da civilização ocidental, como apregoava o fascismo, no seio de uma sociedade que enxergava o fenômeno mi-

gratório como uma das vias primordiais para alcançar a modernidade e o desenvolvimento - eterna utopia em terras tapuias?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Livros, Teses, Dissertações e Artigos

ALVIM, Zuleika – 1986 – **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo** – São Paulo : Editora Brasiliense.

AMORIM, Aluizio B. – 2000 – **Nazismo em Santa Catarina** – Florianópolis : Editora Insular.

ANDERSON, Benedict – 1989 – **Nação e Consciência Nacional** – São Paulo : Editora Ática.

ANDRADE, Mário – 1986 – **Macunaíma. O Herói sem Nenhum Caráter.** – 22ª edição, Belo Horizonte : Editora Itatiaia.

ANTUNES, P. C. Azevedo – 1926 – **Eugenia e Imigração** – São Paulo : Faculdade de Medicina de São Paulo, Tese de Doutorado.

ARAÚJO, José Renato de Campos – 1999 – “*Associações e Etnia: O Palestra Itália*” in **Travessia. Revista do Migrante**, 34 – CEM. Centro de Estudos do Migrante : São Paulo.

ARAÚJO, José Renato de Campos & **SALLES**, Maria do Rosário R. – 1999 – “*Abdelmalek Sayad, um “Escrivão Público”*” in **Revista USP**, 41 – São Paulo : Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, José Renato de Campos – 2000 – **Imigração e Futebol: O Caso Palestra Itália** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

AZEVEDO, Célia Maria M. de – 1987 – **Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites. Século XIX** – Rio de Janeiro : Paz e Terra.

BACELAR, Jeferson – 1994 – **Galegos no Paraíso Racial** – Salvador : Ianamá / CEAO / CED

BAILY, Samuel L. & **RAMELLA**, Franco (editors) – 1988 – **One Family, Two Worlds. An Italian Family's Correspondence Across the Atlantic, 1901-1922** – New Brunswick and London : Rutgers University Press.

BANANÉRE, Juó – 1966 - **La Divina Incrência** – 2ª. edição, São Paulo : Editor Folco Masucci.

BANTON, Michael – 1977 – **A Idéia de Raça** – Lisboa : Edições 70

BARTH, Frederik – 1998 – “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” in **POUTIGNAT**, P. & **STREIFF-FENART**, J. – **Teorias da Etnicidade** – São Paulo : Editora da Unesp.

BASTOS, Elide Rugai – 1986 – **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira** - São Paulo : PUC/SP, Tese de Doutorado

BASTOS, Elide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – 1993 – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

BASTOS, Elide Rugai – 1993 – “*Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil*” in **BASTOS**, Elide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

BERTONHA, João Fábio – 1998 – **Sobre o Signo do Fascio: o Fascismo, os Imigrantes Italianos e o Brasil, 1922-1943** – Campinas : IFCH/UNICAMP, Tese de Doutorado.

BERTONHA, João Fábio – 1999 – **Sob a Sombra de Mussolini. Os Italianos de São Paulo e a Luta Contra o Fascismo, 1919-1945** – São Paulo : Annablume Editora : FAPESP.

BOLAFFI, Gabriel – 2000 – **A Saga da Comida. Receitas e História.** – São Paulo : Editora Record.

BOSI, Ecléa – 1994 – **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos** – São Paulo : Companhia das Letras.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues – 1986 – **Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural** – São Paulo : Editora Brasiliense.

CANNISTARO, Philip V. – 1975 – “*Fascism and Italian-Americans in Detroit, 1933-1935*” in **International Migration Review**, IX:1, Spring.

CANO, Wilson – 1983 – **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo** – São Paulo : Editora T. A. Queiroz.

CAPELATO, Maria Helena & **PRADO**, Maria Ligia - 1980 - **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal “O Estado de São Paulo”** - São Paulo : Alfa-Ômega.

CAPELATO, Maria Helena - 1989 - **Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945** - São Paulo : Editora Brasiliense.

CARELLI, Mário – 1988 – **Carcamanos e Comendadores: Os Italianos de São Paulo. Da Realidade à Ficção.** – São Paulo : Editora Ática.

CARNEIRO, Maria L. Tucci – 1995 – **O Anti-Semitismo na Era Vargas** – São Paulo : Editora Brasiliense.

CARNEIRO, Maria L. Tucci – 1997 – **Livros Malditos, Idéias Proibidas. O Deops e as Minorias Silenciadas** – São Paulo : Estação Liberdade / Arquivo do Estado / SEC.

CARVALHO, José Murilo de – 1987 – **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi** – São Paulo : Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de – 1993 – **A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil** – São Paulo : Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de – 1993 – “A *Utopia de Oliveira Vianna*” in **BASTOS**, Élide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

CASTELLS, Manuel – 1999a – **A Sociedade em Rede** – São Paulo : Editora Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel – 1999b – **O Poder da Identidade** – São Paulo : Editora Paz e Terra.

CECCHI, Camilo – 1957 – “*Estudo Comparativo da Assimilação e Marginalidade do Imigrante Italiano*” in **Sociologia**, XIX:2, São Paulo.

CECCHI, Camilo – 1959 – “*Determinantes e Características da Emigração Italiana*” in **Sociologia**, XXI:1, São Paulo.

CECCHI, Camilo – 1967 – “*L’Identificazione Etnica Nella Seconda e Terza Generazione Degli Emigrati*” in **Studi Emigrazione**, Giugno, Anno IV, Roma.

CENNI, Franco – 1975 – **Italianos no Brasil** – São Paulo : Editora Martins Fontes/Edusp.

CERVO, Amado L. – 1992 – **O Brasil e a Itália. O Papel da Diplomacia.** – Brasília : Editora da UnB.

CHIARINI, Ana Maria – 1992 – **Imigrantes e Italiani All’Estero: Os Diferentes Caminhos da Italianidade** – Campinas : IFCH/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Dep. de Antropologia.

CONSOLMAGNO, Marina – 1993 – **Fanfulla: Perfil de um Jornal de Colônia (1893-1915)** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Área de História Social.

CONSTANTINO, Núnica S. – 1986 – “*Italianos em Núcleos Urbanos e na Capital do Rio Grande do Sul*” in **Estudos Ibero-Americanos**, XII:1/julho, Porto Alegre.

CORRÊA, Anna Maria Martinez – 1976 – **A Rebelião de 1924 em São Paulo** – São Paulo : HUCITEC.

CORRÊA, Mariza – 1988 – “*Traficantes do Excêntrico. Os Antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60*” in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 6, São Paulo.

CORNWELL, John – 2000 – **O Papa de Hitler. A História Secreta de Pio XII** – Rio de Janeiro : Editora Imago.

COULON, Alain – 1995 – **A Escola de Chicago** – Campinas : Papyrus Editora.

CUNHA, Euclides – 1946 – **Os Sertões (Campanha de Canudos)** – 19^a edição, Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves.

CUNHA, Olívia M. G. da – 1999 – “*Sua Alma em sua Palma: Identificando a ‘raça’ e Inventando a Nação*” in **PANDOLFI**, Dulce (org.) – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.

CUNHA, Manoela Carneiro da – 1986 – **Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade** – São Paulo : Editora Brasiliense/EDUSP.

DA MATTA, Roberto – 1979 – “*Você sabe com quem está falando?*” In **DA MATTA**, Roberto – **Carnavais, malandros e heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro** – Rio de Janeiro : Zahar Editores

DA MATTA, Roberto – 1984 – **Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social** – Petrópolis : Editora Vozes.

DAVIS, Mike – 1990 – **City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles** – New York and London : Verso.

DE BONI, Luis (org.) – 1990 – **A Presença Italiana no Brasil** – Porto Alegre : Editora da Escola Superior de Teologia / Fondazione Giovanni Agnelli.

DEAN, Warren – 1971 – **A Industrialização de São Paulo** – São Paulo : DIFEL.

DEAN, Warren – 1974 – **Remittances of Italian Immigrants: from Brazil, Argentina, Uruguay and USA, 1884-1914.** – New York : New York University

DE FELICE, Renzo – 1965 – **Mussolini il Rivoluzionario : 1883-1920** – 5ª ed. - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1966 - **Mussolini il Fascista. La Conquista Del Potere : 1921-1925** – Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1968 – **Mussolini il Fascista. L'Organizzazione dello Stato Fascista (1925-1929)** – Torino : Einaudi

DE FELICE, Renzo – 1974 – **Mussolini il Duce. Gli anni del consenso: 1929-1936** - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1981 – **Mussolini il Duce. Lo Stato totalitario: 1936-1940** – Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1996a – **Mussolini L'Alleato. L'Italia in Guerra, 1940-1943 : dalla guerra breve alla guerra lunga** - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1996b – **L'Italia in Guerra, 1940-1943 : crisi e agonia del regime** – Torino : Einaudi

DE FELICE, Renzo – 1997 – **La Guerra Civile, 1943-1945** – Torino : Einaudi.

DE PINEDO, F. – 1928 – **Mi Vuelo Atraves del Atlantico y de las Dos Americas** – Buenos Aires : Bibliofilo

DEVOTO, Fernando e **ROSOLI**, Gianfausto – 1985 – “*Participacion y Conflictos en las Sociedades Italianas de Socorros Mutuos*” in **La Inmigración Italiana en la Argentina** – Buenos Aires : Editorial Biblos.

DI LEONARDO, Micaela – 1984 – **The Varieties of Ethnic Experience. Kinship, Class, and Gender Among California Italian-Americans** – London : Cornell University Press Ltd..

DIEGUES Jr., Manuel – 1964 – **Imigração, Urbanização e Industrialização: Estudo Sobre Alguns Aspectos da Contribuição Cultural do Imigrante no Brasil** – Rio de Janeiro : Centro de Pesquisas Educacionais/ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC.

DURHAM, Eunice Ribeiro – 1960 – **Assimilação e Mobilidade: História do Imigrante Italiano em um Município Paulista** – São Paulo : IEB/USP.

DURKHEIM, Emile – 1996 – **As Formas Elementares da Vida Religiosa** – São Paulo : Editora Martins Fontes.

FAUSTO, Boris – 1978 – **Revolução de 1930: Historiografia e História.** – São Paulo : Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris – 1983 – **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890–1920)** – São Paulo : Difel Difusão Editorial S.A..

FAUSTO, Boris – 1984 – **Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880–1924)** – São Paulo : Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris – 1991 – **Historiografia da Imigração para São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

FAUSTO, Boris; **TRUZZI**, Oswaldo; **GRÜN**, Roberto & **SAKURAI**, Célia – 1995 – **Imigração e Política em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar.

FAUSTO, Boris – 1997 – **Negócios e Ócios. Histórias da Imigração** – São Paulo : Companhia das Letras.

FELDMAN-BIANCO, Bela – 1992 – “*Multiple layers of time and space: the construction of class, ethnicity, and nationalism among Portuguese immigrants.*” in **GLICK-SHILLER**, N.; **BASCH**, L. & **BLANC-SZANTON**, C. – **Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered** – New York : The New York Academy of Sciences.

FELDMAN-BIANCO, Bela – 1995 – “*The state, saudade and dialectics of desterritorialization and reterritorialization*” in **Oficina do CES**, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, vol46.

FELDMAN-BIANCO, Bela & **HUSE**, Donna. – 1993 – “*A saudade cultural e experiências de imigrantes portugueses na intersecção cultural. Identidade, Imigração e Memória.*” in **Publicação do Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná**, Maio.

FLORENZANO, Éverton & **JARDIM Jr.**, David – 1998 – **Dicionário Ediouro. Italiano-Português, Português-Italiano** – 10ª edição, São Paulo : Ediouro.

FOERSTER, Robert F. – 1919 – **The Italian Emigration of Our Times** – Cambridge : Mass.

FONSECA, Cristina – 2001 – **La Divina Increnca / Juó Bananère. O Abuso da Blague** – São Paulo : Editora 34.

FREYRE, Gilberto de Mello – 1936 – **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal** – 2ª edição – Rio de Janeiro : Editora Schimidt

GABACCIA, Donna R. – 1984 – **From Sicily to Elizabeth Street. Housing and Social Change Among Italian Immigrants, 1880-1930** – Albany : Staty University of New York Press.

GALLO, Max – 1966 – **L'Italie de Mussolini. Vingt ans d'ère Fasciste** – Paris : Verviers, Gérard et Cie.

GENTILE, Emilio & **DE FELICE**, Renzo – 1988 – **A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo** – São Paulo : Ícone Editora.

GLICK-SHILLER, N.; **BASCH**, L. & **BLANC-SZANTON**, C. – 1992 – **Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered** – New York : The New York Academy of Sciences.

GRÜN, Roberto – 1992 – **Negócios e Famílias: Armênios em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

GUIBERNAU, Montserrat – 1997 – **Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX.** – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

HALL, Michael – 1979 – “*Italianos em São Paulo*” in **Anais do Museu Paulista**, 29, São Paulo.

HALL, Michael – 1989 – **Trabalhadores Imigrantes** – Série Trabalhadores, Campinas : Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Campinas.

HARVEY, David – 1992 – **A Condição Pós Moderna** – São Paulo : Edições Loyola.

HOBSBAWM, Eric – 1984 – **A Invenção das Tradições** – Rio de Janeiro : Editora Paz e erra.

HOBSBAWM, Eric – 1991 – **Nações e Nacionalismo desde 1780** – Rio de Janeiro : Editora az e Terra.

HOBBSAWM, Eric – 1995 – **A Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914–1991)** – São Paulo : Companhia das Letras.

HOLLOWAY, Thomas – 1984 – **Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886–1934** – Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra.

HOMEM, Maria Cecília Naclerio – 1982 – **A Ascensão do Imigrante e a Verticalização de São Paulo: O Prédio Martinelli e sua História** – São Paulo : FFCHL/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. História,.

HUTTER, Lucy Maffei – 1972 – **Imigração Italiana em São Paulo (1880–1889): Os Primeiros Contatos do Imigrante com o Brasil** – São Paulo : IEB/USP.

HUTTER, Lucy Maffei – 1982 – **Imigração Italiana em São Paulo (1902–1914). O Processo Imigratório** – São Paulo : IEB/USP.

IANNI, Constantino – 1963 – **Homens sem Paz: Os Conflitos e os Bastidores da Imigração** – São Paulo : DIFEL.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 1941 – **Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Restrospectivos nº 1.** – Separata do Anuário Estatístico do Brasil. Ano V. 1939/1940. Rio de Janeiro.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 1987 – **Estatísticas Históricas do Brasil** – Séries Estatísticas Retrospectivas, Volume 3; Séries Econômicas, Demográficas e Sociais (1550 a 1985). Rio de Janeiro.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA – 1991 – **História Geral da Aeronáutica Brasileira, V. 2** – Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica : Rio de Janeiro.

KEHL, R. – 1929 – **Lições de Eugenia** – Rio de Janeiro : Editora Livraria Francisco Alves.

KLEIN, Herbert S. – 1989 – “*A Integração dos Imigrantes Italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos*” in **Novos Estudos**, 25. CEBRAP. São Paulo.

KLEIN, Herbert S. – 1994 – **A Imigração Espanhola no Brasil** – São Paulo : Editora Sumaré.

LESSER, Jeffrey – 1995 – **O Brasil e a Questão Judaica** – Rio de Janeiro : Editora Imago.

LESSER, Jeffrey – 2001 - **A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil** – São Paulo : Editora Unesp.

LOVE, Joseph – 1982 – **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937** – Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra,.

LUCA, Tânia Regina de – 1988 – **O Mutualismo em São Paulo: O Sonho do Futuro Assegurado** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.

LUIZETTO, Flávio – 1975 – **Os Constituintes em Face da Imigração. Estudo sobre o Preconceito e a Discriminação Racial e Étnica na Constituinte de 1934** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.

MARAM, Sheldom – 1979 – **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário no Brasil**, Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra.

MARQUES, Vera Regina B. – 1994 – **A Medicalização da Raça. Médicos, Educadores e Discurso Eugênico** – Campinas : Editora da Unicamp.

MARTINS, José de Souza – 1973 – **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário** – São Paulo : Editora Pioneira.

MARTINS, José de Souza – 1981 – “*Empresários e Trabalhadores de Origem Italiana no Desenvolviemnto Industrial Brasileiro, Entre 1880 e 1914: O Caso de São Paulo*” in **Dados** 2:24. Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza – 1973 – **Conde Matarazzo. O Empresário e a Empresa** – São Paulo : HUCITEC.

MARTINS, José de Souza – 1992 – **Subúrbio: Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo.** – São Paulo : HUCITEC.

MILLIET, Sergio – 1938 – **Roteiro do Café: Análise Histórico-Demográfica da Expansão Cafeeira no Estado de São Paulo** – São Paulo:[s.n.].

MOTTA, Marly Silva da – 1992 – **A Nação faz Cem Anos. A Questão Nacional no Centenário da Independência** – Rio de Janeiro : CPDOC / Editora da Fundação Getúlio Vargas.

MUSSOLINI, Benito – 1934 – **Scritti e discorsi** – Milano : Ulrico Hoepli.

NANNE, Kaíke – 1997 – “*JAHÚ - a aventura do pioneiro esquecido*” in **Os Caminhos da Terra**. Editora Peixes : São Paulo

NELLI, Humbert S. – 1983 – **From Immigrants to Ethnics. The Italian Americans** – New York : Oxford University Press.

NEWTON, Ronald C. – 1992 – “*¿Patria? ¿Cuál Patria?. Italo-argentinos y Germano-argentinos en la era de la renovación nacional fascista, 1922-1945*” in **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, 22 – Buenos Aires : CEMLA.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha – 1984 – **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil** – São Paulo : Centro de Estudos Nipo-Brasileiros : Massao Ohno Editor.

NOVAIS, Fernando A. – 1998 – **História da Vida Privada no Brasil (v.3). República: da Belle Epoque a Era do Rádio** – São Paulo : Companhia das Letras.

ORTIZ, Renato – 1985 – **Cultura Brasileira e a Identidade Nacional** – São Paulo : Brasiliense.

PANDOLFI, Dulce (org.) – 1999 – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.

PARIS, Robert – 1993 – **As Origens do Fascismo** – São Paulo : Editora Perspectiva.

PETERSEN, W.; **NOVAK**, M. & **GLEASON**, P. – 1982 – **Concepts of Ethnicity** – Harvard University Press : Cambridge

PINTO, Maria Inez M. B. – 1984 – **Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890 a 1914** – São Paulo : FFLCH/USP, Tese de Doutorado, Dep. História.

PIORE, M. –1979 – **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies** – Cambridge : Cambridge University Press.

PIORE, Michael J. & **SABEL**, Charles – 1984 – **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity** – New York : Basic Books, Inc., Publishers.

PRADO Jr., Caio – 1983 – **A Cidade de São Paulo. Geografia e História** – Coleção Tudo é História nº 78, São Paulo : Editora Brasiliense.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. – 1998 – **Teorias da Etnicidade** – São Paulo : Editora da Unesp.

REIS, Rossana Reis & SALES, Teresa (orgs.) – 1999 – **Cenas do Brasil Migrante** – São Paulo : Boitempo Editorial.

RIBEIRO, Maria Therezinha Janine – 1985 – **Desejado e Temido. Preconceito contra o Imigrante Italiano na Primeira República** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.

RIOS, José Arthur – 1958. "*Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*" in **Sociologia**, 20: 3 e 4, São Paulo.

ROBSON, Mark – 1992 – **Italy: Liberalism and Fascism 1870-1945** - London : Hodder & Stoughton.

ROCHER, Guy – 1976 – **Talcott Parsons e a Sociologia Americana** – Rio de Janeiro : Editora Francisco Alves.

ROSOLI, Gianfausto (org) – 1987 – **Emigrazione Europee e Popolo Brasileiro** – Roma : Centro Studi Emigrazione.

ROSOLI, Gianfausto – 1987 – "*Le relazioni tra Italia e Brasile e le questioni dell'emigrazione (1889-1896)*" in **ROSOLI, Gianfausto (org) – Emigrazione Europee e Popolo Brasileiro** – Roma : Centro Studi Emigrazione.

SAKURAI, Célia – 1993 – **Romanceiro da Imigração Japonesa** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

SAKURAI, Célia – 2000 – **Imigração Tutelada: os Japoneses no Brasil** – Campinas : Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP,.

SALES, Teresa – 1998 – **Brasileiros Longe de Casa** – São Paulo : Cortez Editora.

SALLES, Maria do Rosário R. – 1997 – **Médicos Italianos em São Paulo (1890-1930)** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

SALGADO, Plínio – 1926 – **O Extrangeiro (Chronica da Vida Paulista)** – São Paulo : Helios Ltda.

SANTOS, Carlos J. F. dos – 1998 – **Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890 – 1915)** – São Paulo : Annablume/FAPESP.

SANTOS, Miriam de Oliveira – 2002 – **A influência da Festa da Uva na construção da identidade dos ‘italianos’ de Caxias do Sul** – mimeo, Caxambu : XXVI Encontro Anual AMPOCS.

SANTOS, Viviane T. – 2001 – **Os Seguidores do Duce: os Italianos Fascistas no Estado de São Paulo (Módulo V – Italianos)** – São Paulo : Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.

SASSEN, Saskia – 1991 – **The Global City** – Princeton, N.J. : Princeton University Press.

SASSEN, Saskia – 1994 – **Cities in a World Economy** – California : Pine Forge Press, Thousand Oaks.

SASSEN, Saskia – 1988 – **The Mobility of Labor and Capital. A Study in International Investment and Labor Flow** – Cambridge : Cambridge University Press.

SAYAD, Abdelmalek – 1999 – **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade** – São Paulo : EDUSP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, – 1993 – **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930** – São Paulo, SP : Companhia das Letras.

SEGRE, Claudio G. – 1990 – **Italo Balbo. A Fascist Life** – Berkeley : The University California Press.

SEITENFUS, Ricardo A. S. – 1990 – “*As Relações entre Brasil e Itália no Período 1918-1939*” in **DE BONI**, Luis A.(org.) **A Presença Italiana no Brasil, vol.II.** – Porto Alegre, Torino : Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli.

SEVCENKO, Nicolau – 1992 – **Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20** – São Paulo : Companhia das Letras.

SEVCENKO, Nicolau– 1998 – “*O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso*” in **NOVAIS**, Fernando A. – **História da Vida Privada no Brasil (v.3). República: da Belle Epoque a Era do Rádio**– São Paulo : Companhia das Letras.

SEYFERTH, Giralda – 1982 – **Nacionalismo e Identidade Étnica** – Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura.

SEYFERTH, Giralda – 1994 – “*A Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica*” in **MAUCH**, C. & **VASCONCELLOS**, N. (org.) – **Os Alemães no Sul do Brasil** – Canoas : Editora da ULBRA.

SEYFERTH, Giralda – 1999 – “*Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*” in **PANDOLFI**, Dulce (org.) – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.

SEYFERTH, Giralda – 2000 – **Assimilação dos Imigrantes no Brasil: Inconstâncias de um Conceito Problemático** – mimeo, Petrópolis : XXIV Encontro Anual ANPOCS

SEYFERTH, Giralda – prelo – “*Colonização e Política Imigratória no Brasil Imperial*” in **SALES**, Teresa & **SALLES**, Maria do R. R. (orgs.) – **Políticas Migratórias - América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior** – São Paulo : Editora Sumaré/FAPESP.

SKIDMORE, T. – 1989 – **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro** – São Paulo : Paz e Terra.

STOLCKE, Verena & **HALL**, Michael – 1984 – “*A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo*” in **Revista Brasileira de História - À Lucta, Trabalhadores!** – São Paulo : Editora Marco Zero,.

TILLY, Charles – 1990 – “*Transplanted Networks*” in YANS-McLAUGHLIM, Virginia – **Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics.** – New York : Oxford University Press.

TOSCANO, Mario – 1980 – “*Il Fascismo e L'Estado Novo*” in **DE FELICE**, Renzo – **L'Emigrazione Italiana in Brasile (1880-1978)** – Fondazione Giovanni Agnelli, Torino.

TRENTO, Ângelo – 1988 – **Do Outro Lado do Atlântico** – São Paulo : Nobel/Instituto de Cultura de San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.

TRENTO, Ângelo – 1993 – **Fascismo Italiano** – São Paulo : Editora Ática.

TRUZZI, Oswaldo – 1990 – “*Imigrantes Italianos no Interior de São Paulo*”, in **DE BONI**, Luis A.(org.) **A Presença Italiana no Brasil, vol.II.** – Porto Alegre, Torino : Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli.

TRUZZI, Oswaldo – 1992 – **De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré..

TRUZZI, Oswaldo – 1997 – **Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo** – São Paulo : Hucitec

TRUZZI, Oswaldo – 2001 – “*Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo*” in **Revista Estudo Históricas**, 28:2001/2, CPDOC/FGV.

VALERIO, Gianina – 1960 – “*A Emigração Italiana para o Brasil (Notas e Observações)*” in **Revista de História**, 40:Separata, São Paulo.

VIANNA, Oliveira – 1932 – **Raça e Assimilação** – São Paulo : Editora Nacional.

WATERS, Mary C. – 1990 – **Ethnic Options: Choosing Identities in America** – Berkeley, Los Angeles : University of California Press.

WEBER, Max – 1944 – **Economia y Sociedad** – Ciudad del México : Fondo de Cultura Económica.

WILLEMS, Emílio – 1940 – **Assimilação e Populações Marginais no Brasil** – São Paulo : Editora Nacional.

YANS-McLAUGHLIM, Virginia – 1990 – **Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics** – New York, Oxford University Press.

ZORBAUGH, H. – 1929 – **The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's near North Side** – Chicago, University of Chicago Press.

II. Documentos Eletrônicos

ABL (Academia Brasileira de Letras) – 2002a – www.academia.org.br

(página visitada e utilizada: <http://www.academia.org.br/imortais.htm> verbete – Coelho Neto)

ABL (Academia Brasileira de Letras) – 2002b – www.academia.org.br

(página visitada e utilizada: <http://www.academia.org.br/imortais.htm> verbete – José Carlos de Macedo Soares)

ANPI (Associazione Nazionale Partigiani D'Italia) – 2002 – www.anpi.it

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) – 2002 – www.cpdoc.fgv.br

(página visitada e utilizada: <http://www.cpdoc.fgv.br/comun/htm/>, Biografias - verbete - Fernando de Azevedo)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 2001 – **Censo Demográfico 2000** – www.ibge.gov.br

MICHAELIS – 2003 – Editora Melhoramentos – www.uol.com.br/michaelis

(página visitada: <http://www.uol.com.br/michaelis/expressoes.htm>)

MINISTERO DELLA DIFESA – 2002 – www.difesa.it

(página visitada e utilizada: [www.aeronautica.difesa.it/Storia/personaggi/personaggi\(De%20Pinedo\).html](http://www.aeronautica.difesa.it/Storia/personaggi/personaggi(De%20Pinedo).html))

MRE (Ministério das Relações Exteriores) – 2002 – www.mre.gov.br

(página visitada e utilizada: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/estrut/eorg/unidest/pitarj/apresent.htm#museu>)

PROSSIGA (MCT/CNPq/IBICT)– 2002 – www.prossiga.br

(página visitada e utilizada: <http://www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/arthur.html>)

USP (Universidade de São Paulo) – 2002a – www.usp.br

(página visitada e utilizada <http://www.usp.br/fm/sobre/historico/historico.htm>)

USP (Universidade de São Paulo) – 2002b – www.usp.br

(página visitada e utilizada <http://netsim.fm.usp.br/dim/homepage/b214/iof.htm>)

II. Dicionários

AMENDOLA, João – 1961 - **Dicionário Italiano Português** – São Paulo : Editora Fulgor.

HOUAISS, Antônio; **VILLAR**, Mauro de S. & **FRANCO**, Francisco M. de M. – 2001 – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – 1ª Edição, Rio de Janeiro : Editora Objetiva.